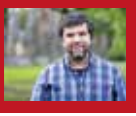


ENTREVISTA ANDRÉ LAURET:
"A LIBERDADE É UM DOS BENS MAIS PRECIOSOS DA VIDA"

O REFERENCIAL

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 151 | OUTUBRO – DEZEMBRO 2023

REUNIÃO CLANDESTINA EM ÓBIDOS
50 ANOS DEPOIS

A fazer o ciclo da Água
A garantir o ciclo da Vida

EPAL
Grupo Águas de Portugal

Foto da capa: Três capitães de Abril (Vasco Lourenço, Piteira Santos e Gonçalves Novo), moderados pelo jornalista Mário Galego e acompanhados pela historiadora Maria Inácia Rezola, debatem a reunião de 1 de dezembro de 1973

4 EDITORIAL
Corrente Imparável, Aniceto Afonso | **4**

12 ÓBIDOS | 50 ANOS
Recordando um encontro que antecedeu a revolução, José Armando Lopes | **12**
Comemorações até 2026 | **17**
Descerrada placa evocativa I 18
Reunião de Óbidos foi há 50 anos, Vasco Lourenço | **19**

30 ABRIL E OS JOVENS
Histórias de um outro país, Fátima Lopes Cardoso | **30**
Futebol em luta contra o regime, Diogo Nascimento e João Nuno Sousa | **34**
Portugal rural no Estado Novo, Heloísa Oliveira e Paulo Cruz | **39**

46 ABRIL – CULTURA E LIBERDADE
"O Mundo ocidental vive uma pseudodemocracia", Alexandre Manuel e Carlos de Matos Gomes | **46**

54 CARTAS AOS NETOS
Carta explicativa à neta Teresa, António Pedroso de Lima | **54**
Carta a uma neta com epílogo, Teresa Pedroso de Lima | **56**
Análise e comentários à carta de Teresa, Jorge Golias | **60**
Como vejo o 25 de Abril, Vasco Rato | **63**

66 ABRIL – UM MUNDO NOVO
Propaganda, viés dos "media" e notícias falsas, Armando J. Garcia Pires | **66**

74 ABRIL – HISTÓRIA E MEMÓRIAS
Barrosões na revolução e o caso de Fernando Giesteira, Domingos Chaves | **74**
O "Journal de Genève" e o 28 de Setembro, Reto Monico | **79**
O relatório das sevícias (síntese), José Costa Neves | **82**
A lei da descolonização (síntese), António Duarte Silva | **83**
O MFA do interregno revolucionário de 1974-1975 (síntese), António Dinis Delgado Fonseca | **84**

86 OPINIÃO
A Revolução dos Cravos e a criação da 2.ª República, Franco Charais | **86**

98 HOMENAGENS
Construtores de Abril condecorados | 98

100 BOLETIM
Os dois 25 de Abril e as consequências da liberdade, Olivia Belengino e Enrico Falco | **100**
Carta ao Mário, Paulo Salgado | **104**
Referencial Comemorativo dos 50 anos | **107**
O Referencial apresentado na A25A | **108**
O 25 de Abril visto pelos diplomatas suíços | **110**
Portugueses na resistência francesa, M. Simões Teles | **111**
Clandestino pela Liberdade | **114**
Da guerra nunca se volta | **115**
Presidente da República promulgou o diploma do Centro Interpretativo do 25 de Abril | **116**

CORRENTE IMPARÁVEL

NO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2023 comemoraram-se os 50 anos do agitado último trimestre de 1973, no que respeita aos acontecimentos ligados ao Movimento dos Capitães. De facto, os meses de outubro, novembro e dezembro de 1973 foram decisivos para o fortalecimento de uma corrente imparável dentro do Exército, estendendo a ideia de uma organização mais sólida e mais persuasiva a um número sempre crescente de capitães espalhados por todas as unidades do Exército, tanto de Portugal como dos teatros de operações (Angola, Guiné e Moçambique) e dos outros territórios.

Uma vez iniciado o Movimento, era a altura de o fortalecer, quer aprofundando as suas razões e objetivos, quer aperfeiçoando a sua organização. Focando-nos essencialmente no percurso feito em Portugal, os capitães realizaram neste período inúmeras reuniões, mas quatro delas foram essenciais.

DEFINIR UM CAMINHO

A primeira ocorreu a 6 de outubro, com a distribuição dos participantes por quatro casas particulares na região de Lisboa. O principal objetivo da reunião era a definição de um caminho a seguir, por entre várias alternativas. Na reunião estavam representadas todas as unidades significativas do Exército, assim como observadores da Marinha e da Força Aérea e delegados da Guiné, Angola e Moçambique. De Angola vinha a ideia do pedido de demissão individual, que acabou incorporada nas hipóteses colocadas aos delegados. E as hipóteses eram: a) Pedir a demissão de oficial do Exército; b) Ausentar-se do serviço, mantendo-se fora do aquartelamento; c) Não desempenhar quaisquer funções, mantendo-se dentro do aquartelamento; d) Empregar a força.

Como se vê, a questão do emprego da força foi bastante precoce em relação à formação do Mo-

ANICETO AFONSO

vimento, embora nesta época só os mais ousados defendessem essa opção. Após longas discussões, a hipótese a) foi o caminho aprovado, o que levou à assinatura de várias centenas de pedidos de demissão individuais e à assinatura de um documento coletivo associado. O conhecimento desta decisão constituiu uma enorme preocupação para as autoridades militares e políticas do regime.

S. PEDRO DO ESTORIL

A reunião seguinte que interessa realçar realizou-se em S. Pedro do Estoril, em 24 de novembro, e contou com a presença do tenente-coronel Luís Banazol, que nela teve uma intervenção ousada nunca esquecida por aqueles que assistiram e por todos a quem foi depois transmitida. Ele falou na necessidade de uma intervenção armada, recuperando, agora perante uma assembleia alargada, uma ideia abordada pelo capitão Jorge Golias em Bissau, numa das primeiras reuniões, em agosto de 1973.

Num processo de conspiração no seio da força armada não podemos surpreender-nos com o rumo e os passos que foram surgindo, pois eles inserem-se na lógica da intervenção dos militares no processo político. É por isso que as alternativas colocadas aos representantes das unidades militares presentes na reunião avançavam agora hipóteses mais ousadas, que viriam a ser discutidas em nova reunião realizada em Óbidos, no dia 1 de dezembro.

As hipóteses eram as seguintes:

A) Conquista do Poder, para com uma Junta Militar criar no País as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional;

B) Dar oportunidade ao Governo que se legitime perante a Nação através de eleições livres, devidamente fiscalizadas pelo Exército, seguidas de um referendo sobre a política ultramarina;

C) Reivindicações exclusivamente militares, como forma de prestígio das Forças Armadas e de pressão sobre o Governo.

Não bastava. Os representantes das unidades deveriam ainda auscultar os seus camaradas sobre outros dois assuntos e trazer orientações consensuais. Em primeiro lugar, quais os generais a contactar para assumirem o papel de *chefes* do Movimento; e, em segundo, como e por quem devia ser constituída a Comissão Coordenadora.

Esta reunião de Óbidos, a 1 de dezembro, está devidamente assinalada neste número d'*O Referencial*, em virtude da celebração dos 50 anos que lhe foi justamente dedicada. Foi um encontro decisivo na caminhada dos capitães, o passo indispensável na consolidação da vontade de agir e expressão de um sentimento que se alargava a cada dia.

A QUESTÃO DO EMPREGO DA FORÇA FOI BASTANTE PRECOCE EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO DO MOVIMENTO, EMBORA NESTA ÉPOCA SÓ OS MAIS OUSADOS DEFENDESSEM ESSA OPÇÃO

COSTA DE CAPARICA

Finalmente, a última reunião importante deste período realizou-se a 5 de dezembro, na Costa de Caparica, onde a comissão coordenadora esteve presente e onde se definiu a sua organização e se elegeu a Direção do Movimento, que ficou constituída por Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves.

O movimento reivindicativo transformava-se, por si, num processo conspirativo de fundamentos políticos. Entre os elementos mais ativos estava alicerçada a ideia do derrube do Governo – a consciência progressiva da natureza do regime forjara-se perante as realidades que a guerra colonial foi revelando e pôde exprimir-se perante as condições de degradação para que o regime apressadamente caminhava.

Devo ainda assinalar, de forma breve, neste período final de 1973, o incidente que ficou conhecido como a *Kaulzada*, pela importância e repercussões que, na época, causou, e por mais uma vitória conseguida pelo Movimento.

A direita militar, conhecedora das movimentações dos capitães e adepta do reforço do regime e das forças armadas para continuação da guerra, movia-se em torno do general Kaúlza de Arriaga. Os seus mais importantes membros tinham a ideia de que seria fácil mobilizar os capitães para a sua causa, afastando aqueles que consideravam mais radicais. As várias tentativas de contacto acabaram por se mostrar infrutíferas e, em meados de dezembro, ante-

cipando qualquer ação dos capitães, pareciam concretas as ameaças de intervenção política contra o regime e contra os chefes escolhidos pelos capitães em Óbidos – Costa Gomes e António de Spínola. Com base neste conhecimento, dois membros do Movimento, Carlos Fabião e Vasco Lourenço, avisaram os dois generais do que se passava, não encontrando da parte destes a reação que a situação exigia. Foi então que resolveram que Carlos Fabião, que frequentava um curso em Pedrouços, no Instituto de Altos Estudos Militares, denunciasse o que se passava nos bastidores perante todo o curso, constituído por algumas dezenas de oficiais. Feita a denúncia e assumidas as consequências, a ação acabou por esvaziar a conspiração que se desenhava. Foi mais um passo em frente da verdadeira conspiração que os capitães iam consolidando.

De todos estes acontecimentos, que prosseguirão em 1974, passaram agora 50 anos, mas eles não deixam de estar presentes na nossa memória, como episódios essenciais de um percurso carregado de significado e de emoções, e que jamais poderemos esquecer. Porque, como hoje sabemos, foram eles que nos conduziram ao dia da libertação – ao 25 de Abril de 1974.

A CONSCIÊNCIA PROGRESSIVA DA NATUREZA DO REGIME FORJARA-SE PERANTE AS REALIDADES QUE A GUERRA COLONIAL FOI REVELANDO E PÔDE EXPRIMIR-SE PERANTE AS CONDIÇÕES DE DEGRADAÇÃO PARA QUE O REGIME APRESSADAMENTE CAMINHAVA

NESTE NÚMERO

Neste número d'*O Referencial* destacamos a comemoração dos 50 anos da reunião de Óbidos no dia 1 de dezembro de 2023, com a reportagem do nosso colaborador José Armando Martins Morim e das palavras ditas pelo presidente da direção da A25A, coronel Vasco Lourenço, de que destacamos o seguinte: "Comemorar Abril não se pode resumir à celebração da data. Tem de se estender à celebração dos seus valores, das suas conquistas.

Celebrar Abril é lutar pela continuação e aprofundamento da Liberdade, da Paz, da Democracia, da Justiça Social, da Igualdade, da Solidariedade, do Estado Social. Celebrar Abril é respeitar a sua História, a luta pela sua consumação, não permitindo que alguém fabrique um passado à medida dos seus actuais interesses".

E nunca é demais reclamar estes princípios às forças eleitas pelo povo, ao abrigo da Constituição da República, a mais sólida conquista de Abril.

Ao fazer a apresentação dos habituais textos dos estudantes de Jornalismo, Fátima Lopes

Cardoso, coordenadora da secção *Abril e os Jovens* e sua professora, salienta que a História "continua a provar que vedar o acesso à educação, informação e cultura tem permitido a aceitação de discursos populistas, em que se substitui a verdade por desinformação, propaganda e circo". É essa a razão da importância de se "evocar o passado, lembrar as consequências do silenciamento civil e despertar nos mais jovens a necessidade de documentar a memória que se perderá se não for registada". E é exatamente isso que fazem os nossos jovens colaboradores, ao evocarem acontecimentos do tempo da ditadura. Heloísa Oliveira e Paulo Cruz no seu texto "Viver no Portugal rural durante o Estado Novo" trazem ao nosso conhecimento as memórias de três testemunhas desse tempo, Virgílio Manuel Silva, Maria Lopes e Augusto Silva, que também falam do 25 de Abril e do que mudou em Portugal. Enquanto os autores sublinham que "as pessoas passaram a falar abertamente sobre política, sem receio da PIDE" e os média se soltaram "das amarras do lápis azul e voltaram a escrever livremente", Maria Lopes testemunha que "foi uma novidade, as mulheres poderem votar. Votei em todas as eleições desde 1975 e acredito que é fundamental".

Já os estudantes Diogo Nascimento e João Nuno Sousa abordam a final da Taça de Portugal de 1969 no texto "O dia em que o futebol lutou contra o regime", relembrando os acontecimentos que rodearam esse jogo de futebol entre o Benfica e a Académica de Coimbra, inserindo-o, com razão, na luta dos estudantes contra o regime e no seu contributo para o desgaste da ditadura. Os autores resumem assim o ambiente estudantil da época: "A década de 60 do século XX foi fundamental para o movimento académico. Verificou-se uma grave crise estudantil em 1962, no contexto nacional, e, em maio de 1968, França foi palco de uma série de contestações por parte dos estudantes, reivindicando melhores condições no ensino e no seu acesso. Estes movimentos acabaram por ter uma forte influência nos episódios de 1969".

Relembrar estes factos, recolher testemunhos desse tempo a que não queremos regressar, refletir em conjunto sobre a nossa atual responsabilidade de defesa da liberdade e do sistema democrático são os caminhos que estes

O NOSSO PROJETO EM TORNO D'*O REFERENCIAL*, COMO REVISTA DA A25A, SÓ PODE CONCRETIZAR-SE COM A COLABORAÇÃO DE TODOS, QUE SEMPRE ESPERAMOS, E COM A QUAL MUITO NOS CONGRATULAMOS

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Óbidos, 50 Anos: A Jovem Orquestra Portuguesa interpretou o Hino Nacional

trabalhos dos estudantes de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do IPL nos vêm apresentando. E nós, responsáveis d'*O Referencial* e da A25A, só podemos manifestar a nossa gratidão a todos e acreditar que há sementes que preservam os valores do 25 de Abril.

Na secção *Cultura para a Liberdade*, os nossos coordenadores Carlos de Matos Gomes e Alexandre Manuel retomam as entrevistas a personalidades influentes, trazendo-nos a opinião do arquiteto André Lauret que nos alerta para o facto de "hoje, mais do que nunca, importa cada um de nós ter consciência da importância e do valor da Liberdade e das suas ameaças, pois só assim a podemos defender e cuidar dela, todos os dias, como quem cuida carinhosamente do seu jardim". É uma recomendação que também assumimos e que muito agradecemos.

Para a secção *Cartas aos netos*, o nosso coor-

denador Jorge Golias traz-nos o nosso sócio António Pedroso de Lima, como avô, e dois dos seus netos, Teresa e Vasco. Não deixa, o coordenador, de comentar a carta da neta Teresa porque, como nos avisa, "tem muito que se lhe diga". E é dela esta ideia: "Sinto que o tema do 25 de Abril e da ditadura que o antecede não deixam ninguém indiferente". E o neto Vasco Rato aponta uma das evidências: "O 25 de Abril não é uma revolução que quer criar guerras, antes pelo contrário, é uma revolução para acabar com uma guerra". E nós acrescentamos: um dos valores mais importantes do 25 de Abril é a paz. É por isso que estamos gratos aos membros da família Pedroso de Lima que connosco colaboram para falarmos de Abril.

Na sequência das nossas rubricas, o coordenador da secção *Um Mundo Novo*, Armando J. Garcia Pires, aborda uma questão fundamental dos dias de hoje, com o elucidativo título de: "Propaganda, Viés dos Média e Notícias Falsas", referindo que "estes três fenómenos são relacionados porque todos eles limitam a liberdade dos média, a liberdade de expressão, e a verdade no debate público". Nessa medida, o autor deixa-nos a ideia final e uma pergunta: "Sim, é preciso muita boa vontade, mas que activo mais precioso temos numa democracia se não a vontade individual de contribuir para uma sociedade mais democrática?". Por isso aqui fica o nosso apreço e também o nosso compromisso.

Na secção de *História e Memórias* temos, desta vez, cinco colaborações que muito enriquecem este número d'*O Referencial*. Os seus títulos são já uma referência clara aos relevantes assuntos abordados. Aqui os menciono. Do nosso colaborador Domingos Chaves, temos "O caso de Fernando Giesteira", um jovem barrosão que morreu no dia 25 de Abril abatido pelos tiros da PIDE, uma das suas últimas vítimas; do nosso sócio António Duarte Silva publicamos uma síntese indicativa do seu valioso estudo académico sobre a "História da Lei nº 7/74 de 27 de Julho (Lei da Descolonização)", publicado na íntegra no Suplemento *online* desta edição; o nosso habitual colaborador Reto Monico traz-nos agora "O Journal de Genève e o 28 de Setembro", mais um olhar exterior sobre um

NUM PROCESSO DE CONSPIRAÇÃO NO SEIO DA FORÇA ARMADA NÃO PODEMOS SURPREENDER-NOS COM O RUMO E OS PASSOS QUE FORAM SURGINDO, POIS ELES INSEREM-SE NA LÓGICA DA INTERVENÇÃO DOS MILITARES NO PROCESSO POLÍTICO

episódio importante da revolução portuguesa, vista em cima da hora; de seguida, o nosso sócio e colaborador José Costa Neves apresenta-nos uma síntese do seu exemplar estudo sobre o "Relatório das Sevícias", numa revisitação crítica, também publicado na íntegra no Suplemento *online*; finalmente o nosso sócio António Delgado Fonseca fala-nos sobre um tema muito esquecido, cuja memória se vai apagando, respeitante ao papel dos militares do MFA durante o período pós-25 de Abril, na construção da democracia, a que deu o título de "O MFA do Interregno Revolucionário", também aqui apresentado em síntese e publicado na íntegra n'*O Referencial* – Suplemento *online*. A todos queremos distinguir com a nossa gratidão, que expressamos de forma calorosa.

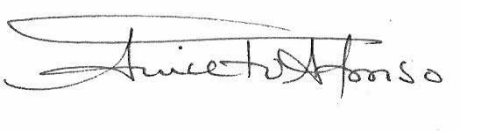
Na rubrica de *Opinião* publicamos ainda uma síntese de um relevante estudo do nosso sócio, ainda há pouco salientado como *Figura de Abril* n'*O Referencial* 149, Manuel Franco Charais, com o título "A Revolução dos Cravos e a criação da 2.ª República". O nosso muito obrigado pela sua colaboração.

Incluímos neste número a cerimónia de condecoração com a Ordem da Liberdade de um conjunto de militares de Abril em 12 de julho, que por lapso não referimos na edição anterior. Aqui apresentamos as nossas indispensáveis desculpas a todos.

No Boletim da A25A queremos destacar a colaboração do nosso sócio Paulo Salgado, "Carta ao Mário", na sequência do evento de abertura das comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril pelo município de Torre de Moncorvo, com o nosso muito obrigado. Publicamos também uma colaboração dos nossos amigos italianos Olivia Blengino e Enrico Falco com o título "Os dois 25 de Abril, coincidências da Liberdade", assinalando as relações entre a A25A e a Associação Cultural terra dei Bagienni, assim como os encontros comemorativos de 2015 e 2019, respetivamente em Itália e em Lisboa. Dirigimos uma saudação muito especial aos nossos amigos.

Resta-nos referir que também publicamos no Suplemento *online* deste número uma colaboração do nosso sócio Mário Pinto com o título *Habeas Corpus*, em que nos explica os contornos do seu controverso e injusto processo pessoal, levantado pelos mais altos responsáveis da Força Aérea, a partir de 1978. Aqui fica uma saudação especial.

O nosso projeto em torno d'*O Referencial*, como revista da A25A, só pode concretizar-se com a colaboração de todos, que sempre esperamos e com a qual muito nos congratulamos.



RECORDANDO UM ENCONTRO QUE ANTECEDEU A REVOLUÇÃO

Foi um magusto muito especial, sem fogo nem fumo, e que até poderia ter o nome de código *ERRE AI FAIVE* (assim pronunciavam certos militares a sigla RI5, de Regimento de Infantaria 5). O mais importante, claro, era fazer tudo para que as castanhas não rebentassem nas mãos de quem o promoveu e organizou. Em Março, ainda foram ouvidos alguns estalidos, mas em Abril chegou o fogo da liberdade

JOSÉ ARMANDO MARTINS MORIM LOPES*

PERTO DE UMA CENTENA de Capitães de Abril evocaram, no passado dia 1 de Dezembro, em Óbidos, a reunião clandestina do Movimento das Forças Armadas (MFA), que decorreu nesta vila há 50 anos. A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e contou com a presença da ministra da Defesa, Helena Carreiras, bem como da comissária executiva das Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, Maria Inácia Rezola, do presidente da Associação 25 de Abril (A25A), Vasco Lourenço, e do presidente da Câmara Municipal, Filipe Daniel.

Ausente o organizador da reunião, o Capitão de Abril, Luís da Piedade Faria, mas foi recordado e honrada a sua memória, bem como de outros capitães já falecidos, com um minuto de silêncio e reflexão. Entre os presentes esteve o ao tempo cabo miliciano, Octávio Pinto, que tinha sido encarregue de organizar o local para tão importante magusto.

O líder da autarquia deu as boas-vindas e fez questão de "homenagear aqueles que, há 50 anos, iniciaram uma jornada audaciosa rumo à emancipação e à democracia" e formulou votos de que momento vivido naquela bela vila muralhada seja uma "celebração do espírito indomável que moldou o destino da nossa nação".

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Presidente da República presente em Óbidos

Naquele dia 1 de Dezembro de 1973, salientou Filipe Daniel, ali se realizou um encontro que "plantaria as sementes da esperança e da resistência contra um regime opressivo". E acrescentou: "Num período em que a dissidência era reprimida e a liberdade parecia um sonho distante, esses indivíduos ousaram imaginar um futuro em que as correntes da ditadura seriam quebradas e as vozes do povo seriam ouvidas". No final, o autarca expressou um desejo: "Que o espírito de Óbidos nos inspire a permanecer vigilantes guardiões da nossa democracia e defensores das liberdades que tanto prezamos."

HOMENAGEM E PEDAGOGIA

O Chefe do Estado aplaudiu Vasco Lourenço e dirigiu-se aos "grandes homenageados" que "fizeram história e que agora evocam essa história". Marcelo Rebelo de Sousa ouviu críticas ao poder político feitas pelo presidente da A25A, mas centrou o seu longo improviso na evocação do que foi feito e do que ainda é preciso fazer, alertando para a responsabilidade de cada um na defesa e aprofundamento da democracia.

O Presidente da República elogiou Vasco Lourenço, que "vive os ideais de Abril, dia após dia, ano após ano" e lembrou as "dificuldades em

explicar aos alunos a diferença entre ditadura e democracia", fazendo dessa ideia o que viria a dizer a seguir. "Encontrarmo-nos aqui é uma homenagem a todos vós, mas também uma questão de pedagogia".

"Portugal está grato pelo vosso contributo para o que foi a grande mudança histórica e daí a presença do Presidente da República Portuguesa", disse ele, mas lembrou que a democracia "está sempre inacabada e é imperfeita, com as desigualdades e as injustiças" e, falando do presente, manifestou-se "preocupado com os jovens que não compreendem o que estes homens fizeram". Talvez por isso, Marcelo Rebelo de Sousa insistiu na necessidade de explicar a quem não viveu o 25 de Abril e o que ele representa a "importância do que foi feito", salientando que este ideal tem de ser "permanentemente repensado e reavivado", enquanto veículo de democracia, de desenvolvimento, de liberdade, de tolerância e de paz.

"Desigualdades, injustiças e incapacidade de as instituições se adaptarem rapidamente" foram algumas das "debilidades" apontadas pelo Chefe do Estado às democracias portuguesa, europeias e mesmo às mais antigas do mundo, que, "nos últimos anos, têm revelado fragilidades patentes em comportamentos antidemocráticos".

O Presidente da República disse mesmo que, hoje, o "maior desafio" para a democracia seja a sua "renovação" e alertou para os diversos perigos. "A democracia tem de ser construída todos os dias", porque quando esse "exercício diário não é cumprido, está-se a perder terreno internamente, comparando com outras democracias".

O ORGANIZADOR DA REUNIÃO, O CAPITÃO DE ABRIL, LUÍS DA PIEDADE FARIA ESTEVE AUSENTE MAS FOI RECORDADO E HONRADA A SUA MEMÓRIA, BEM COMO DE OUTROS CAPITÃES JÁ FALECIDOS

As democracias, acrescentou, têm de ser "permanentemente corrigidas", para que não surjam "ideias erradas sobre caminhos alternativos", a que "alguns chamam democracias iliberais", mas que não existem, segundo fez questão de frisar. "Uma democracia iliberal é uma ditadura encapotada", salientando que não há "terceiro termo" entre democracia e ditadura.

"Não podemos deixar envelhecer a democracia", sublinhou o Presidente da República, apontando como "crucial o papel dos jovens, da mulher, e dos imigrantes, que são 700 mil, vários com dupla nacionalidade e praticamente

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Filipe Daniel, presidente da Câmara de Óbidos, acolheu os visitantes

não há nenhum, ou há muito poucos em posições políticas e administrativas importantes".

EMOÇÃO E CRÍTICAS AO PODER POLÍTICO

"Quanta emoção ainda sinto, ao lembrar este e outros episódios da nossa caminhada para a libertação do país!", confessou o presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço, depois de historiar resumidamente a caminhada para a reunião de 1 de Dezembro de 1973 [o discurso é publicado na íntegra na pag. 19]

De seguida, lembrou que ali foi constituída a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA) e decidido escolher os futuros chefes, os generais Costa Gomes e António Spínola, mas rapidamente saltou para uma abordagem do presente.

"Saímos de Óbidos com a convicção firme de que, apesar de tudo o resto, continuava a ser necessário desfraldar a bandeira da recuperação do prestígio das Forças Armadas", recordou, sem resistir à tentação de comparar com o que considera ser a realidade de hoje: "O prestígio das Forças Armadas, embora bastante razoável junto da população portuguesa, não merece grande atenção junto do Estado, apesar

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Presidente da República chegou cedo à cidade de Óbidos para participar no encontro comemorativo da reunião de Óbidos

das inúmeras declarações de louvor proferidas pelos membros do poder político, em que tudo parece cheirar a hipocrisia. Por isso, eu não acredito, nem eu nem os meus camaradas militares, que os agentes do poder político considerem importante o prestígio das Forças Armadas e tenham por elas o respeito que apregoam. Se assim não fosse, se respeitassem as suas e as nossas Forças Armadas, apesar de alguns recentes progressos, teriam muito mais cuidado com elas e não as estariam a conduzir, desde há muito, à sua quase destruição."

Vasco Lourenço lembrou que o País já não vive a "situação de 1973", mas em democracia, vincando que "os militares já demonstraram defender os valores de Abril" e que "não há o perigo de nova utilização da força contra o poder". Mas ressalvou: "Contudo, devemos proclamar bem alto: o poder político tem o dever de respeitar e proteger as suas Forças Armadas, como instituição basilar que são de um Estado democrático."

* Jornalista

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Comissária executiva da Comissão Comemorativa, Maria Inácio Rezola

COMEMORAÇÕES ATÉ 2026

A comissária executiva da Comissão Comemorativa, (na foto à esquerda) lembrou a importância deste acontecimento para a história recente do País, salientando que, em Óbidos, se construíram muitas das estruturas que permitiram realizar o 25 de Abril. As comemorações vão decorrer até 2026 e, segundo Maria Inácio Rezola, em cada ano haverá um tema prioritário, tendo como objectivo reforçar a memória e enfatizar a actualidade destes acontecimentos na construção e afirmação da democracia. A partir de 2024, segundo informação da Comissão Comemorativa, serão revisitados os três do "D" do MFA – Descolonizar, Democratizar e Desenvolver – com iniciativas que evocarão o processo de descolonização, a democratização e o desenvolvimento.

DESCERRADA PLACA EVOCATIVA

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Maria Inácia Rezola, Vasco Lourenço, Maria Helena Carreiras, Marcelo Rebelo de Sousa e Filipe Daniel

Antes do início da cerimónia propriamente dita, foi descerrada uma placa evocativa na fachada da Casa da Música, local da reunião de 1973. Findos os discursos, a Jovem Orquestra Portuguesa interpretou o Hino Nacional e a 5.ª Sinfonia em Dó menor, Opus 67, de Ludwig van Beethoven. A cerimónia evocativa foi concluída com uma mesa-redonda com os coronéis José Piteira Santos, José Gonçalves Novo e Vasco Lourenço moderada pelo jornalista Mário Galego.

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

O Presidente da República à chegada a Óbidos saudou o presidente da A25A, Vasco Lourenço

REUNIÃO DE ÓBIDOS FOI HÁ 50 ANOS

No dia 1 de dezembro de 2023 foi levado a efeito em Óbidos um conjunto de eventos comemorativo dos 50 anos da reunião de preparação do golpe da ditadura que ali realizaram os capitães revoltosos, em 1973. O presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, fez o contexto histórico

VASCO LOURENÇO*

CAROS CAMARADAS DE ABRIL,
Agradecendo a todos a vossa presença, permitam-me que enderece um especial agradecimento à Vila de Óbidos, na pessoa dos seus representantes, a vossa disponibilidade para, mais uma vez, aqui nos receberem com a já habitual hospitalidade.

Foi há 50 anos que aqui, nestas instalações, nos reunimos cerca de 180 oficiais do Exército, em representação de 429 camaradas das suas Unidades.
Lembro que, apesar de já haver alguns contactos com camaradas da Armada, nesta reunião ainda não compareceu qualquer deles.

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Coronel Vasco Lourenço, presidente da A25A, enviou alguns recados ao poder político em defesa das Forças Armadas

Quanto à Força Aérea, que desde o início quase sempre foi representada pelos paraquedistas, já aqui demonstravam a sua propensão para os equívocos, ao proporem como possível chefe para o Movimento o General Kaúlza de Arriaga. Lamentavelmente, nunca mais acertaram o passo na consolidação do 25 de Abril. E se vieram a salvar-se à última hora, participando com uma força no 25 de Abril, o certo é que nunca mais deixaram de estar no lado errado

da barreira, como se viu no 28 de Setembro de 1974, no 11 de Março de 1975 e no 25 de Novembro de 1975.
Como coordenador do Movimento, pedi aos Capitães do Regimento de Infantaria 5 (o ERRE AI FAIVE, como lhe chamávamos), situado aqui bem perto, nas Caldas da Rainha, que conseguissem um local para reunirmos sob a capa de um convívio magustal.

FOI O LUÍS DA PIEDADE FARIA QUE PEDIU AO SEU CABO MILICIANO, OCTÁVIO PINTO, QUE ARRANJASSE UM LOCAL PARA CERCA DE 200 OFICIAIS FAZEREM UM CONVÍVIO, LOCAL ONDE ENTÃO ESTIVEMOS E ONDE HOJE COMEMORAMOS ESSA DATA HISTÓRICA, PASSADOS 50 ANOS

ESCOLHA DO LOCAL

Foi o Luís da Piedade Faria que pediu ao seu cabo miliciano Octávio Pinto que arranjasse um local para cerca de 200 Oficiais fazerem um convívio, local onde então estivemos e onde hoje comemoramos essa data histórica, passados 50 anos.
O Piedade Faria já nos deixou, assim como outros camaradas que aqui compareceram e também já partiram, e é por isso que agora a todos evoco, pedindo um momento de reflexão em sua memória e homenagem, a que junto os demais companheiros do Movimento dos Capitães e do Movimento das Forças Armadas, que com eles estarão algures. Obrigado!
Felizmente, ao caro amigo Octávio Pinto, aqui presente entre nós, posso saudar e agradecer-lhe a sua atitude e a sua disponibilidade. E também recordar que isso lhe valeu represálias, pois as autoridades militares, não tendo coragem para castigar os oficiais, que aqui se haviam reunido – numa atitude de afrontamento ao Poder, com o argumento de discutir a forma de como recuperar o prestígio das Forças Armadas – investiram contra o Cabo Miliciano, transferindo-o compulsivamente para os Açores.
Longe estava eu de imaginar que, passados menos de três meses, acabaria por sofrer a mesma represália e me iria encontrar com o Octávio Pinto no mesmo destino, ainda que em Ilhas diferentes...

REPENSAR O MOVIMENTO

Mas, voltemos ao dia 1 de Dezembro de 1973.
Cerca de três meses depois do nascimento do Movimento tinha já sido ultrapassada uma ruptura interna que afastou aqueles que tinham ido para Alcáçovas a pensar apenas nos decretos e interesses corporativos (felizmente a única durante todo o período da conspiração); também ficara para trás a proposta de um "che-

que em branco" ao Governo saído da última farsa eleitoral da ditadura, em 28 de Outubro de 1973.
Havia agora que repensar o Movimento, estruturá-lo e definir o caminho a prosseguir.
Foi isso que aqui viemos fazer.
Convém recordar que esta reunião de Óbidos realizada há precisamente 50 anos, foi antecedida de uma outra importante reunião em S. Pedro do Estoril, no dia 24 de Novembro, seis dias antes, onde se aprovou a agenda de trabalhos que aqui discutimos.
Essa reunião revelar-se-ia fundamental, principalmente pela intervenção feita pelo tenente-coronel Luís Ataíde Banazol que, de cima do seu posto – os militares, de um modo geral, são muito sensíveis a isso – clamou que o Governo tinha de cair e só os militares o poderiam derrubar. Acrescentando que ficaríamos muito mal na fotografia e na História, se não cumpríssemos o nosso patriótico dever.
A renovação da sua proposta, aqui repetida com igual força e vigor, não obteve o enorme sucesso alcançado em S. Pedro do Estoril. Certamente porque aí estiveram cerca de quarenta oficiais e aqui o número mais que quadruplicara.
Apesar de tudo, a importância foi tal que quase levou a hipótese de "um golpe de Estado imediato" a obter a maioria dos votos. Venceu então a hipótese de "continuar a luta reivindicativa, com o objectivo da recuperação do prestígio das Forças Armadas, junto da Nação". Mas, se juntássemos aos votos dos que assim se pronunciaram, os que, votando por essa solução reivindicativa, acrescentaram que "se não se obtiverem resultados rápidos, a solução terá de ser a utilização da força", ficaria claro que caminhávamos inexoravelmente para a acção militar. Foi isso que, como moderador da reunião, então salientei, com a pronta reacção de protesto dos que assim não pensavam.

CERCA DE TRÊS MESES DEPOIS DO NASCIMENTO DO MOVIMENTO TINHA JÁ SIDO ULTRAPASSADA UMA RUPTURA INTERNA QUE AFASTOU AQUELES QUE TINHAM IDO PARA ALCÁÇOVAS A PENSAR APENAS NOS DECRETOS E INTERESSES CORPORATIVOS

O ALARGAMENTO

Quanta emoção ainda sinto, ao lembrar este e outros episódios da nossa caminhada para a libertação do país!
Recordo ainda a decisão aqui aprovada do alargamento aos outros dois Ramos das Forças Armadas, a Armada e a Força Aérea. Que, como sabemos, seria feita de modo diverso, sem uma total e perfeita integração no Movimento, mesmo depois de, em 5 de Março em Cascais,

este passar a ser designado por Movimento das Forças Armadas (MFA), anulando a designação com que o baptizámos aqui – Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA) – e cujo nome nunca vingou.
Aqui foi também escolhida a Comissão Coordenadora, que funcionaria até ao 25 de Abril.
Igualmente aqui ficariam escolhidos os futuros chefes a convidar, os Generais Costa Gomes e Spínola, que seriam ratificados na já referida reunião de 5 de Março em Cascais.
Saímos de Óbidos com a convicção firme de que, apesar de tudo o resto, continuava a ser necessário desfraldar a bandeira da recuperação do prestígio das Forças Armadas. É por isso que eu, aqui e agora, não resisto a comparar essa nossa convicção com a situação que hoje se vive: o prestígio das Forças Armadas, embora bastante razoável junto da população portuguesa, não merece grande atenção junto do Estado, apesar das inúmeras declarações de louvor proferidas pelos membros do poder político, em que tudo parece cheirar a hipocrisia. Por isso eu não acredito, nem eu nem os meus camaradas militares, que os agentes do poder político considerem importante o prestígio das Forças Armadas e tenham por elas o respeito que apregoam. Se assim não fosse, se respeitassem as suas e as nossas Forças Armadas, apesar de alguns recentes progressos, teriam muito mais cuidado com elas e não as estariam a conduzir, desde há muito, à sua quase destruição.
Não vivemos a situação de 1973, vivemos em democracia, os militares já demonstraram defender os valores de Abril, não há o perigo de nova utilização da força contra o Poder. Contudo, devemos proclamar bem alto: o Poder Político tem o dever de respeitar e proteger as suas Forças Armadas, como instituição basilar que são de um Estado Democrático.

RECORDO AINDA A DECISÃO AQUI APROVADA DO ALARGAMENTO AOS OUTROS DOIS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS, A ARMADA E A FORÇA AÉREA. QUE, COMO SABEMOS, SERIA FEITA DE MODO DIVERSO, SEM UMA TOTAL E PERFEITA INTEGRAÇÃO NO MOVIMENTO

TENTATIVA DE GOLPE

Quando aqui nos reunimos há 50 anos estava já em marcha o que viria a constituir o maior perigo que o Movimento correria até ao 25 de Abril: por proposta dos paraquedistas, fez-se nesse dia o primeiro contacto com o coronel Frade Júnior, que nos tentaria arrastar para um golpe radical de reforço da ditadura, com a promessa de um aumento do prestígio das Forças Armadas. Esta tentativa foi imediatamente rejeitada, ao verificarmos que para eles

o aumento do prestígio era igual e se resumia ao aumento dos vencimentos. Por esse motivo, não estiveram aqui os dois elementos do Movimento destacados para essa ligação, que hoje mais uma vez saúdo: o capitão Rodrigo Sousa e Castro e o tenente José Manuel Freire Nogueira, então oficiais do CIAAC de Cascais.

As duas semanas seguintes seriam decisivas na luta contra essa tentativa de golpe, em reforço da ditadura.

Apresentando-se como representante de Kaúlza de Arriaga e de mais três Generais, Frade Júnior dizia ter os paraquedistas e duzentos ex-combatentes da área de Setúbal prontos a ajudar-nos na acção militar.

Dirigi pessoalmente a denúncia e o consequente abortar dessa tentativa. Primeiro junto de Costa Gomes e de Spínola, apresentados no plano como alvos a eliminar, depois, vendo o desinteresse, um tanto imprudente, destes dois Generais, através da denúncia pública feita pelo Carlos Fabião, no Instituto de Altos Estudos Militares em Pedrouços.

Não posso deixar de salientar a cobardia de Kaúlza de Arriaga, que negou sempre esta tentativa, até ao dia em que, no último livro que escreveu, vir a assumi-la, mas com uma alegação de "não se tratar de uma tentativa de golpe de Estado, porque feita por Generais"!

Comentários, para quê?

Saliento que esta conspiração se não resumia aos ultras, de que Américo Tomaz, Kaúlza de Arriaga e Jorge Jardim eram figuras de proa, mas também a outros sectores influentes de Portugal. À guerra de libertação dos Movimentos nas colónias, opunha-se a tentativa de independências brancas e racistas regionais. Basta lembrar Alcora, já acordado com a África do Sul do *apartheid* e com a Rodésia de Ian Smith. Situação compreensível para um regime que seguia o preceito do ditador do "orgulhosamente sós", mas altamente penoso para os portugueses que se sentiam humilhados quando confrontados pelos países democráticos, nomeadamente os europeus.

IGUALMENTE AQUI FICARIAM ESCOLHIDOS OS FUTUROS CHEFES A CONVIDAR, OS GENERAIS COSTA GOMES E SPÍNOLA, QUE SERIAM RATIFICADOS NA JÁ REFERIDA REUNIÃO DE 5 DE MARÇO, EM CASCAIS

A CAMINHADA CONTINUOU

Vencida esta luta, pudemos continuar a avançar para o Dia "inicial inteiro e limpo", como escreveu Sofia de Melo Breyner Andersen.

Foi nessas condições que jovens generosos, sem motivações de poder ou de conquista de vanta-

@Cláudia Teixeira, Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Em Óbidos, houve reflexão e debate sobre o 25 de Abril

gens e de benefícios pessoais, porém suficientemente experimentados na guerra e nas suas consequências, já conscientes do valor da Paz e da importância e necessidade da negociação e do cumprimento dos acordos negociados, com boa fé e respeito pela dignidade dos diferentes protagonistas, foram capazes de, num caminhar intenso e rápido, assumirem que queriam a Paz, a Liberdade, a Democracia, a inserção na comunidade internacional, o respeito pela dignidade de todos. E que isso só poderia ser uma realidade futura, se o regime fosse derrubado, incapaz que se mostrava de renovação e de encontrar caminhos para as aspirações dos portugueses, nesses tempos difíceis.

Sentimento que se reforçava, ao constatarmos a intensificação das lutas populares de muitas e muitos portugueses, por direitos que lhes estavam vedados. Uma convicção se instalava, cada vez com mais vigor, na consciência de todos nós: o povo português ambicionava pelo fim da ditadura, ambicionava e lutava pela Liberdade e pela Paz. O nosso dever era o de servir o povo e não o de sustentar uma qualquer elite, que o oprimia há mais de 47 anos. Logo, como afirmara Luís Ataíde Banazol, dizendo clara-

mente o que muitos de nós sentíamos e até já vínhamos proclamando, o nosso dever era acabar com a ditadura, libertar a Liberdade, fazer a Paz construir a Democracia, terminar com o isolamento internacional.
Foi um sentimento que rapidamente se instalou, convencendo-nos nós de que caminhávamos ao encontro dos anseios dos portugueses.
Por isso nos sentimos tão felizes e realizados com a reacção popular, de imediata adesão ao que fazíamos, no dia 25 de Abril de 1974.
Ora esse sentimento, considerando o teor das intervenções feitas na reunião de há 50 anos, e também pelos resultados obtidos nas votações, viria a instalar-se, com vertiginosa velocidade, na generalidade dos oficiais do Movimento.
E se, durante os dias seguintes, ainda houvesse dúvidas, o certo é que três meses depois, na reunião de 5 de Março em Cascais, a opção pela acção militar de derrube do regime foi consensual e aprovada sem resistência.
A evocação desta e de outras reuniões permite-nos também evidenciar a nossa postura de conspiradores: utilizámos sempre, internamente, processos democráticos, a que juntámos o respeito pela dignidade de todos, debatendo as nossas ideias de forma franca e aberta, com lealdade e transparência, o que nos permitiu superar diferenças e até divergências entre nós, ao mesmo tempo que o Governo, desesperadamente, nos tentava comprar com benesses de natureza pessoal.
Foi esta opção natural, de seguirmos o caminho da dignidade, da coragem e da responsabilidade, assumindo correr todos os inerentes riscos, que nos ajudou a caminhar, decisivamente, para o dia da libertação, e nos permitiu vencer todos os obstáculos internos e externos com que tivemos de nos confrontar nesse dia e nos dias futuros.
Foi esse caminho que nos permitiu depois – com o 25 de Abril de 1975, o 2 de Abril de 1976 e o 20 de Outubro de 1982 – regressarmos a casa, Realizados e Satisfeitos, mas essencialmente Honrados, por termos cumprido tudo a que nos propuséramos e comprometêramos, ao apresentar o Programa do MFA aos portugueses.

NÃO POSSO DEIXAR DE SALIENTAR A COBARDIA DE KAÚLZA DE ARRIAGA, QUE NEGOU SEMPRE ESTA TENTATIVA, ATÉ AO DIA EM QUE, NO ÚLTIMO LIVRO QUE ESCREVEU, VIR A ASSUMI-LA, MAS COM UMA ALEGAÇÃO DE "NÃO SE TRATAR DE UMA TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO, PORQUE FEITA POR GENERAIS"!

ATAQUES A ABRIL

A conjuntura que vivemos hoje, obriga-me a fazer um paralelo com esses tempos.

Hoje, num mundo que parece ter ensandecido, com forças totalitárias a chegar ao Poder através de eleições, imitando Hitler de tão má memoria, surgem figuras dementes a enganarem os povos e a obter os seus votos, como acaba de acontecer na Argentina.

Também Portugal está numa situação muito complicada: tudo aponta para um novo tipo de perigosa actuação anti-democrática, onde, em vez da força das armas, se utiliza o poder Judicial e o poder da Comunicação Social para o levar a efeito. Onde está a informação verdadeira, não manipuladora? Será que ainda se pode falar em verdadeira liberdade de imprensa, em verdadeira liberdade de expressão, quando a manipulação se está instalando no nosso país?

Em consequência disso, e apesar de uma maioria absoluta na Assembleia da República, esta foi dissolvida e temos pela frente uma luta eleitoral, onde as forças inimigas de Abril tudo farão para que o seu próximo 50.º Aniversário não seja comemorado com base nos seus valores, da Liberdade, Paz, Democracia, Justiça Social e Solidariedade.

Se é certo que Abril começou a ser atacado logo no próprio dia e no próprio interior dos seus protagonistas, muitas conquistas se conseguiram, numa luta conjunta da generalidade do povo português e do MFA. A Constituição da República, a criação do Serviço Nacional de Saúde, o incremento da Educação para todos os portugueses, são bem exemplo das enormes conquistas alcançadas com o 25 de Abril.

Ao longo destes anos muitos ataques Abril tem sofrido – lamentavelmente, nenhuma força política pode assumir-se inocente, face aos seus comportamentos nestes 50 anos!

Os ataques aos seus valores, às suas características – onde pára a ética Republicana? – com a utilização das chamadas fake-news fizeram-nos "bater no fundo" e quase nos venceram nos tempos difíceis em que se declarava querer ir "além da Troika". Conseguimos resistir e reerguer-nos. Não podemos soçobrar agora, quando chegam ao ponto de, esquecendo ou fazendo por esquecer que nós temos memória, procuram deturpar a História e mistificam os acontecimentos, inventando heróis da luta pela Liberdade e pela Democracia.

São muitos os que, vencidos nos seus propósitos de então, se procuram apresentar como vencedores, como responsáveis pelos valores de Abril, nomeadamente o da Liberdade e o da Democracia. A esses, sejam 80 ou mais, diremos que mantemos a memória fresca, não esquecemos, e não admitiremos deturpações da História!

Estamos comemorando o 25 de Abril de 1974, do qual fomos os principais protagonistas, o que muito nos honra. Nunca abdicaremos de assumir essa acção e os seus valores!

Fomos igualmente os principais protagonistas pelo cumprimento das suas promessas, respeitando tudo o que, logo no dia 25, assegurámos aos portugueses, dizendo ao que vínhamos através do nosso programa, o Programa do MFA.

Comemorar Abril não se pode resumir à celebração da data. Tem de se estender à celebração dos seus valores, das suas conquistas.

Celebrar Abril é lutar pela continuação e aprofundamento da Liberdade, da Paz, da Democracia, da Justiça Social, da Igualdade, da Solidariedade, do Estado Social.

RESPEITAR A HISTÓRIA

Celebrar Abril é respeitar a sua História, a luta pela sua consumação, não permitindo que alguém fabrique um passado à medida dos seus actuais interesses.

Pelo caminho que alguns querem inventar, qualquer dia não foi o MFA que derrubou uma longa ditadura, mas a democracia terá vindo, de mansinho, através de uma evolução na continuidade!

O facto é que, haja ou não quem queira pensar o contrário, nem existiu um levantamento popular como alguns pretendiam, nem existiu uma evolução na continuidade como outros preconizavam!

Foi o MFA, foram os Capitães de Abril que protagonizaram a recuperação da Liberdade e abriram caminho à Paz, à Revolução Social, à construção da Democracia e à possibilidade de se construir uma sociedade mais justa, igual e solidária.

Porque concordamos que todas as datas contam para a História, não deixaremos que a comemoração do 25 de Abril não evoque todas as datas em que os seus inimigos tentaram conspurcá-lo, foram vencidos e não conseguiram evitar que ele se consumasse com a aprovação da Constituição da República. O mesmo é dizer que iremos evocar os 50 anos de todas as vitórias do MFA sobre quem quis destruir o 25 de Abril.

Que nestas comemorações consigamos obter o que alcançámos há 50 anos: a vitória sobre as forças que queriam reforçar a ditadura.

Hoje, a luta é por reforçar a Democracia, assente nos valores de Abril, onde os serviços públicos sirvam os cidadãos, onde os agentes e dirigentes do poder sirvam a comunidade e não aproveitem para se servir a si próprios!

Uma democracia onde a missão desses agentes do Poder seja a gestão da "coisa pública", na defesa da Justiça Social, da Liberdade, da Igualdade, não permitindo a falência do sistema, abrindo caminho à mercantilização dos direitos sociais, o que nos levará inevitavelmente à desigualdade e à injustiça.

Hoje, podemos lamentar que os valores e princípios intemporais, que há 50 anos nos guiaram e permitiram chegarmos a bom porto, não estejam totalmente presentes na sociedade portuguesa.

A Democracia tem a sua natureza própria, as suas virtudes e os seus defeitos, o que lhe confere uma característica especial: a existência de vários poderes, o facto de na Casa da Democracia haver diversas e diferentes sensibilidades, tornando-a mais difícil de gerir, menos operativa do que uma ditadura. Apesar de tudo isso, continuamos a preferir, convictamente, uma imperfeita Democracia, com todos os seus defeitos, a uma "boa" ditadura.

Por isso, temos de acarinhar a Democracia, respeitando a sua idiossincrasia, onde um bom relacionamento entre os seus diversos organismos, nomeadamente os Órgãos de Soberania, é essencial.

A Democracia só vence, se os cidadãos nela acreditarem!
Cada Órgão de Soberania terá de assumir as suas responsabilidades e competências, respeitando as responsabilidades e competências de todos os outros. É isso que, apesar de todo o ruído gerado pela comunicação social, onde devemos incluir todos os outros instrumentos, como as redes sociais, nos parece que tem acontecido.
Os nossos votos são no sentido de que, no futuro, os Órgãos de Soberania não venham a atropelar-se uns aos outros. Porque isso é essencial para que Abril possa continuar.
Ora, apesar de todos os erros cometidos pelas forças que se reclamam de Abril, quando no Poder ou fora dele, são essas forças – com necessidade, é certo, de uma reformulação interna, no sentido de servirem o total dos cidadãos e não apenas a sua "tribo" – que nos dão a garantia de os valores de Abril continuarem a ser defendidos.
Por isso, não querendo entrar em posições partidárias, mas assumindo a nossa posição de não neutralidade entre Abril e não-Abril, aqui formulamos os votos de que no Poder continuem as forças que se assumem de Abril, através da sua maioria na Assembleia da República.
Mas, porque aqui assumimos esta atitude, fique certo de que estaremos sempre na linha da frente, pela imposição de que as forças que se dizem de Abril se não limitem a declarações, por mais vigorosas que sejam. Se são forças que se assumem de Abril, terão de levar isso à prática, defendendo e praticando efectivamente os seus valores!

HOJE, NUM MUNDO QUE PARECE TER ENSANDECIDO, COM FORÇAS TOTALITÁRIAS A CHEGAR AO PODER ATRAVÉS DE ELEIÇÕES, IMITANDO HITLER DE TÃO MÁ MEMORIA, SURGEM FIGURAS DEMENTES A ENGANAREM OS POVOS E A OBTER OS SEUS VOTOS, COMO ACABA DE ACONTECER NA ARGENTINA

Será essa a nossa exigência, vinda do passado, a caminho do futuro.
Com um forte abraço a todos, Abril, Sempre!
Viva o Movimento dos Capitães!
Viva o MFA!
Viva Óbidos!
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

Óbidos, 1 de Dezembro de 2023

* Capitão de Abril, Presidente da Direcção da A25A

HISTÓRIAS DE UM OUTRO PAÍS

Nesta edição, os estudantes de Jornalismo da ESCS movem-se em realidades e palcos distintos. Num dos textos, três testemunhos constroem o retrato de Portugal rural e profundo, durante o Estado Novo, enquanto no outro artigo evocam-se os acontecimentos ocorridos na final da Taça de Portugal, em 1969, no jogo histórico Académica-Benfica, quando os estudantes foram silenciados e impedidos de reivindicar os seus direitos

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

A HISTÓRIA MOSTRA que em todos os regimes ditatoriais as primeiras ações que as figuras de poder assumem são as reiteradas tentativas para aniquilar e silenciar as personalidades de uma nação que têm voz e capacidade para transmitir a verdade. A sua palavra ou intervenção levaria ao conhecimento, esclarecimento e impulsionaria os cidadãos a adotarem uma atitude crítica em relação a determinada ideologia que se quer impor. E todos sabemos como a pobreza e a ignorância têm sido os mais fiéis aliados destes regimes. Nas perseguições, tortura e morte aos pensadores de um país ou de quem tem força mobilizadora existe uma obcecada necessidade de exterminar a capacidade crítica e a inteligência, travando a postura participativa e a contestação, impedindo assim que sejam os cidadãos a escolher quem querem para representantes e defensores dos seus interesses.

A História também continua a provar que vedar o acesso à educação, à informação e à cultura tem permitido a aceitação de discursos populistas, em que se substitui a verdade por desinformação, propaganda e "circo". Por isso, é tão importante evocar o passado, lembrar as consequências do silenciamento civil e despertar nos mais jovens a necessidade de documentar a memória que se perderá se não for registada. Tem sido este o desafio dos alunos da licenciatura em Jornalismo, na rubrica Abril e os Jovens. Neste espaço editorial, os futuros jornalistas abraçam a missão de procurar histórias humanas de quem viveu na pele as con-

Direitos reservados

sequências da ditadura e, após o 25 de Abril de 1974, a mudança para um regime democrático, para uma sociedade livre.

Na senda desse compromisso, os estudantes Heloísa Oliveira e Paulo Cruz reconstroem as memórias de Maria Lopes, 76 anos, Virgílio Manuel Silva, 61 anos, e Augusto Silva, 64 anos, três testemunhos de um tempo ao qual não se quer voltar. Nenhuma destas pessoas se conhece, mas partilham as recordações de viver no Portugal rural e profundo, onde se trabalhava muito em troca de pouco e onde a informação chegava sempre com atraso. Em "Viver no Portugal rural durante o Estado Novo", Maria Lopes lembra que morar numa aldeia do concelho de Proença-a-Nova era estar ainda mais distante de escolas, serviços e hospitais, mesmo que nos dias de hoje ainda seja difícil.

Para a maioria das pessoas que nascia em famílias com menos possibilidades financeiras,

nascer no meio rural e longe das oportunidades representava terem de abandonar os estudos e lançarem-se ao trabalho duro nos campos. No Pinhal Interior, ainda hoje se contam histórias de como os bebés e as crianças eram entorpecidas com vinho para que não dessem tanto trabalho a criar e não impedissem os pais de cumprir as suas obrigações nos campos. Não foi assim há tanto tempo. Ainda ontem, Maria Lopes tinha 25 anos, quando viu a Revolução dos Cravos abrir-lhe a possibilidade de votar e de escolher como queria continuar o seu futuro.

Ainda no distrito de Castelo Branco, em São Jorge da Beira, concelho da Covilhã, as belas paisagens na encosta da serra da Estrela que hoje regalam os olhos a turistas e visitantes eram sinónimo de isolamento. Com apenas 15 anos, Augusto Silva já trabalhava arduamente nas minas da Panasqueira. Para quem conhece o passado da zona da Covilhã saberá que nesta região estavam instaladas as principais fábricas de lanifícios do País. A par da extração de minérios, eram a única forma de sustento dos beirões, muitos dos quais foram obrigados a emigrar ou a trabalhar à jorna nos campos do Alentejo.

As parcas condições laborais e os baixos salários originaram o aparecimento de movimentos clandestinos antirregime associados ao Partido Comunista. Em casa de Augusto Silva, os pais falavam em política, mas sabiam que, para lá das quatro paredes, a voz das suas convicções tinha de ser silenciosa. Augusto Silva não esquece o valor das conquistas de Abril e, por isso, confia no mesmo povo que saiu à rua para aplaudir o Movimento das Forças Armadas.

A HISTÓRIA TAMBÉM CONTINUA A PROVAR QUE VEDAR O ACESSO À EDUCAÇÃO, À INFORMAÇÃO E À CULTURA TEM PERMITIDO A ACEITAÇÃO DE DISCURSOS POPULISTAS, EM QUE SE SUBSTITUI A VERDADE POR DESINFORMAÇÃO, PROPAGANDA E "CIRCO"

Não foi o seu caso, que estava a trabalhar nas profundezas da mina. Ao país interior, as notícias chegavam com atraso e as que emergiam da imprensa local eram censuradas. O próprio Jornal do Fundão exerceu um papel ativo na luta contra a ditadura e no apoio aos movimentos contestatários da Beira Interior.

Abaixo do Tejo e do outro lado do País, no Torrão, concelho de Alcácer do Sal, Virgílio Manuel Silva, que exerceu funções de presidente da Junta de Freguesia entre 2013 e 2017, conta como, nas terras alentejanas, muita gente fintava as perseguições e a polícia política, na clandestinidade. As três histórias de vida podem não representar novidade para quem pre-

senciou o quotidiano antes do 25 de Abril ou se habituou a ouvir os relatos dos avós sobre o passado pobre. Ao contrário, são muitas vezes, motivo de surpresa das gerações mais jovens que se habituaram a ter a educação e o conforto como valores assegurados, embora a falta de emprego e a impossibilidade de adquirirem casa própria lhes esteja a provocar uma permanente insatisfação e necessidade de mudança.

FUTEBOL CONTRA O REGIME

Os acontecimentos do segundo artigo, "O dia em que o futebol lutou contra o regime", de Diogo Nascimento e João Nuno Sousa, movem-se para palcos que poderiam ter sido mais mediáticos e envolvem protagonistas completamente diferentes, mas que partilham, como no texto anterior, o descontentamento profundo com o estado do País, durante a ditadura. E contrariando a ideia de que o futebol era uma das "bandeiras" do Estado Novo, lembra-nos que também poderia ser arma de arremesso contra o regime.

Nesta peça, são lembrados os incidentes ocorridos na final da Taça de Portugal de 1969, no Jamor, quando os movimentos estudantis tentaram usar o evento para reivindicarem em público os seus direitos. Parte da aura que ainda existe na Académica de Coimbra nasce desse tempo. Para recordar a mítica partida de 22 de junho, os jovens jornalistas ouviram Toni, antigo jogador do Benfica, que participou nesse jogo, enquanto a contextualização do momento é reservada ao historiador João Fidalgo e o comentário ao jornalista desportivo Rui Tovar.

NESTE ESPAÇO EDITORIAL, OS FUTUROS JORNALISTAS ABRAÇAM A MISSÃO DE PROCURAR HISTÓRIAS HUMANAS DE QUEM VIVEU NA PELE AS CONSEQUÊNCIAS DA DITADURA E APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

São histórias naturalmente distintas e redigidas com estilos jornalísticos diferentes que despertam a memória de um outro país, onde se ansiava por mais direitos e melhores condições de vida; pela liberdade e a democracia. Sonhos a que abril abriu as portas.

*Professora adjunta, jornalista e coordenadora da licenciatura em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS)

Direitos reservados

Não foi a Final da Taça de 1969 que provocou o 25 de Abril, mas este dia foi, sem dúvida alguma, importante para que se tivesse dado a revolução, em 1974

FUTEBOL EM LUTA CONTRA O REGIME

Em plena ditadura, a Académica de Coimbra transformou o que poderia ter sido apenas mais uma final da Taça de Portugal num momento histórico que contribuiu para o apoio popular à Revolução de Abril. Corria o ano de 1969 e, no Jamor, os estudantes aproveitaram a partida para gritarem bem alto as reivindicações que antes tinham sido silenciadas pelo regime. Toni, antigo jogador do Benfica, participou nesse jogo e recorda a mítica partida de 22 de junho. Com a contextualização do historiador João Fidalgo e o comentário do jornalista desportivo Rui Miguel Tovar, evoca-se o dia em que o futebol fintou as ideologias do regime

DIOGO NASCIMENTO E JOÃO NUNO SOUSA*

QUANDO SE FALA do futebol no período do Estado Novo, a primeira ideia remete para a maneira como a modalidade era instrumentalizada como propaganda do regime, mas a verdade é que este desporto também desempenhou um papel essencial na queda da ditadura. No dia 22 de junho de 1969, a Académica defrontou o Benfica, num jogo que Rui Miguel Tovar classifica como "a final da Taça da Portugal mais importante da história".

Vivia-se um momento de grande tensão entre os estudantes e o regime, particularmente em Coimbra. No dia 17 de abril de 1969, Alberto Martins, então presidente da Associação Académica de Coimbra, pediu a palavra ao Presidente da República, Américo Tomás, durante a inauguração do edifício das Matemáticas, na Universidade de Coimbra, mas esta foi-lhe negada. Acreditava-se que o eventual discurso de Alberto Martins seria nocivo e que iria passar uma má imagem do regime. O presidente da maior associação académica de Portugal acabou por ser silenciado. Iniciava-se, assim, um dos maiores movimentos estudantis da história portuguesa, que teve um ponto alto no protesto da final da Taça de Portugal do mesmo ano, entre o Sport Lisboa e Benfica e a Associação Académica de Coimbra.

O CONTEXTO DE 1969

No ano a seguir a Salazar ter caído da cadeira, acidente que o fragilizou e o obrigou a afastar-se do poder ao fim de 35 anos de governação, o País estava já numa nova fase: o marcelismo. Com a chegada de Marcelo Caetano ao poder, a população esperava mudanças – a chamada Primavera Marcelista. Para ser fiel à História, é necessário dizer que houve, de facto, várias transformações, mas nunca corresponderam às expectativas. Segundo João Fidalgo, "houve alguma abertura, mas não democratização". Os portugueses, naturalmente, não estavam satisfeitos, e esta infelicidade fez-se sentir especialmente no meio académico de Coimbra, o

maior, mais ativo e mais revolucionário núcleo estudantil do País.
A década de 60 do século XX, foi fundamental para o movimento académico. Já tinha havido uma grave crise estudantil em 1962, no contexto nacional, e, em maio de 1968, a França foi palco de uma série de contestações dos estudantes, reivindicando melhores condições de ensino e de acesso. Estes movimentos acabaram por ter uma forte influência nos acontecimentos de 1969.
Nesse mesmo ano, os estudantes fizeram mesmo greve aos exames, a única na história da resistência à ditadura: 86 por cento dos nove mil alunos da Universidade de Coimbra faltaram às provas, o que, teoricamente, significaria que reprovariam o ano.
As reivindicações dos alunos eram diversas e não se limitavam apenas ao meio académico. Nesta época, os principais temas de descontentamento centravam-se na questão da Guerra Colonial e na própria repressão do Estado Novo, bem visível no episódio da inauguração do edifício das Matemáticas. A maior reivindicação dos estudantes era o lema "ensino para todos". Estudar era um luxo, era altamente elitista e os jovens queriam que a educação fosse mais acessível.

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

A Associação Académica de Coimbra, vulgo Académica, é um dos clubes históricos do futebol português. Tinha, naquela época, a particularidade de ser mesmo uma equipa constituída só por estudantes. O facto de os próprios jogadores da Académica serem, na maioria, alunos da Universidade de Coimbra deu outra dimensão ao protesto. Como afirma Rui Miguel Tovar, "foi algo que realmente se fez notar quer nas bancadas quer em campo".

A ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA, VULGO ACADÉMICA, É UM DOS CLUBES HISTÓRICOS DO FUTEBOL PORTUGUÊS

Naquele tempo, as fases a eliminar a duas mãos da Taça de Portugal realizavam-se só no fim do campeonato. Nas meias-finais, o sorteio ditou que a Académica ia jogar com o Sporting. A equipa conimbricense apresentou-se de branco com uma fita preta no braço, em tom de protesto, algo que foi proibido para a segunda mão. Com duas vitórias (1-2, no Estádio José Alvalade, e 1-0, em Coimbra), os estudantes conquistaram o acesso à final da Taça de Portugal. O adversário seria o todo-poderoso Sport Lisboa e Benfica, que, na década de 1960, tinha alcançado algumas das suas conquistas mais gloriosas e apresentava um plantel repleto de estrelas, como Eusébio, Coluna, António Simões, entre outras.

OS PROTESTOS NA FINAL DA TAÇA FORAM BEM-SUCEDIDOS, QUANTO MAIS NÃO FOSSE SÓ PELA DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A FINAL INÉDITA

No dia 22 de junho de 1969, os adeptos da Académica deslocaram-se ao Jamor. O clima era tenso, previa-se alguma espécie de protesto na final, tendo em conta o que já antes tinha acontecido. José Hermano Saraiva, à época ministro da Educação, enviou uma carta às altas figuras do Estado, alertando para a possibilidade de o regime ficar mal visto. O resultado foi algo inédito. A final entre Benfica e Académica de Coimbra não teve transmissão televisiva. A RTP alegou, na altura, que não emitiu o jogo devido ao elevado valor exigido pela Federação Portuguesa de Futebol para a obtenção dos direitos televisivos. Mais tarde, veio a saber-se que apenas não teria sido conveniente mostrar ao País aqueles protestos. Além disso, nem o Presidente da República nem o presidente do Conselho de Ministros, Américo Tomás e Marcelo Caetano, respetivamente, marcaram presença. "O facto de a RTP não fazer a transmissão e de o Chefe do Estado não comparecer no jogo significa medo, o que levou a que o movimento académico se tornasse cada vez mais forte", explica Rui Miguel Tovar, sendo notável o crescimento do movimento estudantil naquele ano.

Havia até a possibilidade de a Académica não jogar, ou por protesto ou por ser impedida de comparecer. Vencido pela Académica nas "meias", o Sporting foi mesmo para estágio, caso fosse preciso jogar a final.

Os jogadores da Académica entraram com as capas negras às costas em sinal de luto académico e, lado a lado com os jogadores do Benfica, um cenário fora do comum na altura, uma vez que o normal era entrarem no relvado já a correr. Durante a primeira parte, houve, sobretudo, tranquilidade nas bancadas. Foi a partir do intervalo que os adeptos da Académica começaram a mostrar as tarjas com várias mensagens em protesto contra o regime. "Universidade Livre" e "Mais ensino, menos polícias" foram algumas das mensagens expostas no recinto desportivo. Havia naturalmente agentes da PIDE nas bancadas e foram mesmo feitas algumas detenções durante a partida. Estas tarjas, apesar de terem sido trazidas pelos adeptos da Académica, correram o estádio todo, passando inclusivamente pelos adeptos do Benfica, que também as mostraram.

António Oliveira, o famoso Toni, que foi titular pelo Benfica, conta que todo este rebuliço não impediu os encarnados de encarar a partida com seriedade: "Obviamente que entrámos para ganhar, mas a Académica também era muito

forte." A verdade é que a Académica deu uma excelente réplica e colocou-se na frente do marcador ao minuto 81, por Manuel António. Esta vantagem só viria a durar quatro minutos. Aos 85, Eusébio bateu um livre, Viegas, guarda-redes dos estudantes, não conseguiu agarrar e a bola acabou por sobrar para António Simões, que empatou a partida. O jogo foi a prolongamento e Eusébio - quem mais poderia ser? - fez o golo que deu a vitória ao clube encarnado.

O FACTO DE A RTP NÃO FAZER A TRANSMISSÃO E DE O CHEFE DO ESTADO NÃO COMPARECER NO JOGO SIGNIFICOU MEDO, O QUE LEVOU A QUE O MOVIMENTO ACADÉMICO SE TORNASSE CADA VEZ MAIS FORTE

CONSEQUÊNCIAS DO PROTESTO

Os protestos na final da Taça foram bem-sucedidos, quanto mais não fosse só pela divulgação do movimento estudantil. O historiador João Fidalgo afirma que os estudantes "conseguiram provocar uma mudança de ministro da Educação", tendo, no ano seguinte, José Hermano Saraiva sido substituído por José Veiga Simão. O movimento estudantil galvanizou-se e muita gente acabou por perceber que o regime tinha sido afetado por este episódio. O "edifício" do Estado Novo já começava a ruir e a crise académica provocou-lhe um valente terramoto. "Sem dúvida alguma que o efeito da revolução não era igual, sobretudo a nível estudantil, mas dificilmente conseguiríamos perceber o que poderia ter acontecido, caso a Taça tivesse caído nas mãos dos estudantes", diz João Fidalgo.

Muitos especialistas gostam de afirmar que na história não há "ses", mas é sempre interessante tentar perceber o que teria acontecido, caso a Académica tivesse vencido. Toni acredita que, "se os estudantes tivessem triunfado, teria havido imensas prisões, porque os protestos ter-se-iam espalhado pelo País".

O futebol mostrou que pode ser uma arma válida e eficaz contra o poder, por mais repressivo que este seja. "O futebol é a coisa mais importante das coisas menos importantes", diz Toni. Como afirma João Fidalgo, "não foi a Final da Taça de 1969 que provocou o 25 de Abril, mas este dia foi, sem dúvida alguma, importante para que se tenha dado a revolução, em 1974, com tanto apoio popular, sobretudo das camadas mais jovens, que foram especialmente mobilizadas por esta final". Rui Miguel Tovar considera que "esta é mesmo a Taça de Portugal mais importante de sempre. E por isso ainda é relevante falar deste dia, como continuará a ser cem anos mais tarde".

* Estudantes da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

PORTUGAL RURAL
NO ESTADO NOVO

Direitos reservados

Para se perceber e valorizar o presente é necessário conhecer o passado. Porque há histórias e cenários que devem ser irrepetíveis, é preciso saber como se vivia no Portugal rural antes do 25 de Abril 1974. Meio século depois, as assimetrias regionais persistem, mas, no Estado Novo, a maioria das pessoas trabalhava na dureza dos campos e sentia-se condenada ao esquecimento

HELOÍSA OLIVEIRA E PAULO CRUZ*

EXISTEM MOMENTOS na história de um povo que ficam tão cravados no ADN de todos que nem as gerações seguintes conseguem apagar. Mudanças tão profundas que alteram não só a vida de uma geração, mas também de toda a sociedade. Na história recente de Portugal, o 25 de Abril de 1974 foi esse marco que possibilitou uma transformação profunda nesta "faixa atlântica da península", como lhe chamou um dia Salazar.

Considerando as mudanças que ocorreram após esse dia, existe um país antes e outro depois dessa data. Foram alterados hábitos e direitos, como o acesso à educação, à saúde pública e à informação, além de se ter conseguido algum poder de compra. Novos partidos políticos foram constituídos ou saíram da clandestinidade. Em véspera das primeiras eleições, a fragmentação de partidos, sobretudo à esquerda, era uma realidade, mas o PS acabou por vencer com 37,9% dos votos. Na oposição mais forte, mantiveram-se as forças políticas que perdurariam até aos dias de hoje: PPD (atual PSD), CDS e PCP. Um ano após a Revolução, a 25 de Abril de 1975, 91,6% dos cidadãos recenseados saíram de casa para irem às urnas exercer o direito de voto. Foram as eleições mais participadas na história da democracia.

As pessoas passaram a falar abertamente sobre política, sem receio da PIDE. Os *media* soltaram-se das amarras do lápis azul e voltaram a informar livremente. "Foi uma novidade, as mulheres poderem votar. Votei em todas as eleições desde 1975 e acredito que é fundamental", sublinha Maria Lopes, 76 anos, reformada.

A educação deve ser a principal base de uma sociedade, mas antes de 1974, Portugal era um país pobre, as escolas não abundavam e as que existiam tinham condições rudimentares. Em todas as salas de aula, estava fixada na parede uma fotografia de Salazar e outra de Óscar Carmona, primeiro, de Américo Tomás, depois. Entre os retratos, avistava-se um crucifixo. As crianças estudavam apenas até à 4.ª classe. O objetivo era que aprendessem a ler, escrever e contar. Com uma taxa de analfabetismo de 40%, muitas não chegavam a ir à escola. A necessidade de ajudarem a pôr pão na mesa cortava-lhes a possibilidade de aceder à educação. Além das más condições nos recintos escolares, o ensino tinha como alicerce o medo.

Direitos reservados

O pai de Maria Lopes era o carpinteiro da aldeia que fazia as réguas com que a professora batia nos alunos

Se em Lisboa e no Porto – sobretudo nos arredores dos principais centros urbanos – havia muitas carências, no interior do País, o cenário era ainda mais gritante. Maria Lopes recorda-se bem das agruras do percurso até à pequena escola do Carregal, aldeia onde nasceu, no concelho de Proença-a-Nova: "Percorria cinco qui-

lómetros a pé para cada lado, por um caminho de terra batida que, no inverno, ficava cheio de lama. A professora era muito rígida. Para nos castigar, punha os alunos virados para a parede de joelhos e todos os dias açoitava alguém. Curiosamente, as réguas eram feitas pelo meu pai que era carpinteiro, para depois a professora lhes dar uso em mim ou nos restantes colegas. A sala era muito fria e não tínhamos casa de banho. Em caso de necessidade, tínhamos de ir à rua."

Para o governo de Salazar, o ideal da família portuguesa passava por uma visão paternalista: as pessoas serem obedientes, pobres, honestas e trabalhadoras. A capacidade intelectual que levaria à reflexão e, subsequentemente, à crítica não era bem vista, filiação política era proibida e para se trabalhar para o Estado havia necessidade de se preencher um documento que comprovava que as suas convicções políticas não divergiam das do próprio governo. Era difícil e arriscado pensar de modo diferente. As pessoas tinham receio de expor a sua visão política.

Como relata Virgílio Manuel Silva, 61 anos, natural de Torrão, concelho de Alcácer do Sal, "os que tinham coragem de se posicionar faziam-no clandestinamente. Havia muita gente do Partido Comunista, por exemplo, mas não se sabia nada sobre os seus movimentos, pois agiam e manifestavam-se de forma muito cuidadosa, devido à proibição partidária e à forte repressão da polícia política".

Mais no interior, no concelho da Covilhã, onde a maior parte das pessoas ganhava o sustento nas fábricas de lanifícios da cidade e no complexo das Minas das Panasqueira, a força reivindicativa era quase uma necessidade. Nestas terras geladas da serra da Estrela, a ligação clandestina ao Partido Comunista representava, para muitos trabalhadores, a luta contra a precariedade e a pobreza. O tema leva Augusto Silva, 64 anos, até ao passado. Nascido e criado em São Jorge da Beira, o antigo mineiro recorda como na sua casa de gente simples já havia consciência política: "O meu pai votou no general Humberto Delgado, pois ele estava ligado à política, mas fazia-o às escondidas. Era preciso cuidado, ninguém podia saber que ele se pronunciava politicamente. Mesmo a minha mãe, que, embora fosse analfabeta, sabia bem o que era a PIDE e percebia quando é que tinha de ter tento na língua e com quem é que podia falar sobre isso. Só falávamos dentro de casa. Fora de portas, era perigoso e havia o risco de passarmos a ser perseguidos."

A EDUCAÇÃO DEVE SER A PRINCIPAL BASE DE UMA SOCIEDADE, MAS ANTES DE 1974, PORTUGAL ERA UM PAÍS POBRE, AS ESCOLAS NÃO ABUNDAVAM E AS QUE HAVIA TINHAM CONDIÇÕES RUDIMENTARES

NESTAS TERRAS GELADAS DA SERRA DA ESTRELA, A LIGAÇÃO CLANDESTINA AO PARTIDO COMUNISTA REPRESENTAVA, PARA MUITOS TRABALHADORES, A LUTA CONTRA A PRECARIEDADE E A POBREZA

SER MULHER SEM DIREITOS

Se trabalhar nas minas da Panasqueira ou nas fábricas de lanifícios da Covilhã e em tantos outras empresas existentes de norte a sul do País não era fácil, no campo, a vida tinha fama de ser ainda pior. Maria Lopes, que no ano da Revolução era uma jovem de 25 anos, recorda como os dias poderiam ser penosos, sobretudo, no verão: "Começávamos a trabalhar no campo, assim que nascia o dia e só parávamos ao anoitecer. No verão, começávamos logo às 5 da manhã, para apanharmos mais fresquinho. Parávamos na hora de mais calor e depois voltávamos quando começava a ficar mais fresco outra vez, até se deixar de ver. Como não tínhamos animais ou máquinas agrícolas, fazíamos tudo à mão. Eram tempos árduos, de trabalho duro e só descansávamos ao domingo. Havia uma enorme diferença salarial (recebiam ao dia) entre homens e mulheres. Se um homem ganhasse 20 escudos, nós ganhávamos metade."

A emancipação da mulher portuguesa nasceu da necessidade de sustentar a casa, após a eclosão da guerra do Ultramar. Mas o fosso entre homens e mulheres não se limitava apenas à diferença salarial. Elas não podiam ter conta bancária, alugar casa ou votar, criando uma enorme dependência matrimonial. Habitualmente, eram donas de casa ou, tal como Maria Lopes, trabalhavam na lavoura. As professoras não podiam usar maquilhagem e precisavam de autorização do governo para casar.

Quando uma mulher engravidava, havia uma forte probabilidade de a mãe ou de a criança morrerem. Portugal registava a taxa de mortalidade infantil mais elevada da Europa. Apenas um em cada sete nascimentos tinha assistência médica. "As crianças nasciam em casa e não havia acompanhamento médico durante a gravidez. Apenas havia um médico na minha freguesia, que se deslocava a cavalo. Se houvesse necessidade de o contactar, alguém tinha de ir a pé chamá-lo. Eram dez quilómetros para cada lado. O hospital mais próximo ficava em Castelo Branco, a cerca de 40 km, pelo que eu nunca fui ao médico", conta.

PAÍS POBRE E ISOLADO

Todo o País era rural. Mesmo as cidades eram pequenas, as localidades separadas por vários quilómetros e quem vivia no campo enfrentava muitas dificuldades. Os portugueses viajavam pouco, muitas das vezes, sem que existissem transportes disponíveis e, no caso de haver, as

deslocações eram difíceis e demoradas; muitos nunca chegaram a ver o mar ou viajaram para outro local, além da sua terra. A comunidade portuguesa era fechada e a maioria da população não tinha noção do que se passava nos outros países, pois a censura era transversal, da imprensa à cultura.

O povo era de tal maneira submisso à ditadura, que, lembra Maria Lopes, nos dias seguintes à revolução, "as pessoas sentiam pena do Salazar e diziam: 'coitadinho do Salazar... O que é que virá aí agora". Embora o Presidente do Conselho do Estado Novo fosse Marcelo Caetano, as pessoas continuavam a falar de António de Oliveira Salazar, como se este ainda estivesse no poder: "Diziam que Salazar era bom para os pobres e que a revolução era feita por comunistas que iriam provocar uma guerra. A incerteza também causava medo." A população vivia com grandes dificuldades, apenas podiam dar-se ao luxo de consumir carne ou peixe uma vez por semana. "Só depois do 25 de Abril é que comi um bife, pela primeira vez, porque até aí nunca tinha ouvido falar de tal coisa", revela.

Portugal era um país pouco desenvolvido, onde mais de metade da população trabalhava na agricultura (22%) ou na indústria (39%) e apenas uma minoria nos serviços (39%). Na mesma casa, podiam viver duas ou três gerações, famílias numerosas com cinco ou até dez filhos. Para enganar a fome, adultos e crianças consumiam álcool de manhã, por ser uma fonte calórica. Maria Lopes não tem memória de ter bebido álcool quando criança, mas sabe que "era comum os rapazes começarem a beber por volta dos onze anos, quando abandonavam a escola e passavam a trabalhar nos campos ou como pastores. Também era habitual dar aos bebés para ajudá-los a adormecer".

Direitos reservados

"Pensavam que era uma guerra, não se falava em revolução", diz Virgílio Lopes ao recordar o dia 25 de Abril

O país rural estava ainda mais privado de tudo. Apesar de já haver televisão, ter o pequeno aparelho era um privilégio de alguns e as notícias chegavam apenas pela rádio. "Nós já tínhamos um rádio em casa e todos se posicionavam em redor do aparelho para saber as notícias", conta.

O DIA DE UM PAÍS LIVRE

No dia 25 de Abril de 1974, só o pequeno aparelho trouxe a boa nova ao país profundo, mas nem todos percebiam a importância do momento. "Pensavam que era uma guerra, não se falava em revolução. Lembro-me de a minha

Direitos reservados

Augusto Silva nasceu em S. João da Beira, Covilhã

mãe dizer que havia uma guerra em Lisboa, com soldados na rua. Na escola, o meu professor andava sempre de uma sala para a outra para ouvir as notícias na rádio. Portanto, neste dia, praticamente não tive aulas", relata Virgílio Manuel Silva, que na altura era uma criança de dez anos.

PARA O GOVERNO DE SALAZAR, O IDEAL DA FAMÍLIA PORTUGUESA PASSAVA POR UMA VISÃO PATERNALISTA: AS PESSOAS SEREM OBEDIENTES, POBRES, HONESTAS E TRABALHADORAS

Augusto Silva também tinha apenas 15 anos quando se deu a Revolução, mas, apesar da tenra idade, já trabalhava nas minas da Panasqueira. Recorda-se de que a notícia da revolução e os acontecimentos que se sucederam ainda demoraram a chegar à aldeia. "Só passados dois ou três dias é que começámos a acompanhar o que se passava em Lisboa. Depois é que chegámos à conclusão de que já se podia falar e ouvir a rádio à vontade. Nessa altura, as pessoas ainda tinham algum receio de ouvir rádio", conta. A Revolução dos Cravos "trouxe mais coisas boas do que más", considera Augusto Silva. "Basta pensar que, ao dia de hoje, não conseguimos imaginar-nos num país onde não se viva em democracia. O ponto negativo talvez tenha a ver com o facto de algumas pessoas terem abusado um bocado da liberdade, porque antes do 25 de Abril não se via o que acontece atualmente. Creio que ocorriam muito menos crimes e incêndios. Quando aconteciam, eram muito espaçados no tempo, porque a PIDE não deixava e as pessoas tinham medo", acredita.

Na realidade, estes crimes aconteciam, mas os meios de comunicação social estavam impedidos pela Censura de noticiá-los.
O aumento salarial, a par da liberdade de pensamento foram, para Augusto Silva, os principais pontos positivos da Revolução. "Tive uma subida de ordenado de 600 escudos por mês para três contos e quinhentos escudos."

OS PORTUGUESES VIAJAVAM POUCO, MUITAS DAS VEZES, SEM QUE EXISTISSEM TRANSPORTES DISPONÍVEIS E, NO CASO DE HAVER, AS DESLOCAÇÕES ERAM DIFÍCEIS E DEMORADAS

SINAIS DE RETROCESSO POLÍTICO

Nas eleições legislativas de janeiro de 2022, o Chega garantiu 12 deputados. Virgílio Manuel Silva rejeita que o crescimento do partido, conotado com a extrema-direita, possa ser reflexo de algum saudosismo dos tempos de ditadura e acredita que os resultados favoráveis ao Chega são justificados pelo facto de os sucessivos governos não estarem a resolver alguns problemas sociais. "Creio que a democracia, quando é mal vivida, pode dar espaço a este tipo de manifestações através do voto", justifica. Entre 2013 e 2017, o atual técnico superior do Museu Etnográfico local assumiu a presidência da Junta de Freguesia do Torrão. Uma responsabilidade que só foi possível, como realça, porque "o 25 de Abril deu às pessoas a oportunidade de escolherem quem consideram o candidato mais capaz para defender os interesses da sua terra".
Maria Lopes não se mostra tão confiante no futuro da democracia e receia que a situação possa mudar: "Eles estão com força e já têm tantos deputados eleitos." Ao contrário, Augusto Silva está convicto de que as pessoas identificam bem quem pode defender o interesse público: "O povo sabe muito bem o que são a direita e a extrema-direita, por isso não vai nessa conversa. E ninguém que trabalha por conta de outrem gosta ou gostaria de vir outra vez a sofrer na pele o que se vivia antes do 25 de Abril. Porque a ideia defendida por eles é essa."
Os anos passaram, o país mudou, mas a memória coletiva do que foi viver durante o Estado Novo não se perdeu. De geração em geração, foi transmitida a ideia da vida dura que existia num país assente em três pilares: deus, pátria e família.
O Dia da Liberdade foi escrito com cravos, sem censura ou medos, por quem já nada tinha a perder. Na visão de Maria Lopes, "não havia medo, mas desconhecimento sobre o que realmente se estava a passar. Seria algo que, mais dia menos dia, teria de acontecer, era iminente". Anos mais tarde, nesse mesmo dia, nascia a sua primeira filha, herdeira da liberdade.

* Estudantes da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

QUATRO X QUATRO
ENTREVISTA COM ANDRÉ LAURET

Direitos reservados

"O MUNDO OCIDENTAL VIVE NUMA PSEUDODEMOCRACIA"

Neste espaço, a presença do arquiteto André Lauret. Para, em tempos que se pretendem de comemoração do "reencontro" com a Liberdade, falar, designadamente, do direito de acesso à cultura e ao ensino universal e gratuito; da emancipação da mulher; do repúdio pela censura, qualquer que ela seja; da opção pelas diferentes orientações sexuais e da possibilidade de cada um fazer a sua escolha de "forma livre", sem imposições legais ou o "peso de um julgamento moral associado". E, simultaneamente, para denunciar a subtil ameaça que constitui a "excessiva e progressiva digitalização e controlo informático das nossas vidas"; a constituição de gigantescas multinacionais que "detêm todo o poder económico que domina o poder político"; a adesão a "discursos populistas" disseminados pela Comunicação Social; a cultura da "subserviência" e do "favor" para o "desenrasca"; o desenvolvimento da "inteligência artificial" ou o sentimento de "impunidade absoluta" dos "protagonistas dos casos mediáticos de corrupção", perpetuados em "julgamentos e recursos sucessivos que não raro prescrevem". Mas também, e apesar de tudo, sem que, segundo ele, se possa ignorar o fascínio da descoberta de "coisas novas", de "modos diferentes" de fazer e de experimentar

ALEXANDRE MANUEL*
CARLOS DE MATOS GOMES**

Dos termos mais utilizados no discurso político, a Liberdade é uma palavra encantatória, constituindo mesmo objecto apetecido de manipulação e falsificação. Não é, no entanto, um conceito abstrato, de tal modo que os autores do 25 de Abril o pretenderam explicitado no seu Programa. Cinquenta anos quase passados, que conteúdo entende que a Liberdade deve ter na sociedade em que vivemos e na sociedade que queremos projetada? Quais os perigos que, na sua opinião, corre essa mesma Liberdade e o que podemos (devemos) fazer para a defender?

A Liberdade é um dos bens mais preciosos da vida e nem sempre temos consciência disso, sobretudo os que, como eu, já nasceram nela. Muitas foram as conquistas que se verificaram depois do 25 de Abril a esse nível. Não apenas na liberdade de imprensa com o fim da censura, não apenas na liberdade de acesso à cultura e ao acesso universal e gratuito ao ensino, não apenas na liberdade de expressão e de criação artística, não apenas na emancipação da mulher, da libertação do seu papel de submissão ao marido e da justa tendência de atribuição de direitos iguais aos homens, não apenas na liberdade sexual, de se poderem assumir orientações sexuais diversas, mas, sobretudo, na possibilidade de cada um fazer as suas es-

colhas (politicas, religiosas, modo de vida) de forma livre, sem imposições legais ou o peso de um julgamento moral associado.
Todas estas conquistas de Abril, apesar de incompletas, são processos que continuam a fazer o seu caminho. Sabemos que existem ainda muitas desigualdades, discriminações e resistências morais e reaccionárias que condicionam a expressão completa de Liberdade e que importa combater.
Contudo, há uma ameaça mais subtil, mas não menos inquietante: a excessiva e progressiva digitalização e controlo informático das nossas vidas que ficam registadas em cada acesso feito na Internet, em cada compra sempre que pagamos com cartão de débito ou de crédito, em cada utilização do multibanco, em cada passagem na via verde das autoestradas, nos percursos que ficam registados no GPS do telemóvel, nos "gostos" e publicações que fazemos nas redes sociais. E na evolução da inteligência artificial, a criação de algoritmos que bloqueiam acesso à informação, orientam tendências, fabricam mentiras e manipulam as massas!
A rapidez cada vez maior do processamento dos dados é, para mim, um pouco assustador: pode levar-nos ao controlo permanente e absoluto de todos os nossos hábitos e gestos por uma entidade invisível e omnipresente com intenções sinistras, tal como o "grande irmão" no livro *1984*, uma ficção de George Orwell que me marcou muitíssimo. Na sociedade aí descrita, toda a população era filmada e controlada permanentemente por máquinas, havendo uma ausência absoluta de liberdade.

EXISTE UMA NOVA AMEAÇA À LIBERDADE: A PROGRESSIVA DIGITALIZAÇÃO E CONTROLO INFORMÁTICO DAS NOSSAS VIDAS

Hoje, mais do que nunca, importa cada um de nós ter consciência da importância e do valor da Liberdade e das suas ameaças, pois só assim a podemos defender e cuidar dela, todos os dias como quem cuida carinhosamente do seu jardim.
Não sendo um termo unívoco, nem tendo uma interpretação única, é fundamental que a Democracia seja a expressão livre da vontade maioritária de uma sociedade, tanto no modo como pretende ser governada, como ainda em relação à preservação dos seus valores e concretização dos seus desejos. Não terá sido, pois, por acaso que o Programa do MFA proclamou a intenção de implantar uma "Democracia" para substituir uma "Ditadura". A expressão dessa proposta, um dos "D" do Programa, é a Constituição da República Portuguesa. Passados todos estes anos, como entende que, hoje, a vontade dos cidadãos pode ser ameaçada (ou não) pelos grandes e cada vez mais poderosos meios de comunicação, frequentemente acusados de se terem transformado em agentes manipuladores, falseando, inclusive, os elementos essenciais para uma livre expressão, para uma séria informação?

A DEMOCRACIA NÃO SE ESGOTA NO EXERCÍCIO DO DEVER CÍVICO DE VOTAR NAS ELEIÇÕES

Vivemos hoje um tempo muito mais complexo. Há 50 anos, os problemas estavam bem identificados (a ditadura, a guerra, a PIDE, a censura, o analfabetismo, etc.), havia um regime com rostos e os alvos a abater eram bem conhecidos, mesmo que difíceis de derrubar.

O século XXI trouxe novos desafios, com a globalização e a junção de grandes empresas em gigantescas multinacionais que detêm todo o poder económico que domina o poder político. É um poder invisível, sem rosto, mas omnipresente.

A grande maioria dos políticos, independentemente da cor que representam, está, pois, ao serviço dos interesses das grandes corporações que corrompem o poder político. E o mais grave é que dominam também as elites que são formadas e, sobretudo, formatadas para estarem ao serviço das multinacionais.

Nas faculdades de Economia, isso é evidente, havendo pouco espaço para reflexão de modelos económicos alternativos. Há também sinais disso mesmo nas faculdades de Medicina, onde os médicos "resolvem" as doenças com comprimidos para que a indústria farmacêutica possa maximizar os seus lucros. Nas faculdades de Agronomia, é claro o "pensamento único" na forma de produção agrícola intensiva, utilizando sementes geneticamente modificadas e fertilizantes químicos nefastos para o ambiente e para a saúde humana, mas que servem o intuito de domínio da produção alimentar mundial por empresas sinistras.

Também a Ciência tem muitas vezes um papel promíscuo com as entidades que financiam os "estudos". E a Comunicação Social (pública e privada) não foge à regra, orientando as emoções e o pensamento das grandes massas sob a batuta de outros interesses, muitas vezes supranacionais e supraestaduais.

O mundo ocidental vive, de facto, numa pseudodemocracia, onde as eleições existem mais para manter uma fachada democrática, do que para expressar a representação da vontade popular. Milhares de pessoas aderem facilmente a discursos populistas disseminados na Comunicação Social.

Os políticos eleitos provavelmente vão cumprir uma agenda diferente da que prometeram em campanha. Até o Poder Local está tantas vezes capturado por grandes interesses imobiliários ou económicos que entram em conflito com as boas práticas de planeamento e ordenamento do território, pondo em causa o equilíbrio ambiental, a qualidade de vida e a segurança das populações. A Democracia só vai funcionando em situações pontuais.

Considero que o modelo capitalista e de economia liberal em que vivemos está em clara falência económica, social e ambiental! Por tudo isto, importa lembrar todos os dias que a Demo-

cracia não se esgota no exercício do dever cívico de votar nas eleições de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos. Mais do que nunca, é necessário que a população seja cada vez mais consciente, interventiva, exigente e participativa, numa perspectiva positiva de mudança!

O Estado de Direito constitui uma conquista civilizacional que pretende equilibrar o poder soberano do Estado – tendencialmente totalitário – e o poder do indivíduo – tendencialmente restrito e centrado em interesses particulares. Foi, de facto, uma conquista, no sentido da construção de uma sociedade mais justa, capaz de equilibrar o interesse da coletividade com o direito dos cidadãos. Uma das graves questões do nosso tempo centra-se exactamente na relação do Estado com os cidadãos, de um Estado prestador de serviços, através da administração pública a esses mesmos cidadãos, seus "clientes", e ainda de um Estado, entidade de defesa de direitos individuais contra as oligarquias e as corporações. Como, na sua opinião, pode (deve) o Estado melhorar a sua relação com os cidadãos?

Quase todas as estruturas do Estado estão minadas com esquemas antigos de compadrio e corrupção: da atribuição de apoios sociais, aos concursos públicos, passando pelas administrações hospitalares, câmaras municipais etc.

Por outro lado, a cultura da subserviência e do "favor" para "desenrascar" (que, muitas vezes, dificilmente se consegue resolver de outra forma) faz com que se perpetuem os caciques e os pequenos poderes que bloqueiam o normal funcionamento dos serviços e a vida das pessoas que deles necessitam. No reverso, temos os que têm "amigos" que resolvem os seus problemas com a maior das facilidades, tantas vezes de forma perversa e ilícita.

A DEMOCRACIA SÓ VAI FUNCIONANDO EM SITUAÇÕES PONTUAIS

Considero que há várias medidas importantes que o Estado deveria adotar, nomeadamente, reduzir drasticamente a burocracia e eliminar leis obtusas para agilizar os processos e torná-los mais transparentes; oferecer aos funcionários e técnicos uma carreira mais motivadora, mas aumentando a sua responsabilidade e, por fim, promover uma formação humanista capaz de sensibilizar os trabalhadores para que tomem consciência de que, por detrás de cada número de processo, existem pessoas com problemas pendentes (por vezes graves) por resolver.

Se, por um lado, há uma desmotivação grande dos funcionários públicos, há nos utentes uma generalizada falta de cultura de exigência de qualidade dos serviços do Estado. Essa subserviência, que vem do passado, é alimentada pela ausência total de meios que permitam que as reclamações sejam atendidas de forma célere, que sejam exigidas responsabilidades e melhorados os procedimentos.

Outro pilar do Estado de Direito que está muito doente é a Justiça, que, pura e simplesmente, não funciona, quer na teia burocrática, quer nos custos, quer no tempo de resolução dos processos. Toda a arquitetura do sistema de justiça deveria ser reformulada, no sentido de

Direitos reservados

agilizar os processos e de garantir que os advogados pudessem estar ao serviço dos cidadãos, a preços compatíveis com o custo médio de vida dos portugueses.

O facto de a justiça não funcionar é péssimo para o dia-a-dia dos cidadãos, que ficam com as vidas penduradas por um divórcio, uma herança que se arrasta ou um litígio laboral que não se resolve. Mas pior: cria na sociedade o sentimento geral de uma impunidade absoluta dos protagonistas dos casos mediáticos de corrupção, que se perpetuam em julgamentos e recursos sucessivos que não raro prescrevem, com os arguidos a saírem quase sempre sem mácula. Esta insatisfação, transforma-se facilmente em indignação, indignação essa que se torna muito fácil de ser orquestrada por movimentos de populistas da e xtrema-direita, o que é bastante preocupante.

As sociedades e os seres humanos não conseguem manter a sua coesão sem uma visão de futuro, sem uma Esperança, aquela esperança que, podendo ser embora um projecto individual ou familiar, é sempre, no entanto e também, um projecto político. O que, quanto a si, deve ser entendido como elemento mobilizador, como farol de esperança para Portugal? Serão, no caso, a cultura, o ambiente, a organização do trabalho, a educação, as relações interculturais, as novas famílias, as novas "aldeias"?

Penso, e espero, que a consciência ambiental,

sobretudo nas gerações mais novas, nos conduza a uma nova revolução, mas desta vez a uma revolução silenciosa. Acredito nessa utopia e é ela que me faz caminhar, como dizia Eduardo Galeano, passo a passo, na direcção que considero a correcta.

Todos nós, em cada gesto de consumo, alimentamos o sistema capitalista de exploração e extorsão máxima dos recursos animais, naturais e humanos. Este sistema, infernal e sinistro, está a destruir a humanidade, o planeta.

Contudo, existe uma consciência crescente de que o modelo de vida do mundo ocidental tem de mudar, nomeadamente, no modo como trabalhamos, nos alimentamos, nos deslocamos, e nos vestimos. Há cada vez mais pessoas vegetarianas, ou *vegan*, a escolher produtos de produção local e biológicos; há cada vez mais pessoas a reduzir consumos, a reciclar e, sobretudo, a reutilizar; há cada vez mais pessoas a valorizar o campo, a sabedoria popular e a cultura vernacular; há cada vez mais pessoas a participar em projectos comunitários e a promover o consumo consciente e a economia local; há cada vez mais pessoas a procurar formas alternativas de consumir e socializar; há cada vez mais pessoas a abdicar de usar o automóvel particular ou evitar viajar de avião.

Todas estas transformações não são uma moda sazonal, não são gestos superficiais, fúteis ou descartáveis. Bem pelo contrário: implicam, além de uma forte consciência cívica e ambiental, algum sacrifício pessoal, o abdicar de um estilo de vida estável, seguro e "próspero", o sair da zona de conforto, alterando hábitos enraizados, o ir contra a corrente e enfrentar o diferente e o desconhecido.

QUASE TODAS AS ESTRUTRAS DO ESTADO ESTÃO MINADAS POR ESQUEMAS ANTIGOS DE COMPADRIO E CORRUPÇÃO

Por outro lado, no entanto, é fascinante descobrir coisas novas, modos alternativos de fazer, de experimentar. Mas, para isso, é importante estar disponível para observar o mundo de outra forma, reaprendendo a respeitar e a cuidar da Natureza, valorizando o espírito comunitário e compreendendo a importância da partilha de conhecimentos e afectos.

Ao longo dos últimos 12 anos, tenho tido contacto com projectos e pessoas incríveis, de norte a sul do País, desconhecidos da maioria, porque não aparecem nos holofotes da comunicação social, mas que estão a fazer o seu caminho e a "largar" as suas sementes.

Fiz parte da génese do grupo Linda-a-Velha em Transição, da Assembleia Popular de Algés e, mais recentemente, da Associação Fábrica de Alternativas, da Rede para o Decrescimento e da Associação e do Grupo Político Evoluir Oeiras, entre outros.

São grupos muito diferentes, mas todos com uma energia incrível e com uma vontade em participar na mudança positiva do mundo! Para tal, no entanto, é necessário arregaçar as

mangas e sair do imobilismo (físico e mental) que o sofá nos oferece!
Sei, no entanto, que esta é uma expressão de uma pequena minoria, com cultura e com consciência ética, social e ambiental, mas também sei que as revoluções e as grandes mudanças sociais nunca foram protagonizadas pela massa da população.
As transformações ambientais sociais que o futuro próximo nos vai impor podem ser verdadeiramente dramáticas para quem as ignorar. Quero ser protagonista do que considero ser o "lado certo", valorizando as relações humanas e a restauração da Natureza. Estarei, assim, mais bem preparado para a mudança, quando ela chegar!

* Jornalista, sociólogo, professor universitário

** Capitão de Abril, escritor, sócio da A25A

NOTA BIOGRÁFICA

ANDRÉ CID LAURET nasceu em Fevereiro de 1978, filho de um militar de Abril (Pedro Lauret) e de uma "autodidata na música, na pintura e na escrita" (Isabel Balula Cid), que constituem a sua "referência" e por quem nutre "a maior admiração".
Formou-se em Arquitectura na Universidade Lusíada de Lisboa, em 2005, onde foi aluno dos arquitetos Henrique Albino (com quem trabalhou no seu atelier, em Cascais) e Gonçalo Ribeiro Telles, que, mercê da "sabedoria cultural, humanista, ambiental, ética e filosófica", são, por ele, considerados verdadeiros exemplos
Colaborou em diversos projectos com os arquitetos Carlos Macedo e Bernardo Daupiás Alves e, mais recentemente, com a arquiteta Alzira Leão. Tem procedido a alguns trabalhos de reabilitação e de pequenas moradias.
Desde 2010 que participa activamente em projectos alternativos e comunitários, tendo integrado a equipa que esteve na génese do grupo Linda-a-Velha em Transição, do Centro Comunitário de Linda-a-Velha, da Assembleia Popular de Algés e, mais recentemente, da Associação Fábrica de Alternativas, da Rede para o Decrescimento e do grupo político Evoluir Oeiras, entre outros.
Ainda no início da última década, descobriu as danças tradicionais europeias, que, segundo ele, "para além do lado cultural e musical têm um lado comunitário e inclusivo" que o fascina. Desde há quase nove anos (2014) que ministra aulas de danças tradicionais em espaços associativos, como a Fábrica de Alternativas, a Trópico de Dança ou a Oficina de Saberes (Universidade Sénior). Organiza regularmente bailes na rua!

CARTA EXPLICATIVA À NETA TERESA

O autor desta carta incentiva a neta Teresa a escrever uma carta em que descreva o que sente e pensa sobre o 25 Abril. É um avô que, com modéstia, diz não se considerar um Capitão de Abril, mas acaba por confessar que se envolveu no projeto que revolucionou Portugal

ANTÓNIO PEDROSO DE LIMA*

MINHA QUERIDA TERESA,

O Meu Amigo Golias, distinto Capitão de Abril, pediu-me para escrever uma carta a um dos meus netos de resposta a uma carta que ele publicou no *Referencial* sobre os valores de Abril e que terminava com conselhos.

Escolhi-te porque és a mais velha dos netos e, como na tropa, a antiguidade é um posto, mas também porque acho que és a melhor para o fazer. Não me esqueço que eras, aos 14 anos, a jornalista que melhor escrevia a estrela do jornal de Ovar que diariamente publicávamos.

Junto o texto que o Golias publicou no *Referencial* e deixo-te duas opções.

– Responder ao Golias, como se fosse uma carta minha;

– Elaborar um texto livremente sobre o que tu sentes a respeito do 25 de Abril e as suas consequências para a tua geração e para o país.

Eu não vou aqui falar sobre o que sinto acerca do 25 de Abril, até porque não te quero influenciar.

Vou apenas acentuar em primeiro lugar que eu não posso ser considerado, como o Golias, um genuíno Capitão de Abril porque a minha participação na preparação do golpe foi praticamente nula. De facto, embora eu fosse claramente há muito contra o regime salazarista, tinha votado Humberto Delgado em 1958, quando perdeu escandalosamente as eleições enfrentando Américo Tomaz, apesar do forte apoio popular que teve. Em 1974 eu era tenente-coronel, em serviço no Estado Maior, não pertenci ao Movimento dos Capitães e desde que se ve-

Direitos reservados

Teresa Lima, neta do major-general António Pedroso de Lima

rificou o fracasso do golpe das Caldas estava convencido de que o triunfo da revolução seria um sonho. A única coisa que fiz de positivo foi quando se verificou o triste episódio da brigada do reumático prestar vassalagem a Marcelo Caetano fui, depois de ter falado com pessoal da secção, apresentar o nosso protesto ao chefe da Repartição. Na minha secção tinha, sem que me tivesse apercebido, um Capitão de Abril (o capitão Barros) que no próprio dia nos perguntou se aderíamos ao MFA, o que eu fiz com a maior alegria.

A partir daí, fui um devotado apaixonado pelo 25 de Abril. Alterou completamente a minha vida e a do país. Fui colocado na Direção da Arma de Transmissões, onde tive a sorte de receber o Golias como subordinado. Somos amigos de longa data. Muito aprendi com ele, que tem capacidade de resolver os problemas mais complexos de toda a ordem, inclusivamente o das fichas de instrução dos operadores de transmissões. Ele retribui-me e sensibiliza-me muito que tenha feito este convite para dar voz à minha neta.

Muito obrigado, Teresa, porque sei que te vais sair bem.

Beijinhos,

António Luís

* Major-general na reforma, sócio da A25A

Carlos Pereira Martins

CARTA DE UMA NETA COM EPÍLOGO

A autora, uma neta de Abril, diz o que pensa e sente sobre o 25 de Abril, respondendo, assim, ao desafio lançado pelo avô. Aos 21 anos começou a levar as irmãs às comemorações para que soubessem o que é a Revolução dos Cravos

TERESA PEDROSO DE LIMA*

16 DE MAIO DE 2023
AVÔ,

O teu pedido foi este: "O que te peço é que imagines uma carta que te escrevi e na resposta indiques o que sentes sobre o que a Revolução dos Cravos modificou na juventude e no país com inteira liberdade de ação".
Sou sincera: não faço ideia do que escreverias numa carta sobre o 25 de Abril (mas adoraria lê-la! Por favor, se algum dia a escreveres, manda-a! E já agora conta tudo o que quiseres contar sobre os teus tempos na guerra, para eu poder ler e reler quantas vezes me aprouverem). Posso, no entanto, discorrer sobre o tema e sobre como acho que marca a juventude.
Sinto que o tema do 25 de Abril e da ditadura que o antecedeu não deixam ninguém indiferente. Sendo mais ou menos conhecedores, os jovens têm todos a sua posição definida, estando esta sempre meia embebida da opinião dos seus amigos e familiares mais próximos. E marca-nos, de maneiras inesperadas. Deixo-te dois exemplos.
Lembro-me de, aos 21 anos, descobrir que as minhas irmãs não faziam ideia do que era o 25 de Abril. Fiquei furiosa – e auto responsabilizei-me pela sua educação política (pelo menos neste aspeto). Ficou decidido que, a partir daí, viriam sempre comigo à manifestação (e têm vindo sempre!). Convido-as a gritarem pelas coisas em que acreditam e a lerem aquilo por que os outros lutam. Se não perceberem, podem ir lá perguntar. Se não concordarem, é importante respeitar. Toda uma lição de civismo. No final, vamos deixar os cravos no monumento ao Salgueiro Maia (e no fim comemos um gelado, que também merecemos).
Outro acontecimento foi, em outubro de 2020, ir de carro com a Isabelinha até ao Luxemburgo. Estávamos em pleno COVID – e, na verdade, comtemplar a Europa em *lockdown* foi para lá de estranho. Em Portugal, quando estávamos em grupos, a polícia mandava-nos dispersar. Em Espanha, quando estávamos na rua à hora do recolher obrigatório, a polícia mandava-nos para casa. Em França, precisávamos de uma autorização (emitida online, na hora) sempre que queríamos sair à rua (e só podíamos sair uma hora por dia, até um quilómetro de casa). Para nós, portuguesas nascidas pós-25 de Abril, isto é "a nostalgia imaginária de uma ditadura que nunca vivemos" (frase incrível da Isabelinha).

Não sei se era isto que querias ouvir, mas são dois exemplos claros de como acho que marcam a juventude (ou, neste caso concreto, de como me marcaram). Acima de tudo, acho que são histórias queridas sobre o 25 de Abril – se não gostares, tens de me escrever a carta, que é para eu responder.
De resto, deixo-te um epílogo que é bastante mais filosófico.

É ENGRAÇADO PENSAR EM COMO O 25 DE ABRIL MUDOU AS NOSSAS VIDAS – TAMBÉM NO SENTIDO DE FAZER O EXERCÍCIO DE PENSAR COMO RAIO SERIAM AS NOSSAS VIDAS SE NUNCA TIVESSE EXISTIDO

EPÍLOGO

Avozinho,
Quando falámos na Curia, percebi que o Golias fez esta pergunta aos seus netos adolescentes.
Ora, a minha resposta com 13 anos focar-se-ia, certamente, na importância das liberdades alcançadas e mantidas até hoje – enaltecendo, sem dúvida, a rebelião ao *status quo* (ex: fazerem-se as coisas "porque é assim") e à autoridade que o é não por mérito próprio, mas por definição (ex: aquela pessoa manda "porque é chefe").
A questão é que, tendo eu 13 anos, estávamos em meados de 2001.
E, bem, a minha resposta com 35 anos é um caso mais bicudo. Não consigo conceber o que teria sido um país em 2023, sem 25 de Abril – vai muito além da guerra colonial, da liberdade de expressão, de reunião, de opinião. Porque, pelo menos no que respeita ao dia-a-dia das pessoas e as liberdades individuais, o país e o mundo mudaram muito mais nos últimos 25 anos.
De 1974 a 2001, obviamente que muito se passou na esfera internacional, mas no dia-a-dia, a vida das pessoas não mudou muito. Convive-se maioritariamente ao vivo, por telefone ou carta – com toda a liberdade de reunião -, sabem-se as notícias, nacionais e internacionais, pelas televisões ou pela rádio, tem-se acesso a carro e frigorífico, não há guerra colonial, há roupa de pronto-a-vestir, refrigerantes para beber e desenhos animados para assistir – portugueses e não só, lêem-se livros e assiste-se a vídeos e a cassetes (agora de forma não censurada).
Parece-me que ao longo dos anos deste século houve muitas coisas que aconteceram e que mudaram as nossas liberdades para sempre.
Precisamente em 2001, especificamente a 11 de setembro, o ataque às torres gémeas alteraria por completo a liberdade dos passageiros de avião – e a dos habitantes árabes da maioria dos países ocidentais.
Sendo certíssimo que a Internet já existia, o acesso mais democrático a esta rede e, em particular, o surgimento das redes sociais só se deu em meados dos anos 2000 – outro evento

que veio mudar definitivamente a forma como as pessoas vivem.
É engraçado pensar em como o 25 de Abril mudou as nossas vidas – também no sentido de fazer o exercício de pensar como raio seriam as nossas vidas se nunca tivesse ocorrido. Ainda estaríamos em guerra? (não acredito). Teríamos acesso à internet? Os gigantes tecnológicos teriam acesso ao nosso país?
E, não tendo, põe-se toda a questão de saber até que ponto é que seríamos mais livres.
Se antes quem decidia o mundo eram um grupo de seres humanos privilegiados que, normalmente, eram chefes de Estado, hoje os interesses económicos têm um poder muito mais marcado sobre a política.
E, se dantes a "censura política" e a "polícia política" tratavam de impedir o acesso a determinados conteúdos ou grupos de pessoas, auto-beneficiando-se politicamente, poder-se-á falar hoje de "censura" quando o motor de pesquisa adapta os resultados aos meus interesses? Seria, nesse caso, uma "censura económica", no sentido em que se pretende auto-beneficiar economicamente?
Em teoria, podemos aprender sobre tudo e contactar com todos – mas estamos e estaremos sempre limitados pelas ferramentas a que temos acesso (altamente enviesadas) e pelas nossas capacidades (altamente limitadas).
O mundo tem vindo a ficar mais conectado, mais próximo, com todas as coisas boas e más que isso implica.
Da minha parte, desde que me continue a permitir enviar-te e-mails, estamos bem.
Gosto muito de ti.
Beijinhos, tantos,
Teresa

* Natural de Lisboa, licenciada em Psicologia e gestora de fundos de consumidor

NOTA BIOGRÁFICA

Teresa Lima tem 35 anos, é psicóloga e vive em Amesterdão, onde trabalha em estudos de mercado. Quando não está a trabalhar, costuma estar na companhia de família ou amigos (de preferência, com boa comida à mistura).

ANÁLISE E COMENTÁRIOS À CARTA DA TERESA

Esta carta convoca-nos a todos para que nos pronunciemos sobre o muito que aqui se diz e que traduz o pensamento de uma jovem, de 35 anos, situada ainda na faixa dos netos de Abril

JORGE GOLIAS*

A CARTA DA NETA TERESA, psicóloga, tem muito que se lhe diga. Aborda um conjunto vasto de pontos de análise e de debate, que será interessante ver como as pessoas lhe pegam. Como é que outros jovens, mais e menos jovens, sentem o que aqui se diz sobre o 25 de Abril e o que a revolução trouxe e o que seria se não tivesse havido revolução.
Creio que esta carta nos convoca a todos para que nos pronunciemos sobre o muito que aqui se diz e que traduz o pensamento de uma jovem, de 35 anos, situada ainda na faixa dos netos de Abril.
Esta carta, juntamente com a carta que o avô António Luís lhe escreveu, merece uma resposta do coordenador desta Secção a muitas destas questões aqui elencadas, que são algo perturbadoras relativamente ao modo como soubemos ou não explicar aos mais jovens o que foi a revolução de Abril, que mudanças houve efetivamente na sociedade portuguesa, se foram assim tão profundas ou se, pelo contrário, pouco teria mudado ao final destes 50 anos, em que Teresa diz ter havido mais mudanças nos últimos 25 do que nos seguintes ao 25 de Abril.
Vamos tentar pôr estas questões em equação e abrir um debate útil.
Os meus agradecimentos à Teresa e ao avô António Luís por estarem a contribuir fortemente para animar o conteúdo do *Referencial* da A25A.

1. A Teresa começou por manifestar preocupação com o facto de as suas irmãs mais novas nada saberem sobre o 25 de Abril e chamou a ela essa responsabilidade. E cuidou delas, levando-os às manifestações anuais e a uma prática de celebração dos seus heróis;
2. A certa altura admite, curiosamente, a "nostalgia imaginária da ditadura" não vivida;

3. Despede-se do avô admitindo que ele não tenha gostado da carta;
4. Em ponto de Epílogo, *post scriptum*, afirma não conseguir imaginar o que seria o país sem o 25 de Abril;
5. Conclui que hoje também há censura, p.e. económica, referindo-se aos algoritmos da Google.
Estas são as impressões, nem sempre *ipsis verbis*, do que recordo da leitura da carta da Teresa.

A TERESA COMEÇOU POR MANIFESTAR PREOCUPAÇÃO PELO FACTO DE AS SUAS IRMÃS MAIS NOVAS NADA SABEREM SOBRE O 25 DE ABRIL E CHAMOU A SI ESSA RESPONSABILIDADE A QUESTÃO, QUASE DIRIA NUCLEAR, QUE A TERESA COLOCA É DE COMO ESTARIA O PAÍS SEM O 25 DE ABRIL

A ANÁLISE

As afirmações mais perturbadoras são as dos pontos 4 e 5. Fui muitas vezes a Escolas e Universidades falar sobre o 25 de Abril. Um dos pontos que mais sublinhava era o de como era a sociedade antes do 25 de Abril: maioritariamente pobre, analfabeta, desempregada, emigrada, sem apoios sociais, rural, sem habitações minimamente condignas. Lembrava os meus colegas de escola descalços, mesmo no Inverno, com fome, rotos, e o que me impressionou quando, após a 4.ª classe, alguns, poucos, seguiram para o Colégio (pago) e a maioria ia para casa, adoptando profissões várias: mecânicos, ferreiros, electricistas, alfaiates, de balcão, na agricultura, etc., e muitos destes eram, até, mais inteligentes do que alguns dos que seguiram em frente. Isto incomodou-me tinha eu 10 anos! Naquele tempo morria-se à nascença mais do que em qualquer outro país da Europa. O ambiente social era de medo para muitos portugueses, mas claro que a maioria não sentia isso – a pobreza em todos os aspectos era uma sina de um país pobre e a PIDE e a CENSURA encarregavam-se do silêncio do povo. A guerra era um mal necessário para defender a pátria do Minho a Timor, contra os ventos da História, contra tudo e contra todos, até contra o Papa no Vaticano.
O país, entretanto, começou a mudar para a contestação geral, com a emigração e depois com a guerra colonial. O que mudou então com o 25 de Abril? Tudo ou quase tudo: o fim da guerra, a Liberdade (de expressão, de associação, de imprensa), os direitos dos trabalhadores, das mulheres, das crianças e dos velhos. O SNS com o acesso de todos à saúde. A de-

mocratização do ensino, com a chegada dos pobres aos liceus e às universidades. A chegada do Poder Local, outra das grandes conquistas da revolução. As primeiras eleições livres para a Assembleia da República e o ganho de uma Constituição Republicana. Depois, a formação do primeiro governo eleito e o início do funcionamento em regime democrático. E, finalmente, o fim do isolamento internacional com a entrada na CEE. O fim dos exilados e desertores e a abertura ao mundo da ciência, da cultura e da informação. Enfim, sem ser exaustivo elenquei de memória este sumário de conquistas de Abril.

A questão, quase diria nuclear, que a Teresa coloca é de como estaria o país sem o 25 de Abril. Pois, adivinhações não, mas sempre podemos supor que se o 25 de Abril chegou muito tarde em 1974, o que nos criou problemas gravíssimos de termos de descolonizar sem qualquer preparação, nossa, e de quadros locais e alguma sobreposição na administração dos territórios, podemos imaginar que alguns anos a mais nestas condições seriam mais alguns milhares de mortos na guerra, mais anos de atraso do país, mais exilados e desertores, maior distância para a Europa civilizada. Ainda mais este ponto que me toca directamente: toda esta minha geração de Abril de 74 teria já, porventura, desaparecido, e seria outra a democratizar o país.

Enfim, sobre as limitações que também hoje a sociedade e o regime nos impõem, outro tipo de censura, da informação e a de carácter económico, que a Teresa identifica, pois sempre haverá limitações ao pleno exercício da Liberdade, mas ainda sentimos muito conforto naquela que hoje usufruímos.

O QUE MUDOU ENTÃO COM O 25 DE ABRIL? TUDO OU QUASE TUDO: O FIM DA GUERRA, A LIBERDADE (DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO, DE IMPRENSA), OS DIREITOS DOS TRABALHADORES, DAS MULHERES, DAS CRIANÇAS E DOS VELHOS

Finalmente, aplaudo a celebração da Revolução do 25 de Abril que a Teresa pratica e o envolvimento das suas irmãs mais novas e também o humor inteligente da sua última frase na carta para o avô: “Da minha parte: desde que me continue a permitir enviar-te e-mails, estamos bem. Gosto muito de ti”. Sim Teresa, também me junto nessa de me considerar livre desde que me deixem comunicar livremente. Vinte e Cinco de Abril Sempre!

Carnaxide, 17 de Maio de 2023 (em Dia das Letras Galegas)

* Capitão de Abril, sócio da A25A

COMO VEJO O 25 DE ABRIL

Carta de um Neto que descobre em adulto a mensagem de protesto contra a ditadura que continha muitas das canções ouvidas em crianças, nomeadamente as de José Barata Moura

VASCO RATO*

OLÁ AVÔ,

Pediste-me que escrevesse umas linhas sobre o 25 de Abril, sobre o que significa para mim e como sinto que impactou a minha vida. Não sei se vou conseguir dar-te uma resposta satisfatória, mas aqui vai.

Quando era criança eu adorava uma cassete que tínhamos lá em casa de músicas do José Barata Moura. O álbum "A Mudança do Macaco Zacarias", lançado em 1977. Era uma cassete com músicas para criança, com temas como "Relincha Pingócios, o Doutor Cavalo Dentista" ou "Os Ratos Cozinheiros Pimpocas e Rinhaunhau", e este último, o dos ratos cozinheiros, era a minha música preferida. Houve um dia mais tarde, já andava na universidade, em que me lembrei desta música e decidi ouvi-la. Fiquei bastante surpreendido ao aperceber-me de que não era apenas uma música engraçada sobre ratos que cozinham, mas que havia uma moral na letra: a música conta a história dos ratos que cozinhavam para o gato que comia a comida toda. Um dia os ratos fartam-se da injustiça e decidem deixar de cozinhar até a injustiça acabar. O gato muito barafusta, mas quando a fome aperta não tem escolha e concorda em cozinhar com os ratos, a comida é então feita por todos e distribuída por todos. Na altura fiquei chocado por nunca me ter apercebido de como a música ensinava as coisas em que eu acreditava: sobre como a união dos trabalhadores permite combater injustiças e sobre a distribuição igualitária dos produtos do trabalho. A meu ver, isto demonstra muito claramente de duas formas como o 25 de Abril me influenciou: primeiro, o simples facto de ter acesso a este álbum em criança deve-se ao

25 de Abril, que de outra forma não passaria na censura. Não vivi durante a ditadura; portanto, isto ajuda a ter uma noção concreta do que significa a inexistência da censura, e do privilégio que é não ter de lidar com isso. Depois, são os ideais expressados, que são ideais que eu associo ao 25 de Abril e que claramente influenciaram os meus ideais: acredito no direito à educação, saúde, habitação, numa economia planeada democraticamente... São tudo ideais que só começaram a ser abertamente falados e discutidos graças ao 25 de Abril.

Há também um pormenor na letra da música que eu acho interessante: o gato não vai preso, não é excluído, em vez disso é integrado no trabalho com os ratos. Para mim isso reflete outra parte do 25 de Abril: compaixão. O 25 de Abril não é uma revolução que quer criar guerras, antes pelo contrário, é uma revolução para acabar com uma guerra. Que valoriza a vida e a liberdade de cada um. E é uma revolução sem mortes. A mensagem que esta música e muitas outras desta altura têm é "vamos unir-nos e criar um mundo novo, um mundo para todos". Eu acho esse aspeto do 25 de Abril incrivelmente bonito. E só torna tudo ainda mais poético que tu, que eras oficial do exército na altura e, portanto, conhecias bem o contexto militar, consideres que o 25 de Abril foi um milagre, que tinha imenso por onde falhar, mas aconteceu.

Acho que respondi às questões que me tinhas posto, espero não te ter aborrecido demasiado. Um abraço.

O NETO VASCO

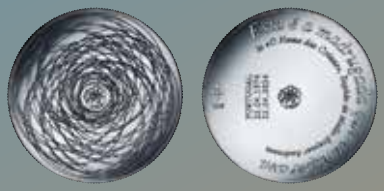
Nasci em 1990 em Lisboa. Desde pequeno tive sempre interesse em desafios de lógica e foi-me cultivado o gosto pela música com aulas de clarinete dadas na orquestra metropolitana de Lisboa pelos meus 12 anos. Aos 18, entrei no Técnico, em Engenharia Física Tecnológica e fui participando em bandas com outros amigos, de que destaco a banda *9LiveCats*. Depois da licenciatura, apercebi-me de algum talento com computadores, e decidi sair de Física para fazer o mestrado em Engenharia de Telecomunicações e Informática. Finalizar o mestrado foi complicado, houve alturas em que precisei de uma pausa da faculdade e trabalhei na restauração para me sustentar, mas tive sempre o apoio da família e com a sua ajuda acabei por acabar o Mestrado em 2018. Neste momento sou *developer* para o Arquivo.pt – o arquivo da web portuguesa, e sou baixista de duas bandas: *Too Many Suns* e *Rei Marte*.

MOEDAS COMEMORATIVAS 2024

"DOBRA" DE 24 ESCUDOS
TESOUROS NUMISMÁTICOS
Autor: Rui Vasquez

CAPITAIS IBERO-AMERICANAS, LISBOA IBERO-AMERICANA
Autor: Nuno Caetano

100 ANOS DA FEDERAÇÃO DE PATINAGEM DE PORTUGAL
Autor: Ana Seixas



LIBERDADE, LIBERDADE!
Autor: Henrique Cayatte

500 ANOS DO NASCIMENTO DE LUÍS VAZ DE CAMÕES
Autor: José Aurélio

UEFA EURO 2024
Autor: Hugo Maciel

XUTOS 45 ANOS MÚSICOS PORTUGUESES
Autor: Tó Trips

ULISSES HERÓIS E CRIATURAS DA MITOLOGIA
Autor: Gonçalo Viana

O CONHECIMENTO — "DESENHAR A MOEDA" (ESCOLAS ALTO MINHO)
Autor: António Cerqueira

PAC-MAN JOGOS DE INFÂNCIA
Autor: Jorge Silva

ILUSTRAÇÃO

LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A • Biblioteca Nacional - Campo Grande, 83
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98
PORTO R. Candido dos Reis, 97
WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA
INCM IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

PROPAGANDA, VIÉS DOS "MEDIA" E NOTÍCIAS FALSAS

Direitos reservados

O governo e os políticos podem fazer pressão sobre os meios de comunicação social

Se nós, como audiência, exigirmos mais qualidade e mais pluralidade, os *media* têm incentivos para a fornecer. Se, antes pelo contrário, deixarmos os nossos vieses ideológicos sobreporem-se à qualidade e pluralidade, teremos menos pluralidade, mais viés dos *media*, menos qualidade e mais notícias falsas

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

Os MEIOS DE COMUNICAÇAO social são conhecidos como o quarto poder, visto terem uma grande influência na opinião pública e como tal no processo democrático. Para termos liberdade de expressão é essencial também haver liberdade de imprensa e pluralidade nos *media*. Por sua vez pluralidade dos *media* só é conseguida se diferentes grupos de cidadãos, grupos políticos, e grupos étnicos tiverem a possibilidade expressar as suas opiniões.

O problema é que se a liberdade de expressão pode ser garantida pela Constituição e em última instância pelos tribunais, o mesmo não se pode dizer da pluralidade dos *media*. O dilema é o seguinte. Os governos podem criar condições para haver pluralidade através da defesa da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e da regulamentação dos *media*, mas não podem obrigar os meios de comunicação a serem mais diversos, porque se o fizerem estão a determinar que opiniões eles devem publicar.

Como tal, a qualidade desses meios tem de nascer a partir dos *media* e tal não está garantido à partida. Há várias ameaças à sua pluralidade. Neste artigo falamos sobre três: propaganda, viés ideológico e notícias falsas. É importante dizer que a pluralidade não vem apenas dos *media*, mas também da audiência. Se nós como audiência exigirmos mais qualidade e mais pluralidade, os *media* têm incentivos para a fornecer. Se antes pelo contrário, deixarmos os nossos vieses ideológicos sobreporem-se à qualidade e pluralidade, teremos antes pelo contrário menos pluralidade, mais viés dos *media*, menos qualidade e mais notícias falsas.

PROPAGANDA, VIÉS IDEOLÓGICO DOS "*MEDIA*" E NOTÍCIAS FALSAS

Estes três fenómenos são relacionados porque todos eles limitam a liberdade dos *media*, a liberdade de expressão, e a verdade no debate público. No entanto são diferentes. Uma diferença é a influência dos actores em cada um deles. Na propaganda são os governos ou políticos. No viés dos *media* são os meios de comunicação social. Já nas notícias falsas podem vir de muitas fontes, mas nos últimos anos têm ganho predominância nas redes sociais.

A propaganda é um fenómeno antigo, pois existe desde que há organização social e política nas sociedades humanas, mas com acontecimentos recentes (Ucrânia e Gaza) tem voltado

a ter grande actualidade. O viés dos *media* existe desde o nascimento dos meios de comunicação social, mas tem tido um impacto maior desde que os grandes conglomerados mediáticos começaram a surgir nos anos 90, como o império de Robert Murdoch (dono da Fox News, conhecido por dar voz às ideias conservadoras de Trump). As notícias falsas também existem desde que o homem vive em sociedade, mas ganharam uma nova dimensão com o surgimento das redes sociais (e.g. Facebook e Twitter).

Viés pode ser definido como uma preferência por uma opinião particular sobre um assunto, acompanhada por uma recusa em aceitar outros pontos de vista. O viés dos *media* pode acontecer quando por exemplo um meio de comunicação social tem uma dada inclinação política. O viés ideológico dos *media* é feito para influenciar a opinião pública numa direção específica. Por exemplo, um jornal de direita tenta influenciar a opinião pública para esta preferir as políticas de direita (e o mesmo acontece com um jornal de esquerda). Importante destacar que o viés pode ir além da ideologia e incluir questões como etnicidade, preferências sexuais, futebol, sensacionalismo, comercial/popular, ou entretenimento.

O viés dos *media* torna-se especialmente problemático quando apenas um grupo ou facção política tem o seu domínio. Por exemplo, se todos os jornais forem de direita, o público não tem acesso às opiniões de esquerda e como tal será mais fácil a um partido de direita vencer as eleições e/ou implementar políticas de direita.

AS NOTÍCIAS FALSAS EXISTEM DESDE QUE O HOMEM VIVE EM SOCIEDADE, MAS GANHARAM UMA NOVA DIMENSÃO COM O SURGIMENTO DAS REDES SOCIAIS

De notar que viés dos *media* não envolve sempre notícias falsas. Muito desse viés sustenta-se na apresentação da informação. Um exemplo muito simples. Imagine-se que a inflação foi reduzida de 4,5% para 4,4%. Um meio de comunicação favorável ao governo tem a seguinte primeira página: "Governo começa a vencer a batalha contra a inflação". Outro meio de comunicação não favorável ao governo diz: "A inflação continua teimosamente alta". Nenhum dos jornais está a mentir (não há notícias falsas), mas mesmo assim os dois jornais mostram quem apoiam politicamente.

VIÉS DOS "*MEDIA*": OFERTA VS PROCURA

O viés dos *media* pode ser promovido quer do lado da oferta (meios de comunicação) quer da procura (audiência). O viés do lado da oferta

acontece quando os donos dos *media* seguem uma agenda política, como tem sido o caso com o já referido Robert Murdoch (e mais recentemente, Jeff Bezos, da Amazon, com o Washington Post, e Elon Musk com a compra do *Twitter*). No caso do viés do lado da procura tal acontece quando as preferências do público promovem certo tipo de notícias. Por exemplo, se o público prefere notícias conservadoras, algum meio de comunicação irá fornecê-las, nem que seja apenas para vender mais jornais. Tal pode ocorrer mesmo que o jornal não tenha preferência por ideias conservadoras. O que isto demonstra é que nós (audiência) somos também responsáveis pela pluralidade dos *media*.

Ambos os tipos de viés dos *media* (do lado da oferta ou da procura) são difíceis de combater. Viés do lado da oferta pode ser combatido através da regulamentação da imprensa, por exemplo pondo limites à concentração dos *media* em grandes grupos. O viés do lado da procura pode ser combatido através da educação do público. É mais fácil regulamentar do que educar, como tal existem mais ferramentas políticas para lidar com o viés dos *media* no lado da oferta do que do viés do lado da procura. Infelizmente, governos em vários países têm por exemplo permitido a concentração dos *media* em grandes grupos. Tal facto tem afectado negativamente a pluralidade na Europa (ver *Centre for Media Pluralism and Freedom*).

VIÉS PODE SER DEFINIDO COMO UMA PREFERÊNCIA POR UMA OPINIÃO PARTICULAR SOBRE UM ASSUNTO, ACOMPANHADA POR UMA RECUSA EM ACEITAR OUTROS PONTOS DE VISTA

FONTES DO VIÉS DOS "*MEDIA*"

O viés do lado da oferta tem várias origens. Primeiro, a ideologia dos donos, directores e jornalistas. Por exemplo, um jornal detido por um dono de direita, vai ter uma orientação mais à direita (e.g. Robert Murdoch na Fox News). Segundo, pressão de anunciantes, pois os jornais dependem bastante das receitas da publicidade. Terceiro, o governo e políticos podem fazer pressão sobre os meios de comunicação social. Por exemplo, se uma televisão é pública, o governo tem poder para nomear uma direcção que lhe seja favorável (tal aconteceu por exemplo na RAI durante o governo de Berlusconi, e mais recentemente na BBC pelo governo conservador). No caso de meios de comunicação privados o governo também pode fazer pressão, por exemplo quando os jornais recebem subsídios estatais, que podem ser retirados se os jornais derem cobertura negativa do governo. Quarto, a concentração dos *media*

Direitos reservados

As redes sociais mudaram processo de circulação de notícias.

nas mãos de apenas alguns grupos pode ajudar o viés dos *media*, pois com concentração estes têm poder de mercado para não temer a concorrência de jornais com opiniões diferentes. Quinto, o desinvestimento em jornalismo de investigação e aposta no jornalismo sensacionalista (proletarização do jornalismo). Tal faz com que os jornalistas percam independência editorial, reduzindo a qualidade das notícias.

Passamos agora às fontes de viés do lado da procura (audiência). Primeiro, este viés é originado principalmente porque todos nós somos parciais e temos vieses cognitivos. O homem é um ser racional, mas a nossa racionalidade é limitada, pois cometemos erros de análise, e por vezes interpretamos erroneamente a informação recebida. Sofremos também de viés de confirmação ideológica: nós gostamos de

notícias que partilhem as mesmas ideais que defendemos. Devido a isto queremos ler notícias que confirmem as nossas opiniões políticas e não gostamos de ler notícias que vão contra estas. Segundo, vem o interesse próprio. Por exemplo, se alguém tem de pagar muitos impostos, então muito provavelmente não vai gostar de impostos, e vai procurar notícias que sejam contra os impostos. Terceiro, temos o viés de atenção. Hoje estamos sobrecarregados de informações, e não temos capacidade de filtrar ou assimilar todas as notícias. Quem disse o quê, quem contradisse o quê? Ficamos assim perdidos no mar de notícias. Tal agrava-se porque quando uma notícia é plantada nos *media*, mesmo depois de ser desmentida continua a ser reproduzida como se fosse verdade. Tal tem se visto muito no caso das guerras na Ucrânia e em Gaza.

AS NOTÍCIAS EXTREMISTAS/ SENSACIONALISTAS (QUE MUITAS VEZES NÃO SÃO VERDADEIRAS) SÃO AS QUE GERAM MAIS CIRCULAÇÃO (LUCRO) NAS REDES SOCIAIS

NOTÍCIAS FALSAS

Como se disse, as notícias falsas diferem do viés dos *media* no sentido de que, com as notícias falsas, o emissor sabe que o que está a ser publicado é mentira. Por seu lado no viés dos *media*, o emissor muitas vezes está "apenas" a manipular/distorcer a informação.

Apesar da diferença, no entanto, para analisar notícias falsas, podemos usar muitos dos conceitos usados para analisar o viés dos *media*. De facto, as notícias falsas também podem ser promovidas tanto do lado da oferta (quem publica a notícia) quanto do lado da procura (quem lê a notícia).

Do lado da oferta, uma das razões para que o Facebook ou *Twitter* não combatam com afinco as notícias falsas, não é apenas porque tal é difícil. É também pela natureza do negócio das redes sociais: capturar a atenção dos utilizadores para assim gerar receitas de publicidade (e no caminho obter dados dos utilizadores, que depois podem ser vendidos). Este modelo de negócio é agravado pelos vieses cognitivos dos humanos, uma vez que as notícias extremistas/sensacionalistas (que muitas vezes não são verdadeiras) são as que geram mais circulação (lucro) nas redes sociais. Isso dificulta a tarefa de combater notícias falsas, visto onde há procura haverá sempre oferta.

Do lado da procura, temos primeiro as "fábricas de conteúdos", empresas que produzem notícias baseados no que os algoritmos dizem que são as notícias mais populares (mais uma vez o objetivo é atrair leitores e assim maximi-

Direitos reservados

Se desejamos estar activos na vida social e política, temos de investir em estar bem informados

zar receitas publicitárias). Segundo, temos as chamadas câmaras de eco: fenómeno em que certas notícias são amplificadas ou reforçadas pela transmissão dentro de um sistema "fechado" (por exemplo grupo no Facebook ou Twitter), onde pontos de vista diferentes são sub-representados. Terceiro, temos os algoritmos das redes sociais que criam bolhas de informação, já que tendem a apresentar-nos informação de que nós gostámos no passado. Se no passado clicámos numa notícia anti-imigração, no futuro o algoritmo vai-nos apresentar mais notícias anti-imigração, e nunca nos vai mostrar notícias que contradigam esta postura anti-imigração. Quinto, temos fenómenos de comportamento em rebanho: nós somos seres sociais e tendemos a concordar como que o "nosso rebanho" defende. Por último temos a questão da virilidade na net: ao contrário dos jornais em papel, a velocidade de circulação de uma notícia na net não se mede em dias, mas em microssegundos. Deste modo, quando partilhamos notícias sensacionalistas, sem verificar a sua credibilidade em outras fontes, estamos a contribuir para a divulgação de notícias falsas.

VIÉS DOS "MEDIA" VS NOTÍCIAS FALSAS

Enquanto se pode dizer que um jornal é de direita ou de esquerda, o mesmo não se pode dizer de uma rede social. De facto, uma rede social pode publicar tudo desde a extrema-direita à extrema-esquerda. Deste modo, num jornal podemos estar cientes do viés ideológico, porque conhecemos a tendência política deste. Tal não sabemos num artigo do Twitter que foi partilhado por exemplo por um amigo. A origem deste artigo vem de alguém de esquerda ou de direita? Vem de alguém legitimo ou vem de um *bot* ou *troll*?

Podemos também perguntar porque é que as notícias falsas funcionam? Mais uma vez temos fatores psicossociais, como o acima referido viés de confirmação, "queremos acreditar...". Por outro lado, nos últimos anos temos assistido a um aumento da polarização política e social. Isto conduz a que as pessoas não confiem noutras com opiniões diferentes, nem nos *media* tradicionais. Tal leva também a que as pessoas se auto-selecionem nas referidas câmaras de eco, i.e. só conversamos com pessoas que pensam como nós.

As redes sociais mudaram o processo de circulação de notícias. No passado as notícias eram editadas por profissionais (jornalistas). Agora as notícias são editadas por todos. Não é por acaso que as notícias falsas circulem principalmente nas redes sociais.

E POSSÍVEL COMBATER AS NOTÍCIAS FALSAS?

Tecnicamente é muito difícil impedir "notícias falsas". A questão é até onde podemos ir para impedir notícias falsas. Onde está a fronteira entre censura e não censura?

Mais uma vez temos de fazer a distinção entre medidas do lado da oferta e do lado da procura. Do lado da oferta é urgente uma regulamentação das redes sociais. Por exemplo, um jornal pode ser responsabilizado criminalmente por notícias falsas. Tal não acontece com as redes sociais. Estas argumentam que elas não produzem conteúdos, que são os utilizadores que o fazem, e que como tal não podem ser responsáveis. Mas tal não é totalmente correcto, uma vez que o algoritmo escolhe as notícias para os utilizadores, como tal fazem um trabalho editorial personalizado. Por outro lado, as redes sociais ganham dinheiro com notícias falsas.

Do lado da procura, por seu lado, a responsabilidade cai sobre todos nós. Se desejamos estar activos na vida social e política, temos de investir em estar bem informados, verificar as fontes das notícias, confirmar a sua veracidade em sites de verificação de factos, sair da nossa bolha, ouvir outros pontos de vista, questionar as nossas crenças e opiniões. Sim é preciso muita boa vontade, mas que activo mais precioso temos numa democracia se não a vontade individual de contribuir para uma sociedade mais democrática? A luta pela democracia não é sempre em cima de um tanque, a maior parte dos dias pode não passar por mais que uma conversa (informada) numa mesa de um café.

* Professor universitário, sócio da A25A

Direitos reservados

Cerca das 20h30, ocorreram incidentes na Rua António Maria Cardoso, onde se situa a sede da DGS. No decorrer desses incidentes, foram feridas algumas pessoas, encontrando-se já no local assistência médica

BARROSÕES NA REVOLUÇÃO
E O CASO DE FERNANDO GIESTEIRA

Para a vitória do 25 de Abril contribuíram vários conterrâneos transmontanos, entre os quais o coronel Jorge Golias, que pelo seu papel na Revolução é citado na História de Portugal de José Mattoso. Fernando de Carvalho Gesteira e Domingos Chaves foram também outros dos participantes nas operações, este último também com o seu nome inscrito na Biblioteca Museu República e Resistência. Durante as operações, Fernando Gesteira viria a ser morto pelos carrascos da PIDE

DOMINGOS CHAVES*

JÁ SABEMOS QUE A HISTÓRIA é seletiva, tem interesses, e raramente recorda aqueles que não se importam com o seu curso. Cabe-nos por isso a nós barrosões, lembrar, defender e eternizar os nossos – os nossos, que a dita História ignora.

Pois bem, Fernando de Carvalho Giesteira, era natural da Borralha-Salto e muito jovem, morreu, sucumbindo às balas da PIDE, com apenas 18 anos.

A sua biografia, à semelhança de outros, nunca foi resgatada como símbolo de Abril, por isso, hoje aqui lhe faço a justiça que merece. Foi uma pena que a família Giesteira não tivesse meios nem auxílios para manter viva a memória pública do filho perdido. "Eles não queriam nada do Estado, só queriam o filho", garantia ao tempo a irmã Ana Giesteira.

Fernando era um jovem que vivia desligado da política e a prova disso, foi a forma como sempre ignorou os conselhos de Artur, pseudónimo de Albano – namorado da irmã, e do Xavier – pseudónimo de Domingos Chaves, então já dirigente sindical e na época, ambos já ligados ao PCP, para se sindicalizar.

Apesar de morarem na mesma cidade, os dois irmãos viviam desfasados. Fernando ao contrário do que fazia crer aos pais, nunca trabalhou num escritório, trabalhava sim à noite e dormia numa pensão; Ana, já então grávida de Artur, era doméstica e morava num quarto alugado, sendo difícil fazerem planos juntos. Mas o destino estava "traçado". Na noite que antecedeu "Abril", arranjaram tempo para irem jantar fora – foi como que uma despedida. Encontraram-se num restaurante na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa.

Fernando, surgiu então risonho, feliz e encantado com Lisboa. "Estás muito bonito", atirou-lhe a irmã, logo no início da conversa. "Continua assim", – recomendou-lhe. "Estou a juntar dinheiro para mandar aos pais" – confidencia-lhe Fernando. "Não!... Tu primeiro tratas da tua vida. A mãe e o pai lá se arranjam. Eles estão bem" – diz-lhe Ana, procurando zelar pela independência financeira do irmão. "Então

está bem!... Sabes... tenho uma namorada" – revela-lhe Fernando de surpresa a meio do jantar. "Àh... sim"?!... Pergunta a irmã, curiosa, mas sem insistir para que este lhe revele mais pormenores. "Sim" – responde Fernando.
Quis o destino, que Fernando nunca viesse a revelar o nome dela, nem a jovem fosse alguma vez apresentada à família – apenas o Xavier sabia de quem se tratava. Pouco tempo depois, Ana viu uma "rapariga loira" a chorar também por Fernando na morgue do Hospital de S. José, mas não lhe ocorreu perguntar quem era. No momento do luto, os olhos ficaram enterrados no corpo do irmão, e aqueles que giravam à sua volta eram sombras sem rosto. Ainda na morgue, a dita "rapariga loira" aproximou-se de Ana, tocando-lhe num ombro para lhe transmitir os seus sentimentos, sem os verbalizar. Só anos mais tarde, Ana descobrirá por via de "conhecidos" do irmão em Lisboa, que se tratava da namorada de Fernando e que com ele trabalhavam na Cova da Onça.
Fernando Carvalho Giesteira, era um excelente moço!...

O AMBIENTE ERA DE CLARA EUFORIA E FÚRIA CONTRA A POLÍCIA POLÍTICA. LÁ DE DENTRO, FOI DISPARADA UMA RAJADA DE UMA DAS JANELAS DO PRIMEIRO ANDAR

NA SEDE DA PIDE

Após a rendição de Marcelo Caetano no Quartel do Carmo, Fernando, Artur, Xavier e um elevado grupo de populares foram até à sede da PIDE/DGS. Quando a cabeça do grupo chegou, ouviu-se o barulho das munições a entrarem nas câmaras das pistolas. Ninguém fugiu!...
O ambiente era de clara euforia e fúria contra a polícia política. Lá de dentro, foi disparada uma rajada de uma das janelas do primeiro andar. E a seguir outras. Foram poucos segundos, demasiados para fazerem as vítimas mortais de uma "revolução que se diz sem sangue mas que não foi tanto assim". Quatro populares e um funcionário da polícia política haviam sido mortos. Todos foram apanhados na curva da História!... Entre os populares, contava-se o Fernando, abatido ali mesmo junto aos seus amigos Artur e Xavier. Refira-se que a PIDE, que poucos anos antes mudara o nome para DGS, não era sequer, como está documentado, um dos objectivos estratégicos do MFA-Movimento das Forças Armadas. Aliás, para 27 de Abril, estava já preparada – segundo informação que Artur e Xavier conheciam do PCP - a nomeação de um novo director que não chegou a sê-lo, pelo Presidente da Junta de Salvação Nacional, general António de Spínola. Só que a hostilidade era tanta, que desde muito cedo nesse "25 de Abril inicial inteiro e limpo", a PIDE havia atraído a atenção dos populares e

estes não se fizeram rogados.
Ao princípio da tarde, ouviram-se então os primeiros disparos, que fizeram os primeiros feridos - três. Era o prenúncio do que estava para vir. Não houve qualquer esboço de reação das tropas. Todas as atenções estavam ainda a essa hora, viradas para o Largo do Carmo, a poucas centenas de metros acima. Aí sim, jogava-se o futuro!... Foi após a rendição de Marcelo Caetano e a saída do chaimite que o levou do Carmo, que começou a ganhar forma a mola humana que se concentraria na António Maria Cardoso. Uns, seguiram o conselho de Francisco Sousa Tavares e dirigiram-se ao Terreiro do Paço, para aí ser feita uma manifestação. Outros, terão descido ao Chiado, a dois passos da sede PIDE – foi o caso do grupo do Fernando, do Artur e do Xavier. Eram cerca de 500 pessoas em direção à Rua António Maria Cardoso, sede da PIDE/DGS.
Nesse preciso momento, saíam então da boca dos manifestantes palavras de ordem ainda que tímidas pela "democracia" e pela "liberdade" e rapidamente se evoluiu para um grito a favor do "fim à guerra colonial", da "independência das colónias" e da "democracia popular".
Felizes, eufóricos e deslumbrados, os manifestantes, muitos com cabelos e colarinhos compridos e calças "boca de sino", como se dizia na altura, empunharam então barras de sinalização das obras que por ali decorriam e o que apanharam à mão. Outros, porém, apedrejaram portas e forçaram a entrada, o que significa que as armas pouco poderiam contra aquela multidão.

SUSPEITOS DE PERTENCEREM À PIDE, VÁRIOS PASSANTES ERAM INTERPELADOS E A TROPA TEMEU ALI MESMO LINCHAMENTOS

OS TIROS DA PIDE

Acossados, agentes da PIDE dispararam contra o grupo, para o lado do Teatro de São Luiz. Foi o esgar mortífero da polícia política. Ninguém fugiu, ouviu-se isso sim um coro de brados: "vamos a eles". As janelas do primeiro andar estavam repletas de agentes, exceto a primeira do lado esquerdo. Foi dessa dita janela que partiu a primeira rajada disparada por um tipo sozinho com uma pistola metralhadora que mais tarde "Xavier" soube tratar-se de uma Uzi. Eram cerca das 8h00 da noite do dia 25. Depois seguiram-se mais rajadas, disparando sem advertência.
Quando ocorreram os disparos, aí sim, cada um fugiu para onde pôde - se pôde. Dos manifestantes feridos – soubemos que dois estavam já mortos ao chegar ao Hospital de São José, outros dois viriam a falecer, vítimas da "tenebrosa DGS". Mais de quatro dezenas de

pessoas tinham sido atingidas. O socorro aos feridos não foi fácil.

Novos tiros terão ainda dificultado a aproximação das brigadas de socorro da Cruz Vermelha e dos bombeiros que se encontravam por lá. Muitos feridos foram transportados em táxis por outros manifestantes e ainda no Largo do Carmo, o então capitão Andrade Moura, ouvindo as metralhadoras dirigiu-se para onde vinha o barulho. Nem sabia que a PIDE era ali.

Às 21h00, saiu então um comunicado lido ao microfone do Rádio Clube Português informando, em tom e numa linguagem que a essa hora era já familiar aos ouvintes, que afinal, houvera sangue: "Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Segundo comunicação telefónica aqui recebida, cerca das 20h30, ter-se-iam verificado incidentes na Rua António Maria Cardoso, onde se situa a sede da DGS. No decorrer desses incidentes, foram feridas algumas pessoas, encontrando-se já no local assistência médica". No local, o esquadrão de Andrade Moura vê-se em dificuldades para conter a multidão, que se voltara a agrupar, clamando por vingança. «Vinguemos os camaradas mortos" – exigia-se.

Suspeitos de pertencerem à PIDE, vários passantes eram interpelados e a tropa temeu ali mesmo linchamentos. Um deles, foi reconhecido por alguém que o havia torturado sendo imediatamente encostado à parede para ser revistado, enquanto a multidão em altos gritos pedia que o matassem.

"Perdendo a calma e completamente apavorado, o PIDE procurou fugir, correndo desesperadamente, sendo logo abatido pelos militares que o haviam revistado. A multidão não permitiu que os bombeiros fossem retirar o cadáver, gritando: "Os pides morrem na rua". Havia sede de vingança e Fernando de Carvalho Giesteira, estava "vingado".

A MULTIDÃO NÃO PERMITIU QUE OS BOMBEIROS FOSSEM RETIRAR O CADÁVER, GRITANDO: "OS PIDES MORREM NA RUA"

Foi assim a revolução – são assim também as revoluções...

* Advogado e jornalista

O 'JOURNAL DE GENÈVE' E O 28 DE SETEMBRO

Na noite de 27 para 28 são erguidas barricadas nos acessos à capital e feitas prisões preventivas. Spínola, claramente em minoria, é obrigado a desconvocar a manifestação. Depois da sua última vã tentativa de dissolver a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, o general-Presidente, isolado, apresenta a sua demissão em direto na Televisão

RETO MONICO*

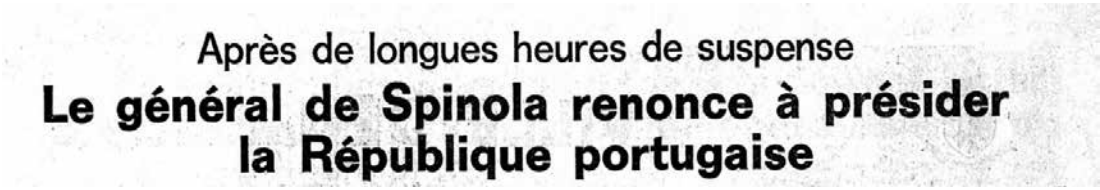
A CRISE ENTRE O GENERAL António Spínola e a Comissão Coordenadora (CC) do Movimento das Forças Armadas (MFA) tem o seu ápice em setembro. A 19, aparecem cartazes na capital que pedem apoio a uma manifestação a favor do Chefe do Estado e alguns dias depois, anuncia-se a data, 28 de setembro. O antigo governador da Guiné, muito confiante, subestima a capacidade da esquerda. Na noite de 27 para 28 são erguidas barricadas nos acessos à capital e são feitas prisões preventivas. Spínola, claramente em minoria, é obrigado a desconvocar a manifestação. Depois da sua última vã tentativa de dissolver a C.C. o general-Presidente, isolado, apresenta a sua demissão em direto na Televisão.

O *Journal de Genève* publica três comentários sobre esta fase final do confronto entre a C.C. e o General. O primeiro é um editorial do Jean-Claude Buffle[1]. Na sua opinião, Spínola queria "procurar o apoio da população como contrapeso" face ao poder do MFA, mas sem favorecer ninguém, enquanto a direita queria avaliar a sua força, mas serviu "de anteparo à extrema-direita". Por outro lado, a esquerda não queria "declarar a guerra à direita" proibindo a manifestação, mas foi obrigada a tomar esta medida por causa de "intenções subversivas de alguns extremistas".

Tudo isto é devido, sublinha o jornalista, ao facto de o Estado e dos partidos serem fracos: por conseguinte, a extrema-direita "agiu com muita leviandade" porque tinha a impressão de que era fácil tomar o poder; por outro lado, a esquerda reagiu com firmeza porque pensava que era fácil perdê-lo.

Na última parte, o articulista lamenta a depuração e a repressão: a "revolução pacífica" ultrapassou a fronteira em direção a uma "revolução violenta". Este início de repressão só pode encorajar os

1 Jean-Claude BUFFLE, «Portugal: une Révolution d'Octobre?», 1 de outubro de 1974.


Après de longues heures de suspense
Le général de Spinola renonce à présider la République portugaise

O jornal liberal genebrino de dia 1 de outubro, além do editorial na primeira página, fala de Portugal também na terceira ("Depois de longas horas de suspense. O general Spínola renuncia a presidir à República portuguesa"); e na última página ("Viragem à esquerda em Portugal. O general Costa Gomes sucede a Spínola na presidência da República")

extremistas de direita a organizar mais conspirações. "Despachemo-nos a retomar o poder, diriam entre eles, antes da esquerda ter completamente consolidado o seu."

Os moderados de direita serão acusados de serem "ineficazes" ou "comprometidos"; os de esquerda terão muitas dificuldades em justificar o seu "liberalismo" e a sua "generosidade" perante as ações da extrema-direita, que dão razão aos que, à esquerda do PS, "denunciam as 'artimanhas' da reação".

Tudo isso, conclui Buffle, parece absurdo, pois a única coisa que a esquerda tomou à direita até agora foi o poder: "A sorte trágica que espera Portugal é então que haja uma contrarrevolução antes mesmo que tenha começado uma verdadeira revolução."

Três dias mais tarde, é o correspondente na capital espanhola que se debruça sobre a saída de Spínola da cena política[2]. Herrera faz uma análise crítica dos jornais madrilenos que falam de uma viragem à esquerda no país vizinho, mas que nada ou pouco dizem sobre a tentativa de "golpe de Estado organizado por pelo menos uma parte da direita e falhada *in extremis*."

O correspondente em Madrid cita nomeadamente um editorial que acusa Caetano de ter virado as costas à realidade e, com o seu imobilismo, ter favorecido a esquerda. Trata-se de uma exortação ao governo de Madrid para que organize uma liberalização do regime, permitindo ao mesmo tempo a formação de uma direita forte.

CONCLUSÃO

Na conclusão, Herrera cita alguns observadores espanhóis segundo os quais, se o 25 de Abril "teve uma influência positiva para os que querem uma democratização", os últimos acontecimentos podem levar água ao moinho dos "defensores do imobilismo".

Em outubro de 1974, a jornalista belga Colette Braeckman manda três artigos de Lisboa, intitulados "A Revolução dos Capitães", o primeiro dos quais trata do 28 de Setembro[3]. A enviada especial do jornal genebrino a Lisboa não tem a mínima dúvida: "Houve efetivamente uma tentativa de

2 Ernesto García HERRERA, *L'Espagne et le départ de Spínola. Les événements de Lisbonne : une arme à double tranchant*, 4 de outubro de 1974.

3 «Le Portugal ne sera pas le Chili», 18 de outubro. Colette Braeckman (n. 1946) foi durante muito tempo grande repórter do quotidiano *Le Soir*, nomeadamente na África subsaariana. En 1975, publicou em Bruxelas *Portugal: révolution surveillée*.

golpe". Cita a seguir Miller Guerra, segundo o qual se tratava "da terceira tentativa de derrubar o regime nascido do 25 de Abril", as outras duas tinham sido a tentativa de golpe constitucional de julho e a revolta de dia 7 de setembro em Lourenço Marques /Maputo.

A jornalista afirma que estava previsto que Spínola tomasse todos os poderes a 28 de setembro e que fosse plebiscitado "por uma grande multidão" na mesma tarde, transportada das aldeias em camionetas, com um bilhete para um jogo do Sporting. Braeckman relata as afirmações das autoridades lusas segundo as quais havia um plano para assassinar Vasco Gonçalves. Um militar de alta patente confia-lhe que havia mesmo um outro que era de matar Spínola para atribuir a culpa à esquerda. Isso "teria sido o sinal para desencadear a repressão".

No entanto, sublinha a jornalista, "se Portugal não se tornou o Chile, e se o golpe falhou é essencialmente devido a dois fatores: a mobilização do povo e o peso do MFA". Braeckman nota como em cinco meses o povo se tornou politizado e põe em evidência o trabalho do MDP e do PCP.

Esta politização do povo permitiu impedir a conspiração do 28 de setembro: em todo o lado circulavam as palavras de ordem: "É preciso impedir a manifestação de Lisboa, impedir as caravanas de chegar à capital."

Narra a seguir o que fizeram os taxistas e os maquinistas para dificultar esta manifestação e, naturalmente, fala das barricadas erguidas nos acessos a Lisboa e dos civis que mandaram parar e que revistaram os carros que "muitas vezes transportavam armas". Escreve que os militares substituíram os civis às 5h00 da madrugada de dia 29.

"Esta 'noite das barricadas' foi fundamental" porque forçou Spínola a demitir-se e, agora, há unidade entre o Presidente, o primeiro-ministro, o Governo, a JSN e o MFA", realça Braeckman. Além disso, a jornalista belga constata que a direita e "os beneficiários do antigo regime" estão mais sob controle.

POVO MAIS POLITIZADO

No fim do texto, depois de ter enfatizado o facto de que o povo está cada vez mais politizado, "pelo menos em Lisboa", e decidido a defender "arduamente" as liberdades recentemente alcançadas graças aos militares, a jornalista expõe uma pequena reserva: "Mas à direita e ao centro, verificámos que o medo das classes médias e da burguesia, sobretudo depois da saída de Spínola, é da mesma natureza que no Chile...".

Temos assim três visões muito diferentes da queda de Spínola. Este último artigo é redigido, por assim dizer, a quente e dá o ponto de vista dos adversários do General. O texto escrito em Madrid dá o parecer da imprensa espanhola, consciente de que a mudança em Espanha acontecerá a breve prazo. Os jornais madrilenos olham para Portugal pensando no futuro imediato do seu país. Por fim, Jean-Claude Buffle, segundo o qual Costa Gomes é mais hábil politicamente do que o seu antecessor, explica porque é que a esquerda reagiu face à ameaça da extrema-direita. Sublinha também a fraqueza do poder e dos partidos e teme que a Revolução dos Cravos se torne violenta.

* Historiador e sócio da A25A

O RELATÓRIO DAS SEVÍCIAS
SÍNTESE

É necessário demonstrar que a Comissão de Averiguações de Violência sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares (CAVP), mais conhecida por "Comissão de Sevícias", em vez de produzir um relatório objetivo sobre a realidade, produziu antes um panfleto político-ideológico. \Este texto é apenas uma síntese da análise do autor cujo texto completo pode ser lido no *Referencial 151 – Suplemento online*

JOSÉ COSTA NEVES*

À DISTÂNCIA DE QUASE meio século, o relatório da "Comissão de Averiguações de Violência sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares" (CAVP), mais conhecida por "Comissão de Sevícias" (CS), continua a suscitar polémica. Por isso, entendi que se justificava voltar ao assunto e procurar demostrar que a Comissão criada pelo Conselho da Revolução (CR), em 19 de Janeiro de 1976, *usou e abusou maliciosamente das naturais insuficiências e fragilidades da fase inicial do processo revolucionário e, em especial, das perturbações políticas e sociais resultantes do pronunciamento militar ocorrido em 25 de Novembro de 1975*.

De facto, um leitor que desconheça a história desse período, ao ler o respectivo relatório, fica com a percepção errada de que, *à data do "25 de Abril", Portugal vivia serenamente num Estado de direito democrático perfeitamente organizado e estabilizado, repentinamente perturbado por uma turba de militares e civis perversos apostados em perseguir e torturar, gratuita e aleatoriamente, os*

virtuosos e pacíficos cidadãos que o povoavam.
No trabalho agora publicado em "*O Referencial 151 – Suplemento*", procuro demonstrar que essa percepção resulta, sobretudo, da circunstância de a Comissão de Sevícias se ter intencionalmente desvirtuado da missão que lhe tinha sido atribuída pelo Conselho da Revolução (CR) em 19 de Janeiro de 1976, e, em vez de se limitar à investigação de eventuais *tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes da pessoa humana, e de outras violências e abusos no acto da prisão e, durante esta, por Autoridades Militares*, optou por produzir um autêntico panfleto político-ideológico destinado a *embaciar a imagem e o mérito universalmente atribuídos à "Revolução dos Cravos"*.
Ou seja, a Comissão de Sevícias, para alcançar esse objectivo, omitiu e desvalorizou sistematicamente ao longo do seu relatório factos fundamentais para o esclarecimento completo dos leitores, tais como a influência das sucessivas conspirações e tentativas de subversão do regime que acabara de despontar, distorcendo a realidade histórica e desviando-se propositadamente dos deveres de isenção, rigor e objectividade.
No texto agora publicado em Suplemento a este número d'*O Referencial*, são referidos resumidamente alguns destes factos, com destaque para o processo disciplinar instaurado ao almirante Rosa Coutinho, que prova só por si que o relatório produzido pela Comissão das Sevícias foi *orientado prioritariamente para o aproveitamento político-ideológico proporcionado pelos acontecimentos relacionados com o "25 de Novembro"*.
O texto completo está disponível no Suplemento online d'O Referencial 151, no sítio: a25abril.pt.

* Capitão de Abril e sócio da A25A

A LEI DA DESCOLONIZAÇÃO

Em artigo publicado n´*O Referencial* 151 – Suplemento *online*, – da autoria de António Duarte Silva, professor universitário e sócio da A25A - expõe-se o atribulado processo de feitura da Lei da Descolonização (Lei n.º 7/74, de 27 de julho) que decorreu no mês de julho de 1974, iniciado aquando da discussão das alterações constitucionais propostas pelo primeiro-ministro Palma Carlos; descreve-se o modo, as razões e o sentido das suas três versões; relata-se como o Conselho de Estado a aprovou por unanimidade, com o acréscimo de um artigo atribuindo competência ao Presidente da República para dirigir o processo de descolonização. Um texto imperdível.

O MFA DO INTERREGNO REVOLUCIONÁRIO DE 1974-1975

Com o golpe militar e a consequente queda do estado de ditadura, iniciou-se um "Interregno Revolucionário" durante o qual, a sociedade em movimento foi rompendo as estruturas e bloqueios institucionais e reorganizando as estruturas políticas e administrativas dum estado democrático moderno. O que se segue é uma síntese de um texto mais desenvolvido publicado no suplemento online d'*O Referencial*

ANTÓNIO DINIS DELGADO FONSECA*

QUANDO SE FALA do MFA ou "Movimento das Forças Armadas" é para glorificar os Capitães de Abril - de 25 de Abril de 1974 - e muito pouco ou nada se diz do seu papel no período sucessivo que deu origem a uma vibrante Revolução e a um muito forte movimento social, que eles não quiseram, nem deixaram reprimir.

Com o golpe militar e a consequente queda do estado de ditadura, iniciou-se um "Interregno Revolucionário" durante o qual, a sociedade em movimento foi rompendo as estruturas e bloqueios institucionais e reorganizando as estruturas políticas e administrativas dum estado democrático moderno.

Interregno durante o qual muitos cidadãos ganharam capacidade cívica para o voto consciente, se formaram os novos partidos políticos e, como constava do Programa do MFA, foi elaborada, e depois aprovada e promulgada a nova Constituição da República.

Neste interregno há que lembrar quem assegurou o recenseamento eleitoral, organizou as eleições para a Constituinte, negociou a paz e assegurou a retirada em segurança das nossas forças dos teatros de operações da guerra colonial, processou o regresso seguro dos retornados, e resolveu sensíveis problemas diplomáticos relacionados com a descolonização.

Acontece que este MFA, o que esteve ativo durante este Interregno, vai desaparecendo por completo do discurso político atual e da memória das novas gerações. As tentativas para o fazer desaparecer da história repetem-se nos textos e livros que vão sendo oportunisticamente publicados. E é de temer que algo se prepara para o fazer desaparecer nas anunciadas come-

O POVO ESTÁ COM O MFA, de João Abel Manta

morações oficiais do 50.º aniversario do 25 de Abril, pois que a essas comemorações, pelo que parece, se pretende chamar a instituição Forças Armadas, como se tivesse sido a instituição a fazer o 25 de Abril.

Compreende-se que durante o interregno revolucionário e a partir do momento em que as forças políticas se sentiram suficientemente fortes e organizadas para lutar e conquistar o poder, tenham tido interesse em apagar o esforço dos militares do MFA que acompanharam, e em certa medida possibilitaram, o movimento social no tempo em que a "poesia esteve na rua". Porque foram eles que asseguraram a paz cívica sem repressão institucional, e a total liberdade de expressão e manifestação, sem o que teria sido impossível a construção do estado democrático.

Muitos dos militares do MFA que após o golpe de estado não regressaram ao conforto da vida nos quarteis e sentiram a necessidade cívica de se manter ativos junto da população que tão entusiasticamente os reconheceu, sofreram depois as consequências, com acusações criminais infundadas, prisões, perseguições, destruição das carreiras militares e ofensas ao bom nome e à sua dignidade. Durante o verão quente de 1975, já com os partidos na corrida para a conquista do poder, muitos foram acusados de partidarismo para os neutralizar, utilizar e/ou perseguir.

Curioso que quase todos os nomes destes "capitães de Abril" foram completamente esquecidos e muitos deles maltratados pelo estado democrático que ajudaram a organizar.

Do que aqui se conta, sem nada reivindicar nem criticar, ficam, no entanto, dois reparos:

1. Aceitando que aos políticos não lhes convenha valorizar este MFA do Interregno e tentem, de muitas maneiras, apagá-lo da atualidade política, já não se pode aceitar é que reescrevam a história para dela o apagar.

2. Ainda menos se pode admitir que aquele MFA do Interregno se apague da memória da jovem geração de portugueses que esteve com a revolução de Abril. Esperemos que as comemorações do 50.º aniversário não sejam utilizadas para isso.

(A versão completa do texto está disponível no Suplemento online *d'O Referencial* 151, no sítio a25abril.pt)

* Capitão de Abril, sócio da A25A

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS
E A CRIAÇÃO DA 2.ª REPÚBLICA

Álvaro e José Tavares

Apesar de ser idealizada e dirigida por jovens militares, a Revolução cumpriu todos os objectivos anunciados ao país em 25 de Abril de 1974, com o estreito apoio da esmagadora maioria da população portuguesa. Tudo feito no período inicialmente programado de dois anos, sem qualquer derramamento significativo de sangue

FRANCO CHARAIS*

Do Programa do MFA à Constituição de 1976

A Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 foi uma operação planeada pelo Movimento dos Capitães para terminar com o regime de ditadura que vigorou, em Portugal, durante quase meio século e criar um sistema político que corrigisse os erros e atentados que aquele regime cometeu contra a liberdade, dignidade e bem-estar das populações da Metrópole e do Ultramar. A oportunidade surgiu com as demissões do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e do vice-chefe do mesmo Estado-Maior, com o beija-mão ao chefe da ditadura pelos topos das chefias das Forças Armadas jurando ao ditador de que as tropas apoiavam a política da guerra colonial e a saída extemporânea do Quartel das Caldas da Rainha de uma unidade militar, que terminou com a prisão de vários capitães e militares de outras patentes.

Para tal, dada a urgência e dado o Movimento ser vigiado pela PIDE, a Comissão Coordenadora em 5 de Março de 1974 definiu missões a cumprir pela estrutura militar do movimento e a elaboração de uma carta de comando que obrigasse todos os militares e civis que, posteriormente, colaborassem com a eliminação da ditadura e sua substituição por outro sistema político. Assim, em 25 de Abril de 1974 a estrutura militar cumpre com total êxito a sua missão e o Movimento apresentou ao país o seu Programa do Movimento das Forças Armadas, em que eram definidas as tarefas a cumprir por todos os militares e cidadãos (Quadro n.º 1).

Verificando-se tentativas de alterações, por parte do Presidente da República (PR), nos objectivos do Programa, este foi detalhado e tornado constitucional através da lei nº 03/74 de 14 de Julho, foram clarificadas as missões do PR (Quadro n.º 2), do Conselho de Estado (Quadro n.º 3) e do Governo Provisório (Quadro n.º 4). Em resumo, os militares assumiam poderes constitucionais para a elaboração das Leis e para a aprovação e verificação da constitucionalidade das leis elaboradas pelo Governo Provisório, estas da exclusiva competência da sociedade civil.

Devido a ataques e sabotagens das forças de extrema-direita, de simpatizantes da ditadura

e a tentativa de golpe de Estado ocorrido em 11 de Março de 1975, pela Lei 05/75 de 14 de Março foi reforçado o poder militar do órgão de comando e direcção, que mudou de designação (Conselho da Revolução), foram substituídos os conselheiros civis e indigitados pelo primeiro PR por mais 14 militares e constitucionalizada a Assembleia do MFA (Quadro n.º 5).

Na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, o Conselho da Revolução diminuiu o número de conselheiros militares (Quadro n.º 6), eliminou todas as tentativas de alteração do imposto pelas leis 03/74 e 05/75, obrigou os partidos políticos a terminar com disputas pela conquista antecipada de um poder político que só seria definido pela Lei Constitucional que, eles próprios e em total liberdade, estavam a elaborar.

E em 25 de Abril de 1976, com a entrada em vigor da nova Constituição, o MFA viu concretizado todos os seus objectivos. Em Julho de 1976 os militares e o seu Conselho da Revolução deram por cumpridos todos os objectivos que, em 25 de Abril de 1974, através do seu Programa do MFA, tinham apresentado ao Povo português. (Quadro n.º 7)

O INIMIGO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Inimigo Principal

– Extrema-direita (colaborantes, apoiantes, simpatizantes, poder económico monopolista da ditadura, dirigentes da Igreja).

– De 25 de Abril a 28 de Setembro de 1974, a extrema-direita esteve na espectativa, esperando uma ditadura militar dirigida por generais.

– De 28 de Setembro de 1974 a 11 de Março de 1975, passou às acusações, no país e estrangeiro, da criação de um regime comunista e à violenta sabotagem económica.

– De 11 de Março de 1975 a 25 de Abril de 1976, optou por acções violentas (atentados contra pessoas e bens, ligados a partidos de esquerda, a partir do norte do país)

Inimigo secundário

Organização política e militar chefiada por Spínola (apoios da ditadura espanhola, possivelmente dos partidos da direita e seus dirigentes, com subsídios financeiros de imigrantes e outros, assim como dirigentes da Igreja).

Respostas do MFA

Progressivo aumento do controlo e poder militar (o Conselho de Estado foi substituído pelo Conselho da Revolução), nacionalização da Banca e das indústrias base e submissão do poder económico monopolista ao poder político.

Ameaças internas à estrutura de comando e direcção da Revolução dos Cravos

Consideradas possíveis pelo Conselho dos 20 e Conselho da Revolução quando os partidos, com trabalhos prioritários a cumprir na Assembleia Constituinte, descuraram a sua missão envolvendo-se em ataques interpartidários, procurando apoios de militares e de armas, intensificando acusações aos partidos de esquerda, e também aos próprios órgão de comando e direcção do MFA, de tentarem constituir no país um regime comunista.

Alfredo Cunha

Alguns membros do Conselho da Revolução

Hipóteses que foram consideradas

Tomada do poder (criação de novos órgãos de direcção, novo rumo para a Revolução ou substituição dos militares por outros seus aliados), com as seguintes componentes:

– PCP + MDP + militares: colocação de Vasco Gonçalves no comando de nova revolução;

– PCP + militares + apoio União Soviética: criação de um regime comunista em Portugal;

– UDP + PRP/BR + COPCON (Otelo) + paraquedistas: criação de um regime de poder popular;

– PS + militares spinolistas + oficiais generais + PPD + Partidos da direita e extrema-direita (?) + apoio externo: ilegalizar o PCP ou alterar a composição do Conselho da Revolução.

Resposta do MFA

Reforço do poder militar do Presidente da República e do Conselho da Revolução com a nomeação de conselheiros para o comando das Regiões Militares e da Academia Militar.

Criação secreta de um agrupamento militar para fazer face a qualquer movimentação não autorizada de unidades militares ou de actos agressivos de elementos partidários, sindicais e outros.

Afastamento do poder executivo de Vasco Gonçalves e tomada de decisão para a substituição de Otelo no comando do Governo e da Região Militar de Lisboa.

Decisão do encerramento do COPCON, 5ª Divisão, SDCI, CODICE, demissão das administrações dos jornais nacionalizados, suspensão das suas publicações até à nomeação pelo Governo de novas administrações.

Imposição aos Partidos da sua dedicação ao seu trabalho na Assembleia Constituinte.

QUADROS EXPLICATIVOS DA ORGANIZAÇÃO DO PODER E FUNÇÕES DOS SEUS ÓRGÃOS

Quadro n.º1

PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (PMFA)

Junta de Salvação Nacional (JSN)

EXÉRCITO: Generais António Spínola, Costa Gomes e Silvério Marques
ARMADA: Almirantes Pinheiro de Azevedo e Vice-Almirante Rosa Coutinho
FORÇA AÉREA: Generais Diogo Neto e Galvão de Melo

MEDIDAS IMEDIATAS

- Exercício do poder político até à formação de um Governo Provisório (GP)
- Escolha do Presidente e do Vice-Presidente da (JSN)

A JSN Decretará:
Destituição dos anteriores PR, Governo, Assembleia Nacional, Conselho de Estado, Legião Portuguesa, Organização da Juventude, Acção Nacional Popular, Governadores Civis do Continente e Ilhas, Governadores Gerais do Ultramar;
Medidas de controlo de todas as operações económicas e financeiras com o exterior;
Amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delito comum;
Abolição da censura e exame prévio;
Medidas para a reorganização das Forças Armadas (FA's) e Militarizadas;
Medidas eficazes contra a corrupção e especulação.

Anúncio público de convocação no prazo de 12 meses de uma Assembleia Nacional Constituinte (AC)

MEDIDAS A CURTO PRAZO (3 semanas)

Escolha do Presidente da República (PR, Gen. Spínola), Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA, Gen. Costa Gomes), Chefes dos Estados Maiores do Exército (CEME, Gen. Silvério Marques), da Armada (CEMA, Alm. Pinheiro de Azevedo) e da Força Aérea (CEMFA), Gen, Diogo Neto).
O PR nomeará um Governo Provisório Civil (GP) que governará até à eleição, de acordo com a nova Constituição, do futuro PR e Assembleia Legislativa.
O GP tendo em atenção que as reformas de fundo serão definidas pela Assembleia Constituinte promoverá imediatamente:

- A liberdade de reunião e associação (formação de partidos políticos e sindicatos);
- Liberdade de expressão e pensamento
- Extinção dos tribunais especiais e assegurar a independência e dignificação dos tribunais:
- Fundamentos de uma nova política económica posta ao serviço do Povo em especial dos mais desfavorecidos
- Respeito pelos tratados em vigor
- Uma política ultramarina que conduza à paz.

Quadro n.º 2

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E A CRIAÇÃO DA 2.ª REPÚBLICA PORTUGUESA
Lei 3/74 de 14 de Julho

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (PR)

General António de Spínola
(substituído em 30 de Setembro pelo General Costa Gomes)

PRESIDE AOS ÓRGÃOS	COMPETÊNCIAS
JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL (JSN) CONSELHO DE ESTADO (CE) CONSELHO DE MINISTROS (Quando o julgar necessário) CONSELHO SUPERIOR DE DEFESA NACIONAL (CSDN)	Vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e restantes leis; Presidir à JSN e ao CE; Nomear os membros do Governo por cidadãos que se identifiquem com o Programa do MFA; Convocar o CE e presidir ao Conselho de Ministros; Marcar a data das eleições à Assembleia Constituinte; Convocar a Assembleia Constituinte e abrir a sessão; Se necessário prorrogar a Assembleia; Representar a Nação e dirigir a política externa do Estado e ratificar os tratados depois de aprovados; Exercer a chefia suprema das Forças Armadas; Indultar e cumutar penas; Declarar, ouvido o CE, o estado de sítio no caso de agressão efectiva ou eminente por forças estrangeiras ou de a segurança e a ordem pública serem perturbadas e ameaçadas; Promulgar e fazer publicar as leis constitucionais, as resoluções emanadas do CE, os decretos-lei e os regulamentar e assinar os restantes decretos, Obs.: os diplomas não promulgados, assinados e publicados são juridicamente enexistentes.

REGIME DE REFERENDO

Os actos do PR devem ser referendados pelo primeiro-ministro e pelo ministro ou ministros competentes aem o que serão juridicamente inexistentes.
Não carecem de referendo: a nomeação e exoneração dos membros do GP; a mensagem de renuncia ao cargo; a promulgação das leis constitucionais e das resoluções do CE.
Salvo o disposto na alinea anterior devem ser referendados por todos os ministros os decretos-lei e os decretos que hajam de ser promulgados ou assinados pelo PR, se uns e outros não tiverem sido aprovados em Conselho de Ministros.

Quadro n.º 3

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS – ÓRGÃOS DE COMANDO E DIRECÇÃO
Lei 3/74 de 14 de Julho

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (PR)
General António de Spínola (a)

CONSELHO DE ESTADO (CE)

COMPOSIÇÃO

JSN Junta de Salvação Nacional
Constituinte
CEMGFA General Costa Gomes
CEME General Silvério Marques (a)
CEMA Almirante Pinheiro de Azevedo
CEMFA General Diogo Neto (a)
(EA) General Galvão de Melo (a)
(A) Vice-almirante Rosa Coutinho (a)

7 Militares indigitados pelo MFA
(Ex) Coronel Vasco Gonçalves (b)
Major Vítor Alves (b)
Major Melo Antunes (b)
(A) Cap-Tenente Vítor Crespo (b)
Cap-Tenente Almada Contreiras
(FA) Capitão Pereira Pinto
Capitão Costa Martins (b)

7 Elementos indigitados pelo MFA
Professores Henrique de Barro, Ruy Luís Gomes, Freitas do Amaral, Isabel Magalhães Colaço, Dr, Azeredo Perdigão, Coronel Rafael Durão, Ten-Coronel Almeida Bruno

COMPETÊNCIAS

Exercer os poderes constituintes até à eleição da Assembleia.
Sancionar os diplomas do Governo Provisório respeitantes:
– à eleição da Assembleia Constituinte;
– à definição das linhas gerais de política económiva, social e financeira
– ao exercício da liberdade de expressão, de pensamento, de ensino, de reunião, de associação e de crenças e práticas religiosas;
– à organização da defesa nacional e definição dos deveres decorrentes;
– à definição do regime geral dos Governos das províncias ultramarinas.
Vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo ou da Administração, podendo declarar com força obrigatória geral mas ressalvadas sempre as situações criadas pelos casos julgados, a inconstitucionalidade de quaisquer normas.
Autorizar o PR a fazer a guerra, se não couber recurso à arbitragem ou se esta se malograr, salvo o caso de agressão efectiva ou eminente de forças estrangeiras e a fazer a paz.
Pronunciar-se sobre a impossibilidade física do PR.
Pronunciar-se em todas as emergências graves da vida da Nação e sobre os assuntos de interesse nacional sempre que o PR julgue conveniente.
Os diplomas que devem ser sancionados pelo Conselho de Estado não poderão ser promulgados pelo PR sem que a sanção tenha sido concedida.

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DESTES DESTES ORGÃOS: De 14 de Maio de 1974 a de Março de 1975
SUBSTITUIÇÕES

(b) Substituídos em 17 de Julho de 1974 por: Ten-coronel Franco Charais, capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares (Ex)
(Posse do 2.º Governo Provisório) 1.º tenente Miguel Judas (Armada) e Major Canto e Castro (Força Aérea)

(a) Substituídos em 30 de Stembro de 1974 por: Gerenal Costa Gomes (PR) e CEMGFA
(Renúncia de António de Spínola a PR) Generais-graduados Carlos Fabião (CEME), Lopes Pires (Ex), Mendes Dias (FA), Pinho Freire (FA) e Silvana Ribeiro (substituiu Rosa Coutinho em missão em Angola)

Quadro n.º 4

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Lei 3/74 de 14 de Julho

GOVERNO PROVISÓRIO (GP)
Lei 03/74 de 14 de Julho

CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DO GP (Artigo 14.º)
O 1.º Ministro e os Ministros são nomeados e exonerados pelo PR;
Os Secretários de Estado são nomeados pelo PR sob proposta do 1.º Ministro (as suas funções cessam por exoneração do respectivo Ministro);
Poderá haver Ministros sem pasta que desempenham missões de natureza específica e exerçam funções de coordenação entre Ministérios ou outras delegadas pelo 1.º Ministro.

RESPONSABILIDADE POLÍTICA DO GP (Artigo 15.º)
O GP é responsável politicamente perante o PR.

COMPETÊNCIA DO GP (Artigo 16.º)
Compete ao GP conduzir a política geral da Nação, referendar os actos do PR, fazer decretos-lei e aprovar os tratados ou acordos internacionais, elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das Leis, superintender no conjunto da administração pública, elaborar a Lei Eleitoral;
Os actos do GP que envolvam aumentos de despesas ou diminuição de receitas são sempre referendados pelo Ministério da Coordenação Económica.

COLEGIALIDADE DO GABINETE (Artigo 17.º)
Os Ministros do GP definirão em Conselho as linhas de orientação governamental, em execução do Programa do MFA. A execução da orientação política definida em Conselho para cada Ministério será assegurada pelo respectivo Ministro. Ao Primeiro-Ministro caberá convocar e presidir ao Conselho de Ministros e coordenar e fiscalizar a execução da política definida pelo Conselho.

EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL (Artigo 18.º)
As funções jurisdicionais serão exercidas exclusivamente por tribunais integrados no Poder Judicial.
Não é permitida a existência de tribunais com competência específica para o julgamento de crimes contra a segurança do Estado. Exceptuam-se os tribunais militares.

FORÇAS ARMADAS (Artigo 19.º)
A estrutura das Forças Armadas é totalmente independente da estrutura do Governo Provisório;
A ligação entre as Forças Armadas e o GP é feita através do Ministro da Defesa Nacional.

DECRETO-LEI N.º 203/74 DE 15 DE MAIO

O GP actuará dentro das grandes linhas de orientação que a seguir se indicam:

1. Organização do Estado
2. Liberdades cívicas
3. Segurança de pessoas e bens
4. Política económica e financeira
5. Política social
6. Política externa
7. Política ultramarina
8. Política educativa, cultural e de investigação

Constituição do Governo Provisório:

1.º Ministro e Ministros sem pasta
Ministro da Defesa Nacional
Coordenação Interterritorial
Administração Interna
Justiça
Coordenação Economica
Negócios Estrangeiros
Equipamento Social e Ambiente
Educação e Cultura | Trabalho
Assuntos Sociais | Cominicação Social

Quadro n.º 5

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E A CRIAÇÃO DA 2.ª REPÚBLICA PORTUGUESA
ÓRGÃO DE COMANDO E DIRECÇÃO
Lei 05/75 de 14 de Março: de 14 de Março a 25 de Novembro de 1975

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (PR)

General Costa Gomes

CONSELHO DA REVOLUÇÃO (CR)

CEMGFA E VCEMGFA: General Costa Gomes
CEME: General graduado Carlos Fabião
CEMA: Almirante Pinheiro de Azevedo
CEMFA General graduado Mendes Dias
COPCON; Major Otelo Saraiva de Carvalho
COMISSÃO COORDENADORA:
Ten-coronel Franco Charais (a), capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares (Ex), capitão.tenente Almada Contreiras e 1.º tenente Miguel Judas (A), major Canto e Castro e capitão Pereira Pinto (FA).
MILITARES DESIGNADOS PELO MFA:
Exército: majores Vítor Alves, Melo Antunes e Pezarat Correira (b), capitães Sousa e Castro, Ferreira de Sousa e Ferreira Macedo.
Armada: capitão de fragata Martins Guerreiro, capitão-tenente Vítor Crespo e 1.º tenente Ramiro Correia.
Força Aérea: majores Costa Neves e capitães Graça e Cunha e Costa Martins.
MILITARES DA EXTINTA JSN:
General graduado Fisher Lopes Pires(Ex), Vice-Almirante Rosa Coutinho (A),
General graduado Pinho Freire(FA)
1.º MINISTRO (se militar):
Brigadeiro Vasco Gonçalves (d)
ASSEMBLEIA DO MFA

COMPETÊNCIAS

Ao Conselho da Revolução são conferidas as atribuições que pertenciam à JSN e Conselho de Estado (CE) e os poderes legislativos atribuídos ao Conselho dos Chefes de Estado-Maior.

Os actos legislativos do CR não carecem de referendo e são promulgados e feitos publicar pelo PR.

Os poderes constituintes transferidos do CE para o CR manter-se-ão até à promulgação da nova Constituição.

As referências à JSN e ao CE nas leis em vigor consideram-se feitas ao CR.

O CR faz parte da Assembleia do MFA à qual presidirá através do seu Presidente competindo ao CR definir a sua composição.

A Assembleia passou a ser composta por 120 militares do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea (e)

OBSERVAÇÕES

(a), (b) e (c) Para reforço do poder militar do CR assumiram em 23 de Maio de 1975 e em acumulação, os comandos das Regiões Militares do Centro, Sul e Norte.
~(d) Substituído pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, com a nomeação deste militar para a chefia do 6.º Governo Provisório em 19 de Setembro de 1975.
(e) Convocada em ocasiões de grande agitação política e militar a Assembleia, presidida pelo PR e CR, utilizada para a troca e recolha de informações ao mais alto nível evitou a eclosão de guerras fraticidas.

Quadro n.º 6

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E A CRIAÇÃO DA 2.ª REPÚBLICA PORTUGUESA
ÓRGÃO DE COMANDO E DIRECÇÃO
Lei 05/75 de 14 de Março: de 25 de Novembro de 1975 a 25 de Abril de 1976

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (PR)

General Costa Gomes

CONSELHO DA REVOLUÇÃO (CR)	OBSERVAÇÕES
CEMGFA E VCEMFA: General Costa Gomes CEME: General graduado Ramalho Eanes CEMA: Almirante Souto Cruz CEMFA General graduado Lemos Ferreira COMISSÃO COORDENADORA: **Exército**: General graduado Vasco Lourenço, Brigadeiro graduado Franco Charais, Brigadeiro graduado Pires Veloso, majores Vítor Alves e Melo Antunes, capitão Sousa e Castro e tenente Marques Júnior. **Armada**: Capitão de fragata Martins Guerreiro e Capitão-tenente Vítor Crespo **Força Aérea**: Majores Costa Neves e Canto e Castro MILITARES DA EXTINTA JSN: General graduado Pinho Freire(FA) 1.º MINISTRO (se militar): Almirante Pinheiro de Azevedo	Em 26 de Novembro de 1976, os partidos políticos PS, PPD, PCP, MDP/CDE e CDS assinaram com o MFA o 2.º PACTO MFA/PARTIDOS pelo qual a Assembleia do MFA deixaria de ser órgão de soberania na futura Constituição, em elaboração pela Assembleia Constituinte. No entanto, dado os acontecimentos poilítico/militares verificados em 25 de Novembro de 1975, foi decidida a sua permanência como órgão legislativo para as Forças Armadas, de Conselho do PR e de garanti e julgamento da constitucionalidade das leis, com funções de Tribunal Constitucional. No teor da nova Constituição ficou definido o prazo de duração desta nova missãp para o CR, bem como a sua composição.

ASSEMBLEIA DO MFA	Tornado desnecessária a Assembleia deixou de reunir

Quadro n.º 7

FIM DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E A CRIAÇÃO DA 2.ª REPÚBLICA PORTUGUESA
ÓRGÃO DE COMANDO E DIRECÇÃO
Lei 05/75 de 14 de Março: de 25 de Novembro de 1975 a 25 de Abril de 1976

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (PR)
General Costa Gomes

CONSELHO DA REVOLUÇÃO (CR)

CEMGFA E VCEMFA: General Costa Gomes
CEME: General graduado Ramalho Eanes
CEMA: Almirante Souto Cruz
CEMFA General graduado Lemos Ferreira
COPCON: extinto
COMISSÃO COORDENADORA:
Ten-coronel Franco Charais, capitães Vasco Lourenço (a) e Pinto Soares (Ex), capitão-tenente Almada Contreiras (A) e Major Canto e Castro (FA).
MILITARES DESIGNADOS PELO MFA:
Exército: Brigadeiro graduado Pires Veloso (b), majores Vítor Alves, Melo Antunes e Pezarat Correia (c), capitães Sousa e Castro e tenente Marques Júnio.
Armada: Capitão de fragata Martins Guerreiro e Capitão-tenente Vítor Crespo
Força Aérea: Major Costa Neves e capitães Graça e Cunha
MILITARES DA EXTINTA JSN:
General graduado Pinho Freire(FA)
1.º MINISTRO (se militar):
Almirante Pinheiro de Azevedo

OBJECTIVOS CONCRETIZADOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
(elaborada e aprovada pelos Partidos entrou em vigor em 25 de Abril de 1976).

REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO E PLURIPARTIDÁRIO
(concretizado pelas eleições inteiramente livres da 1.ª Assembleia Legislativa e do 1.º Presidente da República por sufrágio directo e universal).

FIM DO REGIME COLONIAL
(aprovação do direito dos povos à sua autodeterminação e independência. Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe assumem a sua independência e adoptam o português como língua oficial).

NOVA POLÍTICA ECONÓMICA/SOCIAL
(ao serviço das classes mais desfavorecidas).

NOTA FINAL

Esta sucessão de Quadros foi preparada para servir de apoio a Escolas e outras Organizações que desejam compreender e ensinar às novas gerações o que foi um caso único na História do nosso país e do Mundo, a Revolução dos Cravos, e como esta revolução fundou a 2.ª República Portuguesa.

Caso único porque, apesar de ser idealizada e dirigida por jovens militares, a Revolução cumpriu todos os objectivos anunciados ao país em 25 de Abril de 1974, com o estreito apoio da esmagadora maioria da população portuguesa. Tudo feito no período inicialmente programado de dois anos, sem qualquer derramamento significativo de sangue.

Novembro de 2023

* Tenente-general na reforma, sócio da A25A

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

CONSTRUTORES DE ABRIL CONDECORADOS

Miguel Figueiredo Lopes, Presidência da República

Presidente da República condecorou em Julho um grupo de militares obreiros da Revolução de Abril de 1974, alguns a título póstumo

NO SEGUIMENTO das várias homenagens já realizadas, enaltecendo os heróis de Abril, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, em cerimónia realizada no antigo Picadeiro Real do Palácio de Belém, no dia 18 de Julho condecorou a título póstumo, com a Ordem da Liberdade, Grã-Cruz, os marechais Francisco Costa Gomes e António de Spínola, e com o Grau de Grande-Oficial, os seguintes militares com participação directa na Revolução de 25 de Abril de 1974, alguns a título póstumo:
Almirante António Alva Rosa Coutinho, a título póstumo
Major-general Manuel Soares Monge

Superintendente -Chefe António Alves Martins
Coronel Artur Adelino Chaves de Albuquerque Assunção
Coronel Carlos Manuel Rodrigues Dias Costa, a título póstumo
Coronel Carlos Nuno Carronda Rodrigues, a título póstumo
Coronel César Augusto Lopes Rodrigues
Coronel Delfim Galleano Antunes Teixeira
Coronel Esmeraldo Joaquim Delgado Pardal
Coronel João Madalena Lucas
Coronel Joaquim António Pereira Moreira Santos
Capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Augusto dos Santos
Capitão-de-mar-e-guerra Jorge Manuel de Sousa Lourenço Gonçalves
Coronel José António Ribeiro da Silva
Coronel José Gamaliel Borges Alves
Coronel Leonardo dos Santos Freixo
Coronel Luís Carlos Santos Veiga Vaz, a título póstumo
Coronel Mário Eduardo Abrantes de Mendonza Frazão
Coronel Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso, a título póstumo
Coronel Virgílio Canísio Vieira da Luz Varela, a título póstumo
Coronel Virgílio José Fonseca Pereira de Carvalho
Tenente-coronel Gabriel Gomes Mendes, a título póstumo
Tenente-coronel João António Carvalho Almas Imperial
Tenente-coronel Jorge dos Santos Pacheco
Tenente-coronel José António Verdu Martins Montalvão
Major Ivo Carlos Garcia
Major José Luís da Rocha Dores
Capitão Jorge Manuel Henriques Caetano

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Fundadores
Joao Luís Pereira de Castro

Sócios Efectivos
Luís Alberto Godinho Amoreira
Adriano Mendes Teles de Mendonça
Alberto José Silva Santos
José António Martins Leitão
João Daniel Nicodemos

A todos os familiares e amigos a A25A expressa as mais sentidas condolências.

OS DOIS 25 DE ABRIL
E AS COINCIDÊNCIAS DA LIBERDADE

Direitos reservados

Direitos reservados

25 de Abril de 1945 para Itália e 25 de Abril de 1974 para Portugal: dois países unidos por destinos de liberdade

OLIVIA BLENGINO E ENRICO FALCO*

NOS MESES QUE antecederam as celebrações do septuagésimo aniversário da libertação da Itália do opressor nazi-fascista, a Associação Cultural Terra dei Bagienni de Beinette (província de Cuneo) decidiu promover uma geminação histórica, cultural, mas sobretudo de "memória" com Portugal, pensando na singularidade das duas datas que marcaram a restauração das liberdades, da legalidade e em particular da democracia nos nossos países: 25 de Abril de 1945 para Itália e 25 de Abril de 1974 para Portugal.

O título desta viagem conjunta foi: "Os dois 25 de Abril, coincidências da Liberdade", e

aquele dia de Abril de 2015 representou para nós o selo de uma amizade entre dois países que tiveram, apesar de formas e momentos diferentes, a força para se rebelarem contra os abusos do fascismo prevalecente. Encontramos na ANPI Provincial (Associação Nacional de Partidários da Itália) e em particular na sua Presidente Ughetta Lucia Biancotto um apoio muito válido que nos permitiu ter uma grande participação de Órgãos e Instituições: o Município de Cuneo, medalha de ouro da Resistência, os Municípios de Boves (medalha de ouro pelo valor civil), Borgo San Dalmazzo, Beinette, Chiusa Pesio e Peveragno, a Província de Cuneo, o Instituto Histórico da Resistência e da Sociedade Contemporânea de Cuneo e sua Província, o Museu da Resistência de Chiusa Pesio, o Memorial da Deportação de Borgo, a ANED (Associação Nacional dos Ex-Deportados nos Campos de Extermínio) e muitas escolas primárias e secundárias que participaram num concurso de desenho sobre o tema do 25 de Abril em Itália e em Portugal. Foram recebidos os representantes da Associação 25 de Abril de Lisboa, o coronel Vasco Lourenço e o comandante João Falcão de Campos que visitaram a cidade de Cuneo, convidados do Presidente da Câmara no Palácio do Governo local, a casa museu Duccio Galimberti, o herói do Cuneo Resistência, o grande Monumento à Resistência, do escultor Umberto Mastroianni, o Santuário Partidário da Certosa di Pesio que ainda contém os corpos dos guerrilheiros massacrados pelas tropas nazi-fascistas, Boves, cidade mártir com dezenas de casas queimadas pelos alemães e finalmente o Memorial da Deportação para Borgo San Dalmazzo com os vagões de gado na estação ferroviária prontos para transportar para a Alemanha, os numerosos judeus que fugiam da França.

OS DOIS REPRESENTANTES PORTUGUESES TIVERAM CONTACTO COM CENTENAS DE ESTUDANTES, COM OS SEUS PROFESSORES, COM AUTORIDADES E CIDADÃOS DE CUNEO

Os dois representantes portugueses tiveram contacto com centenas de estudantes, com os seus professores, com autoridades e cidadãos de Cuneo que os receberam no Cinema Monviso para uma série de eventos e para saudações oficiais e depois na última noite assistiram a uma gala em sua homenagem no Teatro Toselli recebido pelos Partidários ainda vivos e por muitos jovens que distribuíram os "cravos" vermelhos, símbolo do 25 de Abril em Portugal. O grupo musical Cenzon&teatro quis homenagear os tão bem vindos convidados com as notas de "Grândola Vila Morena", "Bella

Ciao", "Fischia il vento", "Segue o teu destino", "Canta, amigo canta", "Portugal", "Io ti regalo un fior" só para citar as canções mais significativas, magistralmente interpretadas também em português por Ada Prucca.

ITALIANOS EM LISBOA

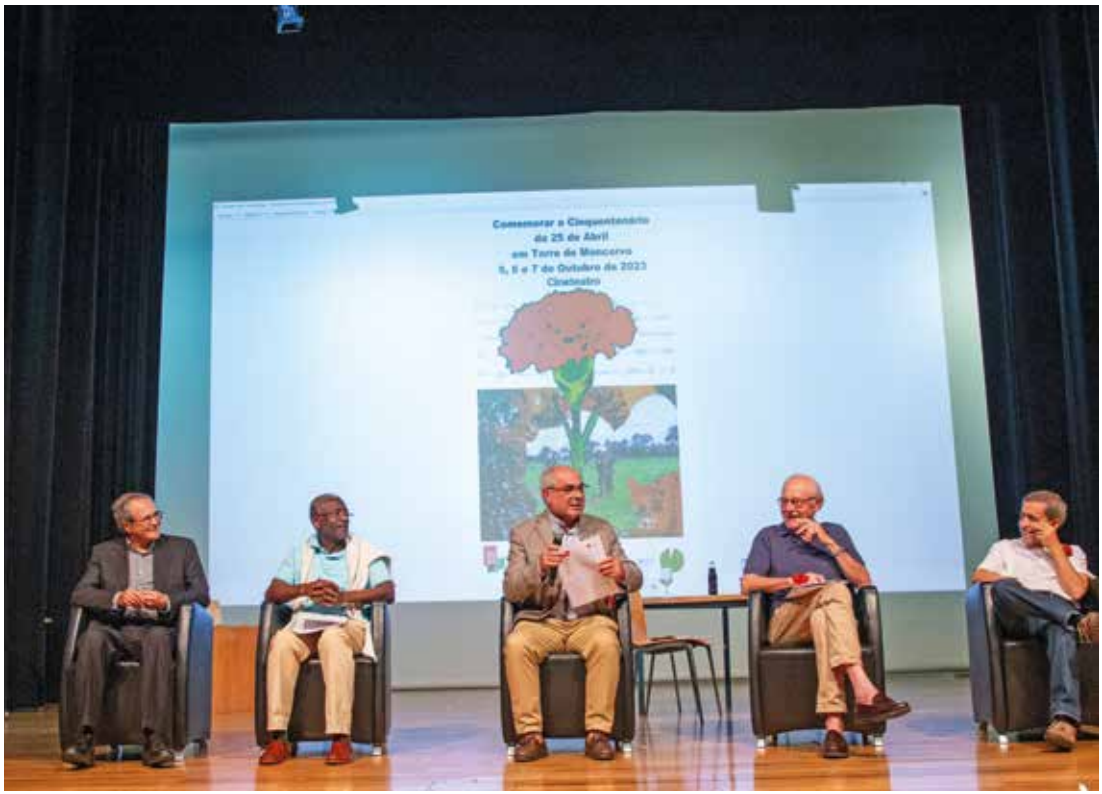
A visita foi retribuída por ocasião das comemorações dos quarenta e cinco anos do 25 de Abril português com a recepção em Lisboa da delegação italiana composta por Ughetta Biancotto, Presidente da ANPI do Cuneo e da sua Província, e pelos dois representantes da Terra dei Bagienni, Olivia Blengino e Enrico Falco e por um representante do grupo musical Canzon&teatro que se apresentou durante a noite de Gala no Coliseu de Lisboa. Desde 2015 que o vínculo de amizade e partilha entre as Associações Italiana e Portuguesa se tem fortalecido cada vez mais e há dois anos, em representação da ANPI, fomos convidados do Museu dedicado a Salgueiro Maia, o grande Capitão de Abril, na cidade de Castelo de Vide, acolhidos com amizade e disponibilidade pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pita. Não faltámos à visita ao túmulo do herói da Revolução dos Cravos no cemitério local e a visita ao pequeno cemitério de Baleizão onde está sepultada Catarina Eufémia, jovem operária agrícola assassinada por se rebelar contra abusos e injustiças.

Com estas premissas acreditamos poder renovar o vínculo agora consolidado que nos une na memória dos dois 25 de Abril, vínculo que nos últimos anos se manteve vivo e constante também através da leitura do "*O Referencial*" de que recebemos constantemente as diversas edições e as frequentes trocas de cartas e telefonemas com os Capitães de Abril que tivemos a honra de conhecer em Cuneo. Na certeza de que este caminho que iniciámos juntos poderá perdurar no tempo, desejamos partilhar convosco a grande celebração por ocasião dos 50 anos da Revolução dos Cravos e ao mesmo tempo orgulhamo-nos de ter formado uma amizade sincera com os Capitães de Abril, a quem devemos todo o nosso respeito e sentimento de gratidão pelo que fizeram.

NA CERTEZA DE QUE ESTE CAMINHO QUE INICIÁMOS JUNTOS PODERÁ PERDURAR NO TEMPO, DESEJAMOS PARTILHAR CONVOSCO A GRANDE CELEBRAÇÃO POR OCASIÃO DOS 50 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

* Dirigentes da Associação Cultural Terra dei Bagienni de Beinette, Província de Cuneo, Itália

CARTA AO MÁRIO



Direitos reservados

Comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril já começaram em Torre de Moncorvo

O município de Torre de Moncorvo iniciou as comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974 em outubro de 2023, com um evento distribuído por três dias, entre 5 e 7 desse mês, com um programa diversificado, a que o autor faz referência neste texto. A A25A esteve representada pelo seu presidente da direção, Vasco Lourenço, por Mário Tomé e por Aniceto Afonso (este representado, por motivos de saúde). A carta que publicamos, do nosso sócio Paulo Salgado, dirige-se ao capitão de Abril Mário Tomé, seu amigo e camarada em tempos de guerra. Não podemos deixar de felicitar e agradecer ao município de Moncorvo, ao seu presidente e a todos os que contribuíram para o êxito do evento.

PAULO SALGADO*

MEU CAPITÃO (hoje, o tratamento é referencial)!

O seu depoimento no *Referencial N.º 149 – A Conspiração: Testemunhos de Participantes e Estudiosos do 25 de Abril –*, mais do que uma sucessão de factos interessantes que intensamente vivenciou, e que constituem traços indeléveis que têm de figurar na História do 25 de Abril, na História da Revolução dos Cravos, da Revolução da Paz, digo eu, é um depoimento de Homem sério, de costas direitas, que encetou o seu processo de mudança bem cedo na história recente do nosso belo País.

Anteriormente, conforto meu (da nossa Companhia de Cavalaria 2721, também), porque vivi as suas agruras e descrédito face ao que se passava no regime, vertidos na demissão do Exército – assunto de que falo numa das cartas que escrevi, então, à minha namorada – lembro as reuniões da malta da Companhia mais próxima do ponto de vista psicológico e sociológico. Afinidades demonstradoras da confiança que se gerou, em particular entre nós, pois me foi dando conhecimento da demissão que iria apresentar e da sua vida futura próxima – o que, recordo, me deixou, na altura, preocupado por ter de prosseguir, eventualmente, o comando da companhia, ou vir outro comandante.

Esta sua escrita, escorreita, sem rodriguinhos, que faz parte da sua própria construção enquanto militar e cidadão, é, meu capitão, um relato, onde cabem referências a certos camaradas seus e a camaradas milicianos que o acompanharam no seu percurso de vida militar.

O que refere ao seu "alferes" Paulo Salgado – que agradeço com alguma emoção – é fruto da sua bondade, do que tem de humano em si. O senhor, meu capitão, de resto, quando defende as suas ideias, tantas vezes acaloradamente, nunca perdeu nem perde o seu lado humano. É verdade que segurei algumas pontas à custa de imenso sofrimento e medo, enquanto o senhor não chegou à Companhia, ao "nosso querido Olossato" – parece incrível, mas é ver-

dade: "querido Olossato"! No essencial, o significado de termos sido um pouco diferentes a si se deve. O Bento, o Branco, o Moura Marques, o Chico Silva e alguns mais, são exemplos de entrega a uma causa, embrionária em nós, em si mais avançada, mas que ajudaram a criar e/ou a sedimentar a mudança mental em muito dos jovens que comandou. Como me dizia o Moura Marques: eu pensava que vínhamos para a Guerra do Ultramar e dei-me de caras com a Guerra Colonial – que diferença!

Meu Capitão, fico, ficamos todos (a minha mulher também, porque viveu a guerra à sua maneira, e acredita, agora e ainda, cheia de entusiasmo, que o 25 de Abril foi um facto importante, que, infelizmente, vai sofrendo ataques antidemocráticos) agradecidos pela sua coragem, pela sua sincera forma de estar na vida. E, não obstante a figura meio escondida na sua firmeza, à sua Graça, a quem, indirectamente, devemos algo.

Não termino sem lembrar o que Eduardo Lourenço escreve a propósito da *história comum* (vide *Errância e busca num imaginário lusófono* – texto escrito em 1987, no VII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Língua Portuguesa, Belo Horizonte, pág. 119): *"O que talvez se imponha é revisitá-la em comum para descobrir, acaso também a meias, para além do que nela houve de doloroso, o que apesar de tudo, emerge desse processo como possibilidade e promessa de um diálogo que mutuamente nos enriqueça e nos humanize"*.

A Comemoração do Cinquentenário do 25 de Abril na minha Terra, Torre de Moncorvo, pretendia, para nós, minha mulher e eu, depois com a sua participação activa, e com o beneplácito e apoio confortável do Presidente da Câmara Municipal, fazer um pouquinho da tal *história comum*, procurando juntar homens e mulheres deste espaço comum, um grande pedaço, um enorme pedaço da História de Portugal. Tenho a sensação de que ficámos aquém, sem que, no entanto, um brilhozinho nos nossos olhos se deva notar em nós. Juntar capitães de Abril (Vasco Lourenço, Aniceto Afonso e Mário Tomé, incluo aqui, por imperativo moral e substantivo, o general Alípio Tomé Pinto), médicos, jornalistas, historiadores, economistas, escritores, soldados ex-combatentes de ambos os lados, mulheres de ex-combatentes de ambos os lados, filhos e netos de ex-combatentes, o presidente da Câmara e o comissário adjunto das Comemorações é orgulho que devemos partilhar.

A moderação dos painéis foi impecável, deve afirmar-se. Junte-se a representação por "rapazes" que foram milicianos na Guerra Colonial, da peça *Liberdade* que tive a ousadia de construir a partir da crónica do mesmo nome, da obra *Guiné-Crónicas de Guerra e Amor*, de que o meu capitão fez o prefácio; junte-se, igualmente, a música cantada e os poemas ditos pelos jovens da Escola Municipal Sabor e Artes, de Moncorvo. Orgulho redobrado.

E, meu capitão, o abraço fraterno no final. Esteve, assim, composta a festa, pá, na minha Terra.

Se me dá licença, meu capitão, dou-lhe um abraço. Até já. Viva o 25 de Abril.

* Sócio da A25A

REFERENCIAL
COMEMORATIVO DOS 50 ANOS

Informamos todos os nossos associados que a A25A vai publicar um número especial da nossa revista *O Referencial* comemorativo dos 50 Anos do 25 de Abril, que será um número duplo (152-153), referente ao período janeiro- junho de 2024, e terá cerca de 300 páginas.
Por este motivo, a Direção decidiu não enviar a revista pelo correio, mas sim disponibilizá-la a todos na sua sede. Está contudo pronta a encontrar soluções que atenuem este contratempo, quer por contacto dos nossos associados, quer por iniciativa de outros que possam transportar vários exemplares para outros pontos de distribuição. Acolherá também outras propostas de envio ou levantamento.
Quando a revista ficar pronta será enviada uma carta a todos os associados com instruções para os respetivos procedimentos.
A todos pedimos desculpa por esta decisão, que se tornou imperativa pelos custos envolvidos.

A Direção

O REFERENCIAL APRESENTADO NA A25A

Direitos reservados

Na Mesa José Martins, Aniceto Afonso, Vasco Lourenço e Alexandra David

O n.º 150 da revista da Associação 25 de Abril foi dado a conhecer aos sócios no dia 29 de novembro

Tendo como tema de capa o 50.º aniversário da Conspiração cujas comemorações se assinalaram a 9 de setembro no Monte do Sobral, local da reunião secreta dos militares de Abril, o n.º 50 da revista da A25A foi apresentada aos sócios no dia 29 de novembro, na sede da instituição.

As boas-vindas, como já é habitual, foram dadas pelo presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, que, naquele dia, dirigiu umas palavras especiais ao diretor da revista, coronel Aniceto Afonso, ausente daquele evento há já duas edições por razões de saúde. Felizmen-

Direitos reservados

A professora Alexandra David com os estudantes Gabriel Miraldo, Leonor Maltez e Tomás Duarte

te deu mostras de que está a recuperar bem, tendo Vasco Lourenço expressado os votos de que recupere totalmente, e rapidamente, para que "continue a dar tudo que tem para dar", salientou.

Aniceto Afonso apresentou depois as várias rúbricas da revista, com destaque para a especial colaboração dos alunos da Escola Superior de Comunicação do Instituto Politécnico de Lisboa. O n.º 150 teve a colaboração de Leonor Mateus e Tomás Duarte, num dos artigos, e, noutro, de Gabriel Miraldo, tendo os três dirigido algumas palavras aos presentes sobre o trabalho jornalístico que realizaram. Em nome da Escola falou a professora Alexandra Dadiv, para quem a "missão de dar formação académica passa também pela transmissão de valores". Palavras estas muito aplaudidas tendo em conta que uma das missões da revista é, precisamente, difundir os valores de Abril.

A poesia não podia faltar dita por José Martins que brindou os presentes com o poema "Abril" de José Fanha. Muito próximo da poesia esteve a apresentação da rúbrica "Cartas aos Netos", com o ex-diretor d' *O Referencial*, almirante Martins Guerreiro a falar sobre a neta Alice que escreveu um bonito texto de homenagem ao avô dela e a todos os outros avôs que estiveram na linha da frente da revolução de Abril.

O coronel Aniceto Afonso encerrou a sessão lembrando que o próximo número da revista terá um suplemento online, antecipando já aquela que será a primeira edição do ano totalmente dedicada ao 50.º aniversário do 25 de Abril.

O 25 DE ABRIL
VISTO PELOS DIPLOMATAS SUÍÇOS

Obra de Reto Monico, colaborador d' O Referencial, foi apresentada na Associação 25 de Abril

"O 25 de Abril: Relatórios Secretos da Embaixada da Suíça 1974 – 1976", é uma obra da autoria de Reto Monico, um intelectual suíço que tem honrado a nossa revista com os seus textos. A partir do que tem escrito n' *O Referencial*, Reto Monico elaborou o livro apresentado na sede da Associação 25 de Abril no dia 26 de outubro. O conteúdo foi enquadrado e explicado pelo professor António Ventura, historiador. Presente esteve também o anfitrião da casa, coronel Vasco Lourenço, para quem "obras como estas são essenciais para um capaz estudo sobre o processo da revolução portuguesa do 25 de Abril de 1974".

Nesta obra, Reto Monico apresenta-nos a imagem que deram do país os diplomatas suíços, entre 1974 e o verão de 1976, através dos documentos diplomáticos, nomeadamente dos relatórios políticos conservados na íntegra. Estes textos permitem seguir o desenrolar de quase todos os principais acontecimentos, da publicação do livro de Spínola até à formação do Primeiro Governo Constitucional.

Os diplomatas exprimem livremente a sua opinião, sem ter de se preocupar com as consequências, como sucede com os jornalistas. Em vários casos, os embaixadores suíços relatam as conversas privadas que tiveram com alguns pesos-pesados da política lusa, civis e militares, que criticam adversários e até colegas.

PORTUGUESES NA RESISTÊNCIA FRANCESA

Essa saga dos partisans portugueses, cidadãos de um país neutro nessa guerra devastadora, foi evocada na iniciativa conjunta que a Associação 25 de Abril e o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade realizaram a 18 de Novembro de 2023

M. SIMÕES TELES

PELO MENOS CINCO centenas de cidadãos portugueses fizeram parte da Resistência Francesa à invasão nazi durante a II Guerra Mundial. Proporcionalmente, excederam em número os próprios cidadãos franceses. Mais de uma centena morreram em combate ou fuzilados. Além desses resistentes – *les partisans* – cerca de outros mil portugueses alistaram-se nas forças armadas francesas com o mesmo propósito.

Essa saga dos *partisans* portugueses, cidadãos de um país neutro nessa guerra devastadora, foi evocada na iniciativa conjunta que a Associação 25 de Abril e o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade realizaram no Auditório deste, em 18 de Novembro de 2023, com o apoio da URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses e do Grupo Teatral INTERVALO, de Linda-a-Velha. O contexto da evocação foi o da atitude comum de resistência ao nazi-fascismo por parte das quatro organizações intervenientes.

A evocação assentou na participação abalizada dos três investigadores do assunto seguintes:

Jornalista **Barata Feio**, autor do livro "A Sombra dos Heróis", de Abril de 2019. Nessa obra, pioneira, estão identificados cerca de quatro centenas de portugueses da Resistência, aos quais, em muitos casos, está associada a naturalidade e, em alguns casos, a fotografia. Como é referido, a identificação foi fruto, em primeiro lugar, de aturado trabalho de investigação no *Service Historique de la Défense*, em Paris, onde foram consultados e fotografados milhares de documentos sobre os resistentes portugueses homologados pelas autoridades francesas. Paralelamente, foram estabelecidos inúmeros contactos com organizações de resistentes e com descendentes de portugueses que combateram os nazis e o regime colaboracionista de Vichy. Assim, foi também possível ao autor reconstruir um conjunto emocionante de histórias individuais de heróis desconhecidos.

Professora **Cristina Clímaco** que, com grande vivacidade, expôs o enquadramento social e político da emigração ibérica em França, assente na investigação que tem vindo a fazer centrada no exílio e emigração dos portugueses em França no período entre guerras. Matéria que está explanada no artigo *Les Portugais et la Guerre d'Espagne*, publicado em co-autoria com Marie-Christine Volovictc-Tavares no número temático da revista *Exils et Migratons Ibériques*, em 2020, e na obra "Republicanos, Anarquistas, Comunistas no exílio (1927-1936)", editada em 2017 em Portugal. Cristina Clímaco é doutorada em História das Sociedades Ocidentais, Universidade Paris VII, *Maître de conférences* na Universidade de Paris VIII,

Vincennes, Saint-Denis, investigadora do *Laboratoire d'Études Romanes* da Universidade de Paris VIII e investigadora associada do IHC – Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Professor **Victor Pereira,** que estabeleceu a ligação entre a presença em França do Corpo Expedicionário Português nos dois últimos anos da I Guerra Mundial e o futuro alistamento de portugueses na Resistência. Com segurança, está estabelecido que não poucos desses soldados reconstruíram as suas vidas em França. Explorando essa ligação, acrescentou uma série de casos e de vivências impressionantes de combatentes portugueses integrados no *Maquis* – combates, golpes de mão, correios, espionagem, mortes, tortura, fuzilamentos - que tem divulgado em trabalhos e publicações. **Victor Pereira** é doutorado em História pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Foi Professor na Universidade de Pau de 2010 a 2021. Actualmente é Investigador Principal no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2022 venceu o "Prémio Aristides de Sousa Mendes" atribuído pela Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses.

As três apresentações foram precedidas pela leitura declamada dos depoimentos de dois resistentes – um homem e uma mulher – transcritos no livro de Barata Feio, desempenhada com elevado sentido profissional por André Levy e Cucha Cavalheiro do grupo INTERVALO, que ainda foi complementada pela projecção de fotografias de resistentes e de imagens históricas alusivas ao combate à ocupação nazi e ao regime colaboracionista de Vichy.

A sessão foi inserida no âmbito da comemoração do 50º aniversário do 25 de Abril. Pelas entidades organizadoras estiveram envolvidos Vasco Lourenço e Martins Guerreiro, Rita Rato e Joana Alves. Nos contactos em França interveio o representante da URAP José Manuel Roussado. A iniciativa teve origem e foi conduzida no seio do Grupo da Linha da A25A, representado por Arménio Fidalgo, Caldeira Santos e Baganha Fernandes. A sessão foi moderada por Simões Teles. A Coordenação foi de Manuel Rodrigues.

Oeiras, Dezembro de 2023

OFERTAS À A25A

O sócio Antonio da Paixão Esteves ofereceu à A25A 1.287 imagens dos "Murais de Abril"

Livros:

"Como fazer a História a partir de quem a Viveu?" oferta do autor Rodrigo André Vitorino Vaz.

"Só o não saber se regressava", oferta do autor Rodrigo André Vitorino Vaz.

"Segurança e Defesa 46", oferta do Editor Paulo Noguês

CLANDESTINO PELA LIBERDADE

"Pela Liberdade, Dez Anos Clandestino", é uma obra da autoria de Raimundo Narciso que foi lançada na Associação 25 de Abril no dia 13 de dezembro. Coube ao engenheiro Mário Lino fazer o enquadramento e explicar o conteúdo do livro publicado com a chancela da Âncora Editora.

Contou o autor: "O livro é um texto autobiográfico do período em que vivi 'clandestino' a pedido do PCP, para participar na criação e direção de uma organização armada, que veio a ser a ARA, organização sobre a qual publiquei o livro ARA - Ação Revolucionária Armada - que relata minuciosamente as ações armadas dirigidas contra a infraestrutura militar do regime e em especial contra as guerras coloniais e em apoio dos seus movimentos de libertação."

Neste livro, Raimundo Narciso revela como procedia para viver na clandestinidade, em Lisboa e arredores, alugando quarto ou casa, aqui e ali, primeiro sozinho e depois com a companheira, a Maria Machado, futura mãe dos filhos nascidos na clandestinidade.

DA GUERRA NUNCA SE VOLTA

"Da Guerra Nunca se Volta", livro da autoria de Armando Sousa Teixeira, foi apresentado na Associação 25 de Abril no dia 17 de novembro de 2023. A obra é um contributo muito bem documentado que nos ajuda a conhecer em toda a dimensão a tragédia individual e coletiva que foi a Guerra Colonial, travada por Portugal contra os povos das colónias de Angola, Guiné e Moçambique, de 1961 a 1974. "Há infinitamente mais para contar, para clarificar, para compreender dessa tragédia nacional que durante 13 anos roubou a juventude aos homens, a alegria às mulheres, a dignidade à Pátria, o futuro ao País (quase 50 mil mortos, estropiados e feridos graves)", escreve Armando Sousa Teixeira.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PROMULGOU

O CENTRO INTERPRETATIVO DO 25 DE ABRIL

Direitos reservados

O centro interpretativo do 25 de Abril será instalado no Terreiro do Paço, na capital

O objectivo é que o local não seja "só propriamente um museu", englobando "os antecedentes, porque é que o 25 de Abril aconteceu, como aconteceu, para que é que aconteceu", detalhou o coronel Vasco Lourenço.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA promulgou a 28 de dezembro o diploma do Governo que determina as condições de criação do centro interpretativo do 25 de Abril de 1974, que será instalado no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Numa nota colocada no site da Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa anunciou a promulgação do diploma sobre a criação do "centro interpretativo do 25 de Abril e de desenvolvimento do projecto da reabilitação da manutenção militar norte".

O diploma tinha sido aprovado em Conselho de Ministros no dia 7 de Dezembro, juntamente com uma resolução que autoriza a despesa com a criação deste centro.

"Face à intenção da Associação 25 de Abril de criar um centro interpretativo do 25 de Abril, e tendo o Terreiro do Paço sido palco importante dos acontecimentos do dia e constituindo um dos espaços de Lisboa mais visitados, justifica-se que o centro possa ser ali instalado, honrando a sua História e projectando a sua visibilidade", referiu na altura o executivo em comunicado.

O presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço, lembrou que esta foi uma proposta feita pela associação na comissão nacional das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos. O objectivo é que este local seja interpretativo e "não só propriamente um museu", englobando "os antecedentes, porque é que o 25 de Abril aconteceu, como aconteceu, para que é que aconteceu".

"É um projecto bastante ambicioso que nós esperamos ser capazes de levar à prática", afirmou Vasco Lourenço, mostrando-se convicto de que aquele espaço "passará a ser um dos locais mais visitados de Portugal".

O chefe de Estado promulgou também o diploma do Governo que estabelece o processo de criação de medalhas comemorativas alusivas a feitos ou datas de relevante interesse nacional, lê-se ainda na nota oficial do Palácio de Belém.

O REFERENCIAL

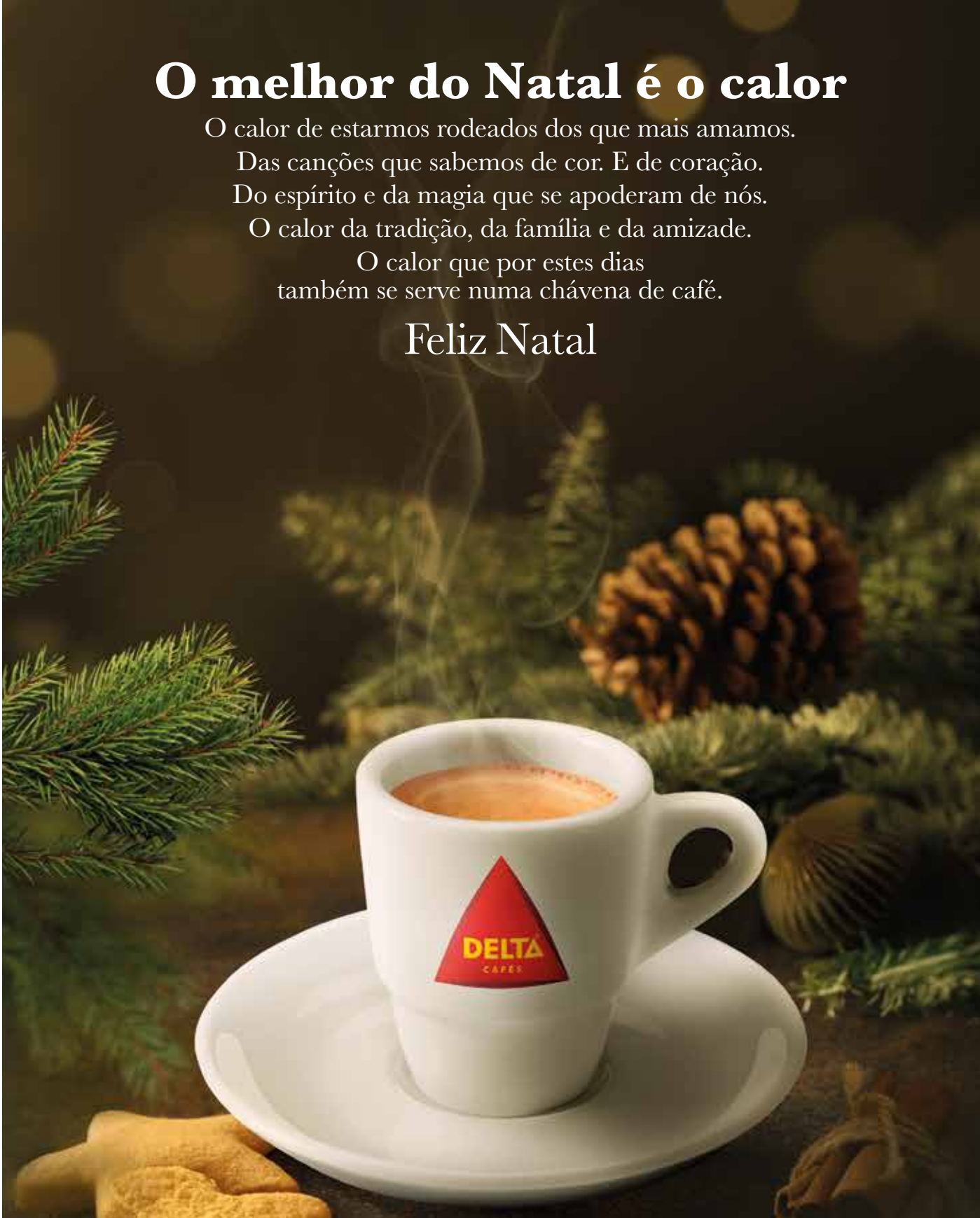
Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes | Conselho Editorial: Alexandre Manuel, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Luís Augusto Sequeira, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

O melhor do Natal é o calor

O calor de estarmos rodeados dos que mais amamos.
Das canções que sabemos de cor. E de coração.
Do espírito e da magia que se apoderam de nós.
O calor da tradição, da família e da amizade.
O calor que por estes dias
também se serve numa chávena de café.

Feliz Natal



PUB

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.
Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.
Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.

Montepio
Associação Mutualista

Saiba mais em
montepio.org

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa